



Norte de Portugal – Castilla y León
COMUNIDADE DE TRABALHO COMUNIDAD DE TRABAJO



COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE DE PORTUGAL E DE CASTILLA Y LEÓN 2014-2020

Plano Estratégico 2014-2020



FICHA TÉCNICA

COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE DE PORTUGAL E DE CASTILLA Y LEÓN 2014-2020

PLANO ESTRATÉGICO 2014-2020



EQUIPA TÉCNICA:

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO¹

- João Rebelo
- Luís Ramos
- Ricardo Bento
- Ana Cantante
- Luís Martins

¹ O trabalho foi elaborado em estrita articulação e com o apoio institucional e técnico da Junta de Castilla León, sendo de relevar o papel ativo de Maria del Pilar Mendez e Javier Alvarez Benedi pelas críticas e valiosas sugestões feitas.

Agradece-se igualmente os preciosos contributos da Unidade para Cooperação Estratégica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	6
2	DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT	15
2.1	INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	15
2.1.1	Investimento em I+D+I	16
2.1.2	Patentes	18
2.1.3	Inovação Regional	20
2.1.4	Especialização inteligente	21
2.1.5	Parques Científicos e Tecnológicos	23
2.1.6	Peso das TIC na região	25
2.1.7	Síntese	26
2.2	COMPETITIVIDADE E EMPREGO	26
2.2.1	Produto Interno bruto (PIB)	26
2.2.2	Nível de Emprego	28
2.2.3	Pequenas e Médias Empresas (PME's)	31
2.2.4	Viveiros de Empresas	33

2.2.5	Internacionalização	34
2.2.6	Clusters	35
2.2.7	Conexão Internet e Banda Larga	37
2.2.8	Síntese	38
2.3	QUALIDADE AMBIENTAL E PATRIMÓNIO	39
2.3.1	Biodiversidade e Rede Natura	39
2.3.2	Património Cultural, Turismo e Indústrias Criativas e Culturais	42
2.3.3	Fontes de Energia Renovável	47
2.3.4	Eficiência Energética	49
2.3.5	Gestão de Riscos	50
2.3.6	Transportes e Acessibilidade	54
2.3.7	Síntese	57
2.4	COESÃO TERRITORIAL E NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO	58
2.4.1	Envelhecimento Populacional	58
2.4.2	Exclusão Social	59
2.4.3	Taxa de Abandono Escolar	60

2.4.4	Educação Superior	61
2.4.5	Administração Pública Eletrónica	65
2.4.6	Síntese	65
2.5	ANÁLISE SWOT	67
3	EIXOS, PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	71
4	ENQUADRAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)	104
5	LISTA INDICATIVA DE PROJETOS	107
6	INDICADORES DE RESULTADO E REALIZAÇÃO	119
7	PROPOSTAS PARA UM MODELO DE PROGRAMAÇÃO E DE GESTÃO DE FUNDOS MAIS EFICIENTE E EFICAZ	122
7.1	Perspetivas financeiras 2014-2020	122

1 INTRODUÇÃO



Com a entrada em vigor do novo ciclo de programação comunitária é indispensável que as regiões formulem novos planos estratégicos, que lhes permitam aumentar os níveis de competitividade e de desenvolvimento sustentável. No caso das regiões fronteiriças, como é o caso do Norte de Portugal e Castilla y León, que partilham recursos e identidades, a implementação de uma estratégia

articulada de cooperação, uma mais-valia em si, é certamente um instrumento eficaz para a superar a atual crise e avançar no caminho do crescimento inteligente, abrangente e sustentável que a Estratégia Europa 2020 tem traçado.

No anterior quadro comunitário de apoio (2007-2013) estas duas regiões (Norte de Portugal e Castilla y León) viram aprovados e financiados 24 projetos de cooperação transfronteiriça com um investimento global de 23.729.240,39 euros, que representam respetivamente 11,4% dos projetos aprovados (210) e 9,3% do investimento efetuado (23.729.240,39) em projetos transfronteiriços, isto é, envolvendo Portugal e Espanha, concretamente nas regiões de Norte-Castilla y León, Galicia-Norte, Centro-Castilla y León, Alentejo-Centro-Extremadura, Alentejo-Algarve-Andalucía e Plurirregionais em áreas como o fomento da competitividade e promoção do emprego, meio ambiente, património e prevenção de riscos, ordenamento do território e

acessibilidades e o fomento da cooperação e integração socioeconómica e institucional².

A Comissão Europeia, nos comentários às propostas de acordos de associação e de programas de Espanha e Portugal para 2014-2020, indicou, em 2012, que, em matéria de cooperação transfronteiriça entre os dois países, devia adotar-se uma abordagem estratégica centrada num pequeno número de prioridades com impacto tangível. Insistiu, também, na importância de melhorar a articulação com o resto dos fundos e dos instrumentos financeiros disponíveis para o próximo período de programação. Finalmente, faz a recomendação de que poderiam ser especialmente relevantes projetos de proteção do ambiente e da utilização eficiente dos recursos, especialmente no uso sustentável da água e na prevenção de incêndios, bem como a promoção da partilha de serviços públicos comuns nas fronteiras (por exemplo, no domínio da saúde, resíduos e tratamento de água, acessibilidade, tecnologias da informação e das comunicações, sistemas de gestão de desastres e serviços de

² <http://www.poctep.eu/>, julho de 2014

emergência, programas conjuntos de educação e formação) e da consolidação do mercado de trabalho transfronteiriço com o fomento da mobilidade transfronteiriça dos trabalhadores. Coloca, ainda, o foco na necessidade de reforçar as capacidades de cooperação institucional, especialmente as jurídicas e administrativas que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos raianos.

Recentemente, entraram em vigor seis diplomas legais que vão orientar o desenvolvimento da programação até 2020. Dos seis, destaque-se: o Regulamento (UE) 1303/2013 de 17 de dezembro com disposições gerais; o Regulamento (UE) 1301/2013 de 17 de Dezembro sobre o FEDER; a novidade, de pela primeira vez, haver um regulamento específico de cooperação territorial europeia, o Regulamento (UE) 1299/2013 de 17 de Dezembro; e a nova versão do Regulamento sobre os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), o Regulamento 1302/2013 de 17 de Dezembro.

Seguindo o princípio de concentração de esforços e recursos, o artigo 9.º do Regulamento 1303/2013 estabelece os seguintes onze objetivos temáticos que serão apoiados pelos fundos estruturais e de investimento europeus:



1) Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação mediante o reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I), na promoção do investimento das empresas em I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de

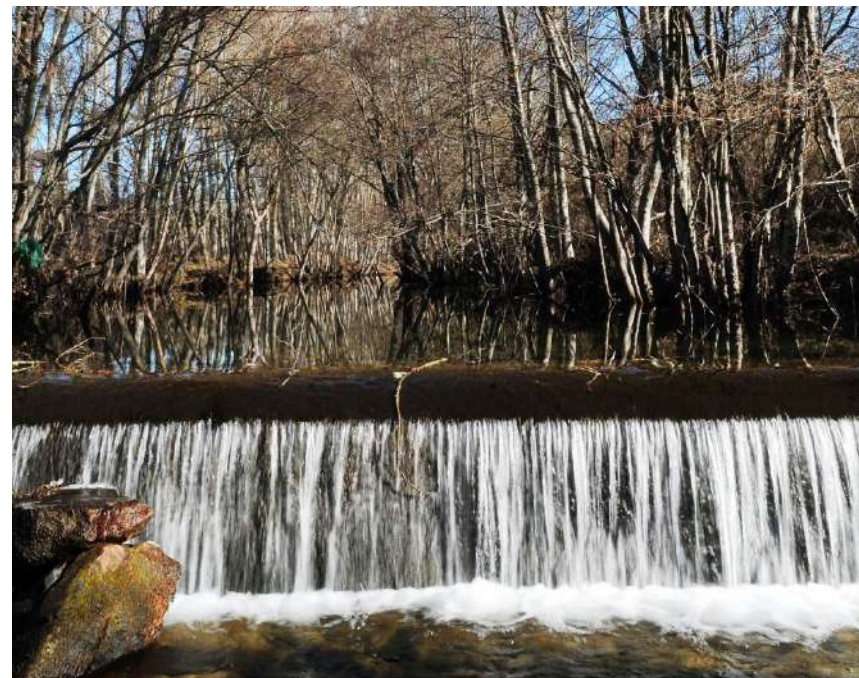
tecnologia, na inovação social, na eco-inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de estratégias de especialização inteligente (RIS3).

2) Melhoria do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como a sua utilização e a sua qualidade através da implantação alargada da banda larga, redes de alta velocidade, desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e reforço das aplicações TIC na administração pública, cultura, e saúde.

3) Reforço da competitividade das pequenas e médias empresas (PME) com a promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de ninhos de empresas, desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.

4) Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores, promovendo a produção e distribuição de energia proveniente de fontes de energia renovável e a eficiência energética. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização de fontes de energia renovável nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação. Desenvolvimento e implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão, promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal.

5) Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos mediante a concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas, a promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.



6) Preservação, proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos através de investimentos no setor dos resíduos e da água. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural nomeadamente a proteção e reabilitação da biodiversidade, dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar

as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas. Concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico e a eco-inovação.

- 7) Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas da rede, concedendo apoio a um Espaço Único Europeu de Transportes multimodais, mediante o investimento na rede de transportes transeuropeia (RTE-T) a melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais. Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis, melhoria da eficiência energética e da segurança do abastecimento através do desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenamento e transporte de energia.

- 8) Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores concedendo apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas, à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas. Apoio às iniciativas locais de desenvolvimento e ajuda às estruturas que prestam serviços de proximidade para criar emprego, sempre que essas medidas não se enquadrem no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho³;
- 9) Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação social efetuando investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais e apoio a empresas sociais.

³ Regulamento relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/1999 do Conselho.

- 10)** Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;
- 11)** Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e de outros *stakeholders* e da eficiência da administração pública, através de ações para reforçar a capacidade institucional e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos implicados na execução do FEDER, e apoio a ações no âmbito do FSE destinadas a reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.

Em cumprimento do artigo 6.º do Regulamento (UE) 1299/2013 que estabelece que, no mínimo, 80% da contribuição do FEDER, para cada programa transfronteiriço, deva ser concentrada num máximo de quatro destes onze objetivos temáticos, as autoridades nacionais de Portugal e Espanha definiram, para o próximo Programa

Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), os seguintes quatro eixos de investimento⁴:

- **Eixo 1:** Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- **Eixo 2:** Melhorar a competitividade das pequenas e médias empresas;
- **Eixo 3:** Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos; Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos;
- **Eixo 4:** Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.

É no âmbito deste quadro normativo que tem de ser estabelecido o Plano Estratégico (PE) de investimentos conjuntos da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Castilla y León⁵ Embora admitindo um

⁴ Conforme versão apresentada pelos dois Estados à Comissão Europeia em julho de 2014.

⁵ Como é natural, neste documento há informação que é comum à do Plano de Investimentos Conjuntos da Euro Região Galícia-Norte de Portugal. Editado em Março de 2014 pela Unidade para a Cooperação Estratégica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Dirección Xeral de Relacións Exteriores e coa Unión Europea da Xunta de Galicia.

elevado grau de flexibilidade e de adaptação às condições e características específicas da *Comunidade de Trabalho* o PE deve servir para alcançar quatro objetivos compartilhados e alcançar um desafio:

- 1. Todos ganham com a cooperação.** O PE estabelece hierarquia a despesa, evitando duplicidades desnecessárias; assume a coordenação dos investimentos em favor do cidadão, envolvendo a sociedade e gerando um clima de confiança mútua que estimule os negócios e o trabalho conjunto. A cooperação transfronteiriça eficiente é aquela que assenta no respeito pelas singularidades nacionais das respetivas regiões que participam nela, singularidades estas que devem ser conhecidas e assumidas por todos.
- 2. Compartilhar recursos.** O PE assenta na colaboração entre o capital humano para promover a I+D+I e capacidade de transferência de tecnologia e na partilha de infraestruturas tecnológicas e projetos de investigação capazes de criar e sustentar redes de transferência de conhecimento com o propósito da promoção do tecido económico das duas regiões;

numa estratégia de promoção externa acordada; no gozo comum dos equipamentos sociais públicos na fronteira; numa planificação conjunta dos usos e conservação dos recursos naturais e culturais que a história nos tem deixado.

- 3. Apostar na inteligência, no trabalho, no esforço e na inclusão.** A obtenção de financiamentos externos apresenta-se como uma oportunidade de realização de investimentos materiais e imateriais geradores de desenvolvimento económico para todos, através de uma gestão responsável e inteligente do dinheiro público, capaz de consolidar uma economia sustentável e inclusiva.
- 4. Ter autoconfiança.** A necessidade de acreditar na massa crítica existente e nos recursos endógenos, exprimindo uma mensagem política aceleradora do crescimento e inovação que se pretende que caracterize, no futuro, esta Comunidade de Trabalho.

Considerando que, com base em dados de 2011, o PIB per-capita da Comunidade de Trabalho é de 65% da média Europeia, 74% e 103 % da média de Espanha e de Portugal respetivamente, o desafio que se

coloca para a Comunidade de Trabalho vai no sentido de uma convergência para uma das mais desenvolvidas da UE como consequência do avanço em I+D+I e da sua transferência para o setor produtivo. O PE assenta numa série de princípios enquadradores, nomeadamente:

- a) Aplicação da norma comunitária da **concentração**, não só nos eixos e nas prioridades que, devem coincidir com os escolhidos para o próximo POCTEP, mas também em projetos de investimento selecionados com base na hierarquização incluída nas prioridades estratégicas. Efetivamente, um número reduzido de projetos mitiga a dispersão do financiamento disponível.
- b) Formulação de **projetos realistas** que **complementem e enriqueçam** a aplicação das estratégias regionais em cada um dos espaços de cooperação, combinando projetos mais concretos e específicos com outros mais gerais que permitam um certo grau de flexibilidade a sete anos (duração do programa). Uma taxa elevada de execução dos projetos previstos é o melhor caminho para o sucesso da gestão da cooperação, pois a **recompensa por**

desempenho é uma das normas defendidas pela Comissão Europeia.

- c) Aposta na **programação integrada** o que significa alcançar um alto grau de coerência na utilização dos diferentes fundos comunitários e de outros instrumentos de financiamento, tanto com os programas operacionais regionais como com os temáticos nacionais, assim como o apoio a projetos com financiamento multifundos.
- d) Ênfase na **abordagem por resultados** pelo que se considera imprescindível acompanhar a execução do programa, tendo por base indicadores, tanto de realização como de resultados, previamente estabelecidos e conhecidos de todos intervenientes.
- e) O recurso aos fundos comunitários como alavanca necessária para territórios que ainda não atingiram a média do Produto Interno Bruto (PIB) comunitário, deve ser acompanhado da mensagem de que não renúncia ao recurso a outros **instrumentos de financiamento com reembolso**, como os do Banco Europeu de Investimento (BEI). Deve promover-se a co-

responsabilidade e o bom uso do dinheiro público transmitindo que este não se limita aos princípios de somatório e boas práticas, mas que também deve ser observado o princípio de sustentabilidade e da viabilidade económica e financeira, que, por sua vez, garanta a viabilidade social.

- f) **Caráter dinâmico**, do esquema de projetos de investimento, garantido pela existência de uma comissão de acompanhamento e a correspondente avaliação intercalar do mesmo, na linha dos princípios da nova programação comunitária.

Na elaboração do PE foi tida em conta a articulação com as Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3), que ambas as regiões pretendem vir a implementar e com o Acordo de Parceria 2014-2020, já firmado entre o Governo Português e a CE. O PE também é coerente com a “Versão Final: Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg Espanha-Portugal, de 24 de julho”, apresentada recentemente pelos dois Estados à CE.



Em termos de estrutura, além desta introdução, o PE começa pelo Diagnóstico e Análise SWOT (ponto 2) da Comunidade de Trabalho, em especial, das atividades e setores inerentes aos quatro eixos definidos, após o que avança para a apresentação e descrição dos Eixos, Prioridades Estratégicas e Ações Prioritárias (ponto 3), uma Lista Indicativa de projetos em estado de maturação relativamente elevado (ponto 4) e Indicadores de Resultado e Realização (ponto 5). Termina com uma apresentação genérica do Quadro Financeiro 2014-2020 (ponto 6).

2 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT

Tendo por base os eixos estabelecidos no POCTEP, neste ponto dedica-se especial atenção ao diagnóstico de: (1) investigação e transferência de tecnologia; (2) competitividade e emprego; (3) qualidade ambiental e património; (4) coesão territorial e níveis de desenvolvimento. Termina-se com uma síntese dos pontos fortes/oportunidades e pontos fracos/ameaças (SWOT).



2.1 INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A análise do contexto de investimento em Investigação, Inovação e Transferência de Tecnologia revela-se essencial para a reflexão estratégica de desenvolvimento das regiões. Neste sentido, é particularmente importante desenvolver práticas de parceria que fortaleçam o Norte de Portugal e Castilla y León e que permitam um reforço da competitividade do seu tecido económico.

Num contexto de elevada competitividade internacional, a criação de parcerias entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as empresas é da maior importância, para que a excelência da investigação seja transformada em excelência da inovação produtiva e, consequentemente no aumento da produtividade da economia, tanto pela deslocação da fronteira de produção (efeito *catching-up*), como pelo aumento da eficiência produtiva (melhor aproveitamento dos recursos).

Para se perceber qual o “estado da arte”, das regiões transfronteiriças Norte de Portugal e Castilha y León, apresenta-se

um diagnóstico da investigação e valorização económica do conhecimento que, para além de registar o contexto atual destas regiões neste domínio, pretende delinear as possibilidades de investimento conjunto que contribuirão para o seu desenvolvimento sustentado, através da dinamização da atividade económica, com unificação de esforços entre ambas, numa perspetiva de ganhos de economias de escala e de gama e consequente reforço do peso internacional.

2.1.1 Investimento em I+D+I

A investigação científica e a inovação são largamente reconhecidos como os principais fatores de influência na produtividade e na sustentabilidade económica, sendo consensual a ideia de que a forma mais eficaz de articular políticas e definir estratégias para o apoio à inovação será sempre ao nível regional. O conhecimento da situação atual do setor é fundamental para se perspetivarem políticas e medidas adequadas para o reforço da competitividade económica.

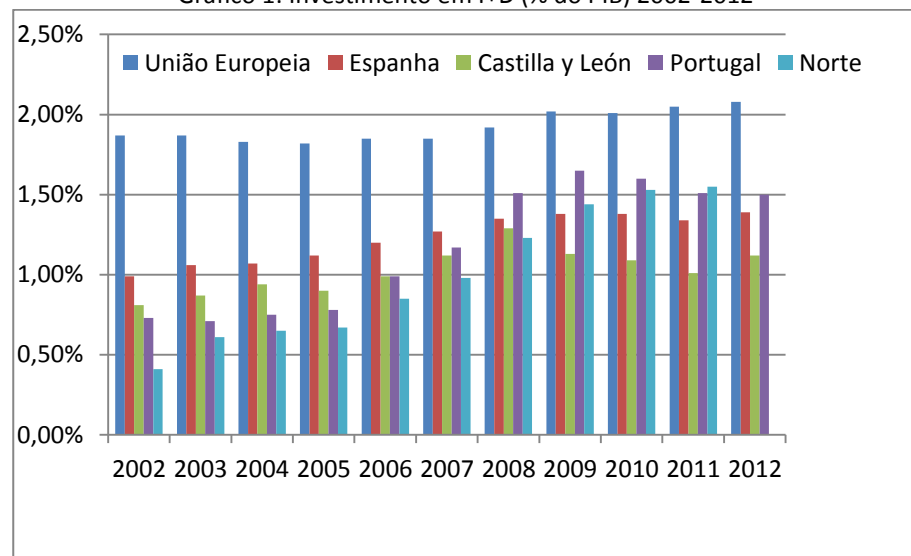
Da análise do Gráfico 1 podemos concluir que tanto Castilla y León como a região do Norte de Portugal tiveram um incremento muito significativo do seu esforço tecnológico nos últimos anos. Este aspeto é especialmente relevante por ter sido um dos principais objetivos das políticas de inovação por toda a Europa, e o eixo central da Estratégia de Lisboa na década passada.

É interessante notar que a evolução deste indicador teve, nas duas regiões, uma resposta diferente face à crise económica e financeira dos anos 2008-2012. Assim, até ao ano 2008 ambas as regiões seguiam numa linha de convergência com a média europeia, apresentando Castilla y León um esforço tecnológico superior ao da Região Norte. No entanto, desde 2009 até 2012 este indicador sofreu um recuo nas duas regiões que foi mais significativo em Castilla y León, região na qual os efeitos da crise sobre este indicador foram mais notórios.

Como consequência, os últimos dados disponíveis situam o esforço tecnológico da Região Norte nos 1,5% e o de Castilla y León nos 1,12% do PIB. Ambos os valores estão abaixo da média europeia (2%) e estão ainda muito distantes do objetivo de investimento da

Estratégia Europa 2020 que se situa nos 3% do PIB. Pelos motivos aqui apresentados, aumentar o investimento em I+D+I e recuperar a linha de convergência com a Europa constitui-se como um objetivo prioritário para a Comunidade de Trabalho.

Gráfico 1: Investimento em I+D (% do PIB) 2002-2012



Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

Uma análise setorial mais detalhada do investimento em I+D+I como percentagem do PIB, revela que as percentagens de execução do

investimento por setor empresarial em ambas as regiões são superiores às respetivas médias nacionais. Em concreto, a Tabela 1 mostra que tanto na Região Norte como em Castilla y León são as empresas quem mais investimento faz em Investigação e Desenvolvimento, seguidas das universidades.

Outra análise que se revela interessante diz respeito aos valores das percentagens de investimento em I+D+I executado pelas universidades das duas regiões, e que são superiores à média europeia, ainda que tendo em consideração a tendência dos últimos anos se verifique que o investimento realizado pelas empresas tenha crescido em detrimento do investimento feito pelas mesmas. Esta análise, considerando que as universidades concentram o maior número de investigadores, reforça não só a necessidade da criação de parcerias entre as instituições de ensino superior, mas também a aproximação ao setor privado, de onde resultará uma adequação da investigação realizada nas IES ao mercado, e também um ganho de eficiência para as empresas, que beneficiarão de um conjunto mais alargado de tendências inovadoras.

Tabela 1. Investimento em I+D por setores

	2002				2012				
	Castilla y León	Espanña	Norte	Portugal	Castilla y León	Espanña	Norte	Portugal	UE
% Gasto I+D sobre el PIB	0,81 %	0,99 %	0,41%	0,73%	1,12 %	1,03 %	1,53 %*	1,50 %	2,08%
% Ejecución del gasto en I+D por las empresas	53,2 %	54,6 %			61,8 %	53,0 %	53,8 %*	46,0 %	63,5%
% Ejecución del gasto en I+D por universidades	46,8 %	29,8 %			29,4 %	27,7 %	35,6 %*	38,6 %	23,6%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Eurostat, julho 2014

A análise de indicadores relativos à colaboração entre investigadores e inovadores permite avaliar a capacidade de criação de parcerias e de trabalho em rede. Desta forma, e com base na análise do ESIC - European Service Innovation Centre⁶, Portugal (9,06%) apresenta valores próximos da média europeia (9,92%) enquanto que em Espanha apenas 6,51% dos inovadores trabalham em parceria. No caso das duas regiões em análise, o Norte, com 8%, mostra valores

⁶ European Service Innovation Scoreboard: Castilla y León (ES41) e European Service Innovation Scoreboard: Norte (PT1), ESIC European Service Innovation Centre, maio de 2014

mais próximos dos europeus estando a região de Castilla y León mais distante com 6,15%.

A percentagem de investigadores integrados no setor privado aumenta a capacidade de inovação das empresas e reflete a capacidade de criação de parcerias entre as instituições de ensino e investigação e o tecido empresarial. Portugal apresenta para este indicador uma percentagem igual à da média Europeia (0,34). A Região Norte (0,29) tem valores inferiores aos nacionais, mas superiores a Espanha (0,26) e a Castilla y León (0,21).

Em forma de conclusão, pode inferir-se que ambas as regiões dispõem de inteligência e conhecimento científico que devidamente aplicado na economia pode traduzir-se em inovação, tanto ao nível do produto como dos processos, gerando aumento da produtividade dos fatores e, consequentemente, da competitividade.

2.1.2 Patentes

O número de patentes requisitadas e obtidas é um dos indicadores-chave para medir o esforço de um país, zona ou região em I+D+I. De

acordo com o *European Patent Office (EPO)*⁷ o número de patentes submetidas em Portugal no ano de 2013 foi de 94, o que representa um aumento de 19 patentes face ao ano anterior. A tendência para Espanha foi inversa com 1504 submissões em 2013, menos 42 do que em 2012. O número de patentes concedidas (Tabela 2), em 2013, em Espanha é de 395 e em Portugal é de 26 apesar de ambos os países terem perdido patentes face a 2012 (Portugal – 13,3% e Espanha – 2,5%).

Tabela 2: Patentes Submetidas (esquerda) e Patentes Concedidas (direita)

País	2012	2013	País	2012	2013
Espanha	1546	1504	Espanha	405	395
Portugal	75	94	Portugal	30	26

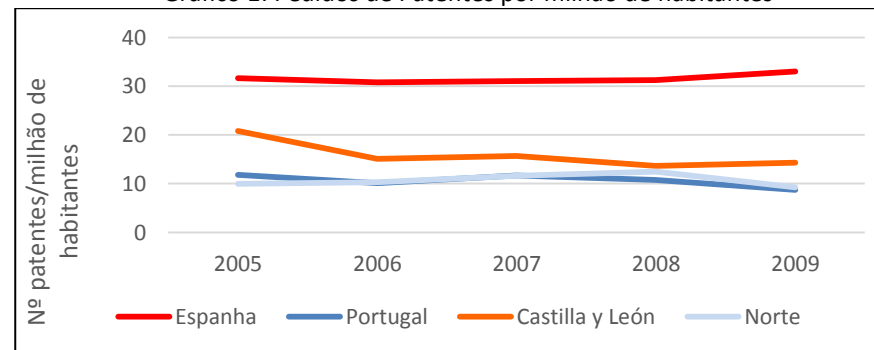
Fonte: www.epo.org, julho 2014.

Dados do Eurostat, descritos no Gráfico 2, sobre as regiões do Norte de Portugal e de Castilla y León referem que o número de pedidos de patente da Região Norte tem-se mantido quase constante ao longo dos anos indicados (média de 10,7 pedidos de patente por milhão de

habitantes) e com valores muito próximos do nacional (média de 10,6 pedidos).

No caso da região de Castilla y León os pedidos de patentes são inferiores à média espanhola não se evidenciando nos últimos anos uma tendência de convergência com os valores europeus. É ainda possível verificar que os pedidos de patente (por milhão de habitantes) desta região (em 2005 um valor de 20,78 pedidos e em 2009 um valor de 14,29) diminuíram bastante, contrariando a tendência nacional espanhola que regista em 2009 (33,01 pedidos) um valor superior ao de 2005 com 31,63 pedidos.

Gráfico 1: Pedidos de Patentes por milhão de habitantes



Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

⁷ www.epo.org, julho 2014 – Annual Report 2013

A Região Norte apresenta valores ligeiramente abaixo dos de Castilla y León, mas que se encontram próximos da média nacional, sendo a segunda região do país com o maior número de pedido de patentes, precedida a nível nacional apenas pela região de Lisboa.

Em qualquer caso, o Gráfico 2 evidencia que, atualmente, o valor do número de patentes por milhão de habitantes é muito próximo nas duas regiões encontrando-se ambos muito distantes da média europeia. Trata-se assim de uma área a melhorar no curto prazo, particularmente se se considerar o facto de que o investimento em I+D+I é fundamentalmente de origem privada e as patentes são o principal meio de proteção do conhecimento neste âmbito.

No que concerne à percentagem de patentes de alta tecnologia face à totalidade de patentes submetidas, Portugal destaca-se dos valores europeus apresentando uma percentagem de 30,13 que contrasta com os 17,70% da média europeia. Na Região Norte apenas 17,08% de todas as patentes submetidas são de alta tecnologia, e em Castilla y León apenas 4,54%. Em Espanha 16,4% das patentes concedidas

são de alta tecnologia⁸. Finalmente, a região de Castilla y León, na definição da *Estratégia Regional de Investigación e Innovación para una Especialización Inteligente – RIS3 de Castilla y León 2014-2020* tomou como prioridade a aposta na melhoria dos valores deste indicador, tendo para isso estabelecido como ponto de partida a Estrategia Universidad-Empresa de Castilla y León 2008-2013 que permitiu nestes anos aumentar os pedidos de patente de âmbito universitário, pretendendo a região que esta tendência se consolide através da elaboração de novas parcerias⁹.

2.1.3 Inovação Regional

O *Regional Innovation Scoreboard 2014*¹⁰ mede o desempenho das regiões em termos de inovação, classificando-as num de quatro grupos distintos, os *Regional Innovative Leaders*, *Regional Innovative*

⁸ European Service Innovation Scoreboard: Castilla y León (ES41) e European Service Innovation Scoreboard: Norte (PT1), ESIC European Service Innovation Centre, maio de 2014.

⁹ Estrategia Regional de Investigación e Innovación para una Especialización Inteligente – RIS3 de Castilla y León 2014-2020, Junta de Castilla y León, 2014

¹⁰ European Union, *Regional Innovation Scoreboard 2014*, Bélgica 2014

Followers, *Regional Moderate Innovators* e finalmente o grupo *Regional Modest Innovators*.

Tabela 3: Posição no Regional Innovation Scoreboard 2014.

País/Região	2007	2009	2011
Espanha	Moderado	Moderado	Moderado
Portugal	Moderado	Moderado	Moderado
Norte	Modesto -Alto	Moderado -Baixo	Moderado -Alto
Castilla y León	Moderado-médio	Moderado-médio	Moderado-médio

Fonte: <http://ec.europa.eu/>, julho 2014.

De acordo com esta classificação, e conforme Tabela 3 a região Norte de Portugal foi enquadrada num nível moderado-alto, apresentando uma evolução positiva neste ranking desde 2007. A região de Castilla y León apresenta uma classificação para os três anos de moderado-médio. A análise por país revela que tanto Portugal como Espanha apresentam um nível Moderado nos três anos.

A evolução positiva dos valores da região Norte deve-se ao facto dos indicadores seleccionados para a análise do *Regional Innovation*

Scoreboard terem sofrido melhorias significativas, como é o caso do aumento dos valores investidos em I&D, do número de empresas que inovam e colaboram entre elas, do número de inovações tecnológicas ou do número de novos produtos vendidos.

2.1.4 Especialização inteligente

A Comissão Europeia definiu a promoção da inovação como uma prioridade para todas as regiões europeias, estabelecendo as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) como uma condição necessária para o acesso aos fundos comunitários das regiões e dos Estados- Membros para o período 2014-2020. A “especialização inteligente” evoluiu no sentido de uma “especialização diversificada”, que pressupõe que as regiões encontrem um equilíbrio entre especializarem-se o suficiente para serem competitivas, melhorando a utilização dos seus recursos físicos e a capacitação do capital humano, sem que no entanto se exponham demasiado a variações da procura externa. Para o alcance deste desiderato são fundamentais estratégias de evolução tecnológica que dotem as regiões de vantagens competitivas, tendo

por base as atividades e setores que apresentam potencialidades económicas reforçadas com a obtenção de financiamento comunitário.

A definição das áreas de intervenção em Castilla y León teve por base o documento “Estrategia de Investigación e Innovación para una Especialización Inteligente” que considera a especialização produtiva, a capacidade de gerar conhecimento competitivo internacional e as singularidades próprias da região com o objetivo de incrementar o desenvolvimento económico e a coesão territorial.

Assim, e com o objetivo de fomentar uma estreita relação entre educação, investigação e inovação definiram-se as seguintes áreas para Castilla y León:

1. Agroalimentar e Recursos Naturais;
2. Setores Automóvel e Aeronáutico;
3. Setor da Saúde e Assistência Social, Alterações Demográficas e Bem-estar;
4. Património Natural, Património Cultural e Língua Espanhola;

5. I+D em Tecnologias da Informação e da Comunicação, Energia e Sustentabilidade.

No caso da região Norte de Portugal, a “Estratégia Regional de Especialização Inteligente Norte 2020” identificou vários domínios prioritários sobre os quais definiu a sua estratégia de especialização inteligente:

1. Ciências da Vida e Saúde;
2. Cultura, Criação e Moda;
3. Recursos do Mar e Economia;
4. Capital Humano e Serviços Especializados;
5. Indústrias da Mobilidade e Ambiente;
6. Sistemas Avançados de Produção;
7. Sistemas Agroambientais e Alimentação;
8. Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo.

A definição destes domínios e a construção da estratégia RIS3 para o Norte de Portugal baseou-se na avaliação dos recursos ativos e do potencial de integração do conhecimento e de articulação setorial, fundamentado nas particularidades distintivas da região.

2.1.5 Parques Científicos e Tecnológicos

Os Parques científicos e tecnológicos são zonas urbanizadas cujas parcelas são ocupadas exclusivamente por entidades cujo objetivo principal é a promoção da investigação e a difusão do conhecimento científico e tecnológico e a transferência de tecnologia, com o propósito direto de incentivar a inovação nas empresas instaladas e no sistema de Ciência-Tecnologia-Empresa.

Para a região de Castilla y León os Parques Científicos e Tecnológicos, enquadrados nas áreas de intervenção, estão representados na Tabela 4, num total de 17 Parques e 3 Incubadoras de empresas.

As áreas de intervenção passam pela Biotecnologia, Materiais, Processos e Fabrico Avançados e Tecnologias da Informação.

Tabela 4: Parques Científicos e Tecnológicos e Incubadoras

NOME ¹¹	BIO	MAT	PRO	TIC
Parque Científico de la Universidad de León	X			
Parque Científico de la Universidad de Salamanca	X	X	X	X
Incubadora PC USAL	X			
Parque Científico de la Universidad de Valladolid	X	X	X	X
Parque Científico y Tecnológico de la Universidad de Burgos	X	X	X	
Parque Tecnológico de Boecillo (Valladolid)	X	X	X	X
Parque Tecnológico de León	X			
Incubadora de empresas Biotecnológicas, Parque Tecnológico de Boecillo	X	X		X
TOTAL	7	4	3	3

Fonte: Junta de Castilla y León, outubro de 2014

O Norte de Portugal tem vários parques científicos e tecnológicos, tendo sido criada a “Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras – PortusPark” com o objetivo de consolidar a rede de parques e incubadoras de toda a região e que inclui os seguintes parques:

- Ave Park – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A. Guimarães: com uma superfície total de 15 ha alberga um conjunto de

¹¹ BIO – representa a área da Biotecnologia; MAT – área de Materiais; PRO – representa a área de Processos e Fabrico Avançados; TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

empresas de base tecnológica, centros de investigação e desenvolvimento e instituições universitárias.

- Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia: parte integrante do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem atualmente uma superfície construída de 3,3 ha e constitui-se como uma área de apoio a empresas consolidadas e empresas incubadas de base tecnológica. Conta com espaços de laboratórios para apoio à investigação, desenvolvimento e inovação e desenvolve a sua atividade principalmente nas três grandes áreas da energia, meio ambiente e construção ecológica.
- Régia-Douro Park – Nasce de uma parceria entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Câmara Municipal de Vila Real, o Instituto Politécnico de Bragança e a Câmara Municipal de Bragança com o objetivo de incentivar a transferência de conhecimento entre os vários atores da região, com o seu principal foco no setor Agroalimentar, consolidando conhecimento em áreas como o Ambiente, as Ciências Florestais e as Ciências Veterinárias.

- Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira – FeiraPark: com uma área de 14 ha acolhe empresas inovadoras que gerem valor, oferecendo para isso infraestruturas de qualidade e prestando um conjunto de serviços de valor acrescentado que procuram proporcionar as melhores condições de sucesso para as empresas.
- Parque de Ciência e tecnologia da Maia – TecMaia: localizado na cidade da Maia, conta com mais de 70 empresas instaladas, das quais 50% são de âmbito nacional, 8% são de âmbito local e as restantes 42% são estrangeiras. Emprega cerca de 1400 pessoas.
- Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto – UPTEC: dividido em quatro polos distintos (Polo Tecnológico, Polo das Indústrias Criativas, Polo de Biotecnologia e Polo do Mar), concentra um conjunto de start-ups e centros de inovação de empresas nacionais e internacionais em torno da Universidade do Porto. Estes polos prestam serviços às Incubadoras e aos Centros de Inovação Empresarial. Tem atualmente 107 empresas instaladas.

2.1.6 Peso das TIC na região

O peso das TIC nos vários setores da economia regional influencia diretamente o grau de desenvolvimento das mesmas. Desta forma, a análise da utilização destas tecnologias pelos cidadãos e empresas é de grande importância para determinar o nível de esforço tecnológico de um país ou região.

De acordo com a Tabela 5, o peso das TIC no PIB é semelhante para os dois países apresentando valores inferiores aos da média europeia, revelando uma evolução negativa da percentagem de 2008 para 2010 mais acentuada em Espanha do que em Portugal.

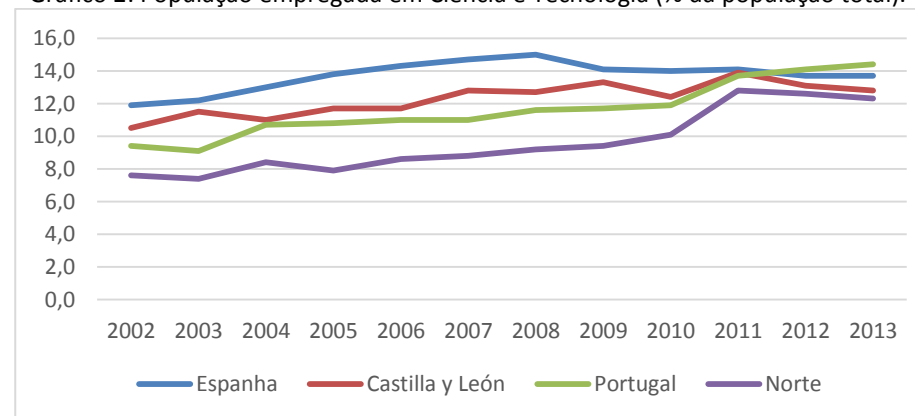
Tabela 5: Peso (%) das TIC no PIB			
País/Região	2008	2009	2010
UE27	ND	3,9	4,38
Espanha	3,62	6,5	3,54
Portugal	3,62	3,54	3,61

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

No que diz respeito aos recursos humanos empregados em setores ligados à Ciência e Tecnologia verifica-se uma evolução muito positiva na última década quer ao nível regional quer ao nível nacional, registando Portugal a partir do ano de 2012 um valor superior ao de Espanha.

Na região de Castilla y León a população empregada nestes setores é superior à da região Norte, apesar do forte incremento sentido nesta última nos anos de 2010 e 2011, conforme Gráfico 3.

Gráfico 2: População empregada em Ciência e Tecnologia (% da população total).



Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, novembro de 2014.

2.1.7 Síntese

Em síntese, podemos afirmar que as duas regiões apresentam algumas debilidades no que diz respeito à Investigação e Transferência de Tecnologia. Os indicadores demonstram claramente uma distância face às médias europeias, nomeadamente em despesa com I+D em percentagem do PIB ou no número de patentes solicitadas e concedidas.

Os valores apresentados registam ainda algumas diferenças intrarregionais que favorecem uma ou outra região, surgindo o Norte como tendo maior despesa em Investigação e Desenvolvimento, e Castilla y León como tendo mais população empregada em áreas relacionadas com a Ciência e Tecnologia, pelo que se verifica claramente um potencial de concentração de forças entre as duas regiões que possibilitará a criação de parcerias estratégicas de desenvolvimento económico e de consolidação de saberes.

2.2 COMPETITIVIDADE E EMPREGO

Neste ponto apresentam-se elementos relativos à competitividade das regiões e ao dinamismo do seu tecido económico. Analisam-se os indicadores relativos ao emprego, às infraestruturas de apoio ao desenvolvimento empresarial e ao nível de internacionalização das duas regiões. No essencial, descrevem-se as condições atuais em que se encontram o Norte de Portugal e Castilla y León para a partir daí se traçarem prioridades e estratégias que fortaleçam a capacidade competitiva das regiões no contexto internacional.

2.2.1 Produto Interno bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto *per capita* da região de Castilla y León regista valores muito próximos da média espanhola entre 2008 e 2011, com 22 300 euros para a região e 22 700 para Espanha, em 2011. Observa-se na Tabela 6 que os valores apresentados quer por Castilla y León quer por Espanha são sempre superiores aos valores portugueses e são também mais próximos da média europeia.

Tabela 6: PIB per capita (euros)

País/Região	2008	2009	2010	2011
UE27	25 100	23 500	24 500	25 200
Espanha	23 900	22 800	22 700	22 700
Portugal	16 200	15 900	16 300	16 100
Castilla y León	22 500	21 800	22 000	22 300
Norte	12 900	12 600	13 000	13 000

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

Este indicador regista uma distribuição inter-regional muito distinta. No caso português, o litoral da região apresenta valores bastante mais elevados (NUT III Grande Porto – 16 400 euros) do que o interior (NUT III Douro - 10 900 euros), facto que reforça a falta de coesão territorial e a necessidade da criação de estratégias e investimentos comuns capazes de reverter esta tendência.

Em termos de análise temporal (Tabela 7), o Produto Interno Bruto a preços correntes dos dois países tem sofrido diferentes evoluções, com Portugal a registar um decréscimo no ano de 2009 e recuperando ligeiramente nos anos seguintes. Espanha apresenta

uma evolução negativa não conseguindo recuperar até 2011 os valores registados em 2008.

Tabela 7: PIB milhões de euros

	2008	2009	2010	2011
UE27	12 501 007	11 770 969	12 292 606	12 667 535
Espanha	1 087 788	1 046 894	1 045 620	1 046 327
Portugal	171 983	168 529	172 860	171 126
Castilla y León	56 491	54 720	54 953	55 331
Norte	48 488	47 208	48 839	48 675

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014

A Tabela 8 fornece informação sobre o PIB *per capita*, calculado com base nos dados fornecidos pelo Eurostat à data de outubro de 2014. Destes dados podemos inferir qual o valor para a Comunidade de Trabalho, posicionando esta perante a realidade europeia. Assim, o PIB *per capita* euro regional representaria 65% do PIB *per capita* da União europeia no ano de 2011.

Tabela 8: PIB *per capita* 2011

	EU	Espanha	Portugal	Castilla y León	Norte	Comunidad e de Trabajo
PIB	12 667 535	1 046 327	171 126	55 331	48 675	104 006
População	500 700 753	46 667 174	10 572 721	2 545 301	3 693 585	6 238 886
PIB <i>per capita</i> ¹²	25 300	22 421	16 186	21 738	13 178	16 671

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, outubro de 2014

2.2.2 Nível de Emprego

Um dos indicadores que melhor reflete as consequências da crise financeira global sentida nos últimos anos é o nível de desemprego. Para se perceber a situação desta Comunidade de Trabalho faz-se uma comparação entre as duas regiões e dos valores com a média nacional e europeia.

¹² Os valores aqui apresentados diferem dos da Tabela 6, por razões de atualização da população entre os meses de junho e outubro de 2014.

Entre 2011 e 2013, as taxas de desemprego em Portugal agravaram-se, atingindo no último ano 16,3% da população ativa nacional. Mais elevado é o valor apresentado pela região Norte (17,2%) que viu a sua taxa de desemprego total aumentar em 6,8 pontos percentuais desde 2009.

Tabela 9: Taxa de Desemprego Total e Jovem.

País/Região	Taxa Desemprego Total			Taxa Desemprego Jovem		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
UE27	9,6	10,4	10,8	21,4	22,9	23,3
Espanha	21,4	24,8	26,1	41,5	52,9	55,5
Portugal	12,7	15,7	16,3	22,4	37,7	37,7
Castilla y León	16,9	19,8	21,7	34,0	48,1	49,7
Norte	13,0	16,1	17,2	22,7	32,8	35,1

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

O desemprego regista em Espanha valores bem maiores do que os observados em Portugal, com 26,1% da população ativa desempregada, em 2013, um aumento de 8,2 pontos percentuais face ao ano de 2009. A região de Castilla y León apresenta também valores bastante elevados de taxa de desemprego total, apesar de inferiores à média espanhola para todos os anos analisados.

Tanto o Norte de Portugal como Castilla y León, apresentam taxas de desemprego muito acima da média europeia, sendo, por isso, exigidas medidas de política económica corretoras da situação.

Uma análise mais detalhada da situação, nomeadamente do desemprego jovem permite detetar e potencialmente prevenir situações de desigualdades sociais que começam a ganhar dimensão no seio da União Europeia, onde a habilitação académica da população é cada vez mais elevada, sem que haja no entanto resposta de emprego adequada às formações adquiridas, observando-se um desajustamento entre a oferta e procura das qualificações.

Em Portugal, o desemprego jovem sofreu um aumento de 17,7 pontos percentuais desde 2009, apresentando este grupo, em 2013, uma taxa de desemprego de 37,7%. Este valor é apenas ligeiramente mais baixo no Norte de Portugal (35,1%), com um crescimento desta taxa de 1,2 pontos percentuais desde 2009.

Tal como com a taxa de desemprego total, também este indicador é superior em Espanha e na região de Castilla y León, que apresentam

taxas de desemprego jovem, em 2013, de 55,5% e 49,7%, respetivamente.

A média da União Europeia apresenta, em 2013, uma taxa de 23,3% de jovens desempregados, que apesar de elevada é muito inferior à dos países e regiões ibéricas. Isto é, para estas regiões, o combate ao flagelo do desemprego jovem deve ser uma prioridade económica e social.

Conforme se pode observar na Tabela 10, para as diferenças entre género os valores apresentados pelas regiões, tal como pelos países, são sempre superiores à média europeia, onde praticamente não existe qualquer diferença entre o número de desempregados femininos e masculinos. O ano de 2013 é aquele em que se regista uma diferença maior entre géneros e apenas em Espanha, com 16,7% de mulheres desempregadas face a 25,6% de homens. Em Portugal e na região Norte os valores deste indicador são próximos, apesar da taxa de desemprego feminino ser sempre superior tal como se verifica na região de Castilla y León.

Tabela 10: Taxa de Desemprego Homens – Mulheres.

País / Região	Taxa Desemprego Homens			Taxa Desemprego Mulheres		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
UE27	9,5	10,4	10,8	9,7	10,5	10,8
Espanha	21,0	24,6	25,6	21,8	25,0	16,7
Portugal	12,4	15,7	16,1	13,1	15,6	16,4
Castilla y León	15,7	18,0	20,2	18,4	22,1	23,7
Norte	11,9	15,3	16,4	14,3	17,0	18,1

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

Adicionalmente, ao desemprego total e ao jovem, um dos mais graves problemas que a União Europeia enfrenta diz respeito ao desemprego de longa duração, e que apresenta taxas muito elevadas conforme demonstrado na Tabela 11. Este problema é ligeiramente mais grave em Portugal do que em Espanha (56,3% em 2013 face a 49,7% para Espanha), e mais grave também na região Norte do que em Castilla y León.

Tabela 11: Taxa de Desemprego de Longa Duração.

	2009	2010	2011	2012	2013
UE27	33,3	40,0	43,0	44,4	47,3
Espanha	23,8	36,6	41,6	44,4	49,7
Portugal	43,9	52,0	48,2	48,7	56,3
Castilla y León	25,5	33,0	40,9	42,4	48,4
Norte	46,8	54,7	50,5	51,8	58,7

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

A evolução temporal mostra um aumento mais intenso para Castilla y León desde 2009, mas no ano de 2013 a situação na região portuguesa é mais acentuada, com uma taxa de 58,7% dos seus desempregados de longa duração.

Na comparação dos valores nacionais com a média europeia mais uma vez se verifica que Espanha apresenta uma diferença menor deste indicador.

Em síntese, a informação recolhida evidencia, de forma clara e objetiva, que as duas regiões estão perante uma situação de desemprego grave, urgindo definir estratégias de emprego que

favoreçam a inserção destes desempregados no mercado de trabalho, o que passará pela dinamização da atividade económica no setor dos bens transacionáveis, através do reforço do tecido e capacidade empresarial, incluindo o fomento do empreendedorismo jovem, e do aproveitamento dos recursos, conhecimentos e capacidades locais e regionais.

Apesar dos valores de desemprego registados nos dois países, os indicadores da produtividade no trabalho apresentam um crescimento superior à média Europeia (2,2%) com valores para Portugal e Espanha de 2,9% e 2,3% respetivamente. As regiões do Norte de Portugal e Castilla y León obtiveram ainda melhores resultados, com crescimentos da produtividade na ordem dos de 3% e 2,4%, respetivamente¹³.

¹³ European Service Innovation Scoreboard: Castilla y León (ES41) e European Service Innovation Scoreboard: Norte (PT1), ESIC European Service Innovation Centre, maio de 2014

2.2.3 Pequenas e Médias Empresas (PME's)

Na caracterização do tecido empresarial das regiões destaca-se o elevado número de pequenas e médias empresas, com menos de 250 trabalhadores.

No ano de 2012, de acordo com o RIS3 de Castilla y León, o número de empresas nesta região era de 162 153 empresas com o setor dos serviços a representar 76,7% das empresas. Deste universo 95,6% são microempresas, reservando para as grandes empresas cerca de 0,05% do total. Ainda de acordo com o mesmo documento a maior redução no número de empresas nos últimos anos registou-se no setor da construção, transporte e comércio, ou seja, no setor dos bens não transacionáveis.

Na região Norte, também de acordo com o respetivo RIS3, no ano de 2011, registava-se um total de 360 482 empresas das quais 99,9% são pequenas e médias empresas, e dessas 95,1% são microempresas. Nesta região a Indústria Extrativa e Transformadora tem um peso significativo no tecido económico, representando 39,3% do Valor Acrescentado Bruto Total do país, no ano de 2010,

seguinte-se o setor das Atividades Imobiliárias com 33,6% e a Construção com 32,6%.

No conjunto das duas regiões merece destaque o setor agroalimentar, de importância estratégica, quer pelo seu forte contributo para as economias regionais quer pela sua capacidade de criação de emprego. No ano de 2012, o Valor Acrescentado Bruto deste setor representava em Castilla y León 10,8% do PIB e na região Norte 20,4% num total de cerca de 5 861 milhões de euros e 9 720 milhões de euros respetivamente. No conjunto das duas regiões este setor empregou 174 000 pessoas, o que representa quase 8% do emprego total.

O peso do setor no comércio internacional das regiões é elevado com as exportações a apresentarem valores muito significativos de 1 358 milhões de euros em Castilla y León e 1 373 milhões de euros na Região Norte, no ano de 2012.

As parcerias a desenvolver devem estar focadas no reforço da competitividade internacional das duas regiões, considerando a especialização de cada uma, nomeadamente a indústria alimentar

(carne, lacticínios e moagem) e fabricação de bebidas em Castilla y León e a região Norte com o vinho, o leite e derivados e a produção florestal e hortícola.

O elevado número de Centros de Investigação, Clusters e plataformas de apoio ligados a este setor é mais uma evidência da importância do mesmo, com as Universidades das regiões a apresentarem uma forte tradição de investigação neste setor em parceria com empresas, promovendo desta forma a transferência de conhecimento e tecnologia entre os diversos atores, dinamizando o tecido económico e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e coeso do território.

Em síntese, em ambas as regiões, a atividade económica é dominada por micro e pequenas e médias empresas, pelo que o reforço da competitividade da respetiva economia passa necessariamente, pela inserção no mercado internacional e aumento da produtividade total destas unidades produtivas.

2.2.4 Viveiros de Empresas

As Incubadoras ou Viveiros de Empresas são iniciativas desenhadas para acelerar o crescimento e assegurar o êxito de projetos empreendedores. Nas Regiões do Norte de Portugal e Castilla y León foram estabelecidas nos últimos anos diversas incubadoras. A título de exemplo, indicam-se algumas das incubadoras destas regiões.

- Castilla y León

- CEEI de Burgos
- Vivero de empresas de la Universidad de Valladolid
- Incubadora de la Universidad de Salamanca
- Bioincubadora del Parque Tecnológico de Boecillo
- Ildefe – Vivero de empresas (León)
- Viveros de empresas de Ávila
- Vivero de empresas de Palencia (Cocipa)
- Vivero de empresas de Salamanca (Génesis)
- Vivero de empresas de Segovia
- Vivero de empresas de Soria
- Vivero de empresas de Valladolid
- Vivero de empresas de Zamora

- Vivero Innova (Peñaranda)
- Vivero Iris (Ciudad Rodrigo)

- Norte de Portugal

- IN.CUBO – Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras - <http://incubo.eu>
- Incubadora Santo Tirso - <http://www.fabricasantothyrsos.pt/>
- INOVA.GAIA – Centro de Incubação de Base Tecnológica - <http://www.inovagaia.pt/incubation>
- NET – Novas Empresas e Tecnologias - <http://www.net-sa.pt/>
- SPINPARK (AvePark) - <http://www.spinpark.pt>
- Incubadora do Instituto Empresarial do Minho - <http://www.portaldoempreendedor.pt>
- UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto - <http://uptec.up.pt>
- Tecval- Incubadora do Vale do Sousa - <http://www.tecval.pt/>

Podemos assim concluir, que, nesta data, já existem infraestruturas tecnológicas capazes de suportarem iniciativas empresariais ao nível de start-ups ou de spin-offs em atividades diversificadas.

2.2.5 Internacionalização

De acordo com o RIS3 de Castilla y León a Balança Comercial da região apresenta saldo positivo (Tabela 12), surgindo o setor do Fabrico de Veículos a Motor, sucedido pela Indústria Química e Indústria Alimentar como os setores mais dinâmicos e que mais contribuem para esse saldo. Os setores que se seguem são o da Fabricação de Máquinas e Equipamentos, o dos produtos provenientes da Metalurgia e da Indústria Farmacêutica.

Ainda de acordo com o mesmo documento, o tecido empresarial da região de Castilla Y León concentra 3% das empresas espanholas do setor das TIC, e gera cerca de 8.608 empregos.

Tabela 12: Volume de Exportações e Importações de Castilla y León, em milhões de euros.

	2012	2013	2014
Exportações	11. 705,12	12. 219,71	9. 557,94
Importações	10. 875,99	10. 732,1	9. 035,23
Saldo	829,13	1. 487,61	522,71

Fonte: http://datacomex.comercio.es/principal_comex_es.aspx

Da análise das Tabelas 13, 14 e 15 é bem visível o forte carácter exportador da região Norte de Portugal, superior a qualquer outra NUT II do país. Em 2013, a região representa 36% das exportações nacionais.

Tabela 13: Valor das Exportações e Importações (milhões euros).

País/Região	Exportações		Importações	
	2012	2013	2012	2013
Portugal	45. 259, 46	47. 378, 88	56. 165, 86	56. 745, 39
Norte	16. 799, 36	17. 163, 56	11. 677, 14	12. 019, 25

Fonte: www.ine.pt, julho 2014.

Apesar da crise económica e financeira nacional e da conjuntura internacional ser pouco favorável, a região apresenta um incremento temporal significativo, em particular do ano de 2011 para 2012, em

que a taxa de cobertura das importações pelas exportações da região Norte foi de 143,87%.

Tabela 14: Taxa de Cobertura das Exportações (%).

País/Região	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	61,69	63,55	72,31	80,58	83,49
Norte	112,49	115,81	126,22	143,87	142,80

Fonte: www.ine.pt, julho 2014.

A Indústria transformadora continua a ter um peso muito importante no total das exportações, nomeadamente em setores de grande especialização e capacidade de inovação como são os setores têxtil e do calçado, começando também a verificar-se um aumento do peso de setores emergentes, como a Biotecnologia e as TIC, muito suportadas nos já referidos Parques de Ciência e Tecnologia. Esta capacidade exportadora da região Norte tem contribuído para o registo dos valores crescentes da taxa de cobertura das importações por exportações. A nível nacional continua a haver um saldo negativo da Balança Comercial, com apenas 83,49% das importações cobertas pelas exportações nacionais, no ano de 2013.

Tabela 15: Balança Comercial (milhões de euros).

País/Região	2009	2010	2011	2012	2013
Espanha	-47 232	-54 762	-50 327	-32 759	-17 741
Portugal	-19 682	-21 379	-16 401	-10 906	-9 256

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

Em síntese, as relações comerciais das duas regiões apresentam dados muito positivos das suas exportações, contrariando as respetivas tendências nacionais cujo saldo da Balança Comercial se mantém negativo, apesar das evidentes melhorias nos valores registados ao longo dos anos. O reforço da capacidade exportadora das duas regiões deve continuar a ser um desígnio dos *stakeholders* regionais, com aposta em setores e atividades onde existem claras vantagens competitivas.

2.2.6 Clusters

A definição de estratégias de investimento conjuntas deverá passar necessariamente pela análise das competências físicas e humanas de uma região. Considerando que a disponibilização de *know-how*, matérias-primas e infraestruturas permite a criação de redes

facilitadoras do desenvolvimento económico, é importante perceberem-se os Clusters existentes nas duas regiões, com o propósito de explorar sinergias e criar parcerias de colaboração que captem financiamentos comunitários enquanto reforçam a coesão territorial.

- **Clusters Castilla y León¹⁴**

- Foro de Automoción de Castilla y León - FACYL
- Cluster de Sostenibilidad Ambiental – AERIS
- Asociación Española de valorización energética de la biomassa – AVEBIOM
- *Clusters* de Salud de Castilla y León - BIOTECYL
- Confederación de empresarios de la Madera de Castilla y León – CEMCAL

¹⁴<http://marcaempleo.es/2013/03/empleo-directorio-de-Clusterss-empresariales-de-espana-y-europa/#;http://www.empresas.jcyl.es/web/jcyl/Empresas/es/Plantilla33y33y33/1284187415449>

- *Cluster* de Energías Renovables y Soluciones Energéticas en Castilla y León – CYLSOLAR
- AEI de la Industria Alimentaria de Castilla y León – VITARTIS
- AEI de Movilidad y Tecnologías Avanzadas – AEI MOVILIDAD
- *Cluster* de Contenidos Digitales en Español – AEI CONTENIDOS DIGITALES EN ESPAÑOL
- Cluster de Turismo e Innovación - TURINCAL

- **Clusters Norte de Portugal¹⁵**

- Pólo de Competitividade da Saúde - Health Clusters Portugal - Associação do Pólo de Competitividade da Saúde (HCT)
- Pólo de Competitividade da Moda - Associação Pólo de Competitividade da Moda
- Pólo de Competitividade e Tecnologia Agroindustrial – PortugalFoods

¹⁵ <http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/polos-e-Clusterss>

- Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal - Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (AIFF)
- Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias da Mobilidade - CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
- Pólo de Competitividade das Tecnologias de Produção - PRODUTECH - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável
- Clusters das Indústrias Criativas na Região do Norte - ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas
- Clusters Vinhos da Região Demarcada do Douro - ADVID – Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
- Clusters do Conhecimento e da Economia do Mar - Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar

- Clusters das Empresas de Mobiliário de Portugal - Associação para o Pólo de Excelência e Inovação das Empresas de Mobiliário de Portugal

Como se pode observar pela informação contida acima existem em ambas as regiões Clusters e polos de competitividade claramente identificados que urge reforçar e dinamizar, sem esquecer a potenciação de novos Clusters.

2.2.7 Conexão Internet e Banda Larga

Os indicadores de acesso à internet demonstram que os tipos de ligação mais solicitados pelas famílias são os que proporcionam uma ligação em banda larga¹⁶. Verifica-se uma evolução positiva no número de casas com acesso à internet, quer a nível nacional, quer a nível regional, conforme se pode verificar na Tabela 16.

¹⁶ INE, *Destaque Sociedade da Informação e do Conhecimento*, Lisboa 2012

A região de Castilla y León apresenta valores superiores aos da região Norte, no período em análise, encontrando-se ambas abaixo dos respetivos valores nacionais.

Tabela 16: Acesso à Internet.

País/Região	% Casas com acesso à internet			% Casas com acesso a banda larga		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Espanha	64	68	70	62	67	69
Portugal	58	61	62	57	60	62
Castilla y León	57	64	67	54	62	66
Norte	55	58	60	53	56	58

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

Em resumo, tanto Portugal como Espanha apresentam um número elevado de casas com acesso à Internet superior a 58%, e as regiões um número superior a 55% do total de casas. Apesar destes valores serem bastante positivos é de referir que esta análise não tem em consideração as desigualdades territoriais, ou seja, apesar do elevado número de casas com acesso a banda larga, é um facto que estas se concentram nos meios urbanos, deixando uma parte do território

com cobertura de internet deficiente nomeadamente em locais do interior das regiões onde a população é mais envelhecida.

Neste sentido, o bem-estar e a competitividade das regiões exige um contínuo investimento no reforço das infraestruturas de comunicação eletrónica, num mundo cada vez mais global e globalizado.

2.2.8 Síntese

Num resumo transversal ao ponto 2 destacamos os graves problemas de desemprego como sendo um dos aspetos que mais influência exerce sobre a competitividade da Comunidade de Trabalho. O elevado desemprego jovem, com consequências sociais notórias, revela um tecido económico pouco renovado e pouco dinâmico, caracterizando-se por um número elevado de pequenas e médias empresas, e destas mais de 90% têm menos de 10 trabalhadores.

O setor agroalimentar merece destaque quer em termos de especialização produtiva quer de infraestruturas de apoio, estabelecendo-se como um setor estratégico. A Comunidade de

Trabalho apresenta ainda um forte carácter exportador que lhe permite manter a sua balança comercial positiva, demonstrando assim o seu potencial produtivo e de inovação.

2.3 QUALIDADE AMBIENTAL E PATRIMÓNIO

Neste tópico releva-se a análise de aspetos relacionados com a Biodiversidade e Proteção do Património Natural, Património Cultural, Turismo e Indústrias Criativas e Culturais, Fontes de Energia Renovável, Eficiência Energética, Gestão de Riscos e Transportes e Acessibilidade.

2.3.1 Biodiversidade e Rede Natura

A Rede Natura 2000 é um importante instrumento para a proteção da biodiversidade na rede ecológica da União Europeia. As áreas protegidas estabelecidas para garantir a sobrevivência de espécies e dos habitats foram definidas com base nas diretivas Aves e Habitats. Assim, existem dois tipos de zonas de proteção: Zonas Especiais de Proteção para Aves - ZEPA (*Special Protection Areas - Birds Directive*)

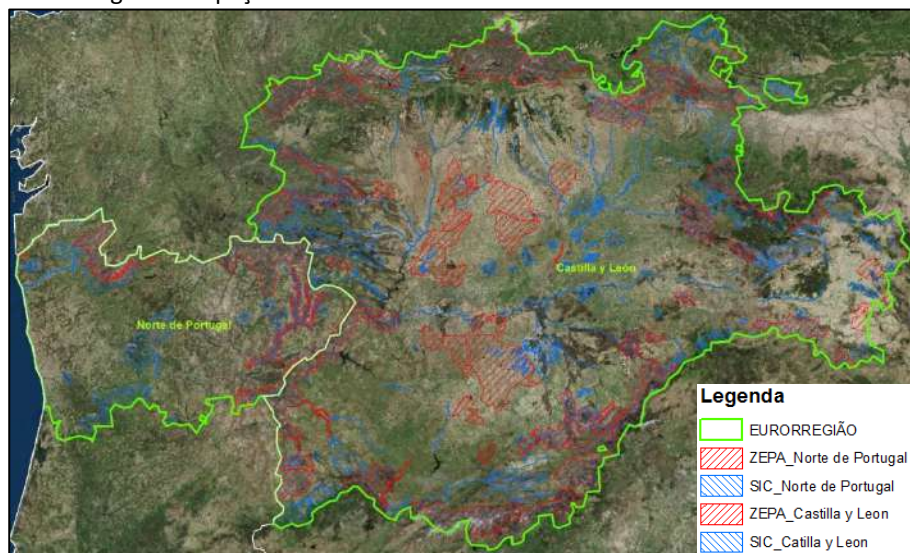
e Sítios de Importância Comunitária - SIC (*Sites of Community Importance - Habitats Directive*).

O Norte de Portugal tem uma área total de 445.793,9ha em Rede Natura 2000, o que representa, aproximadamente, 21% da Região Norte Portuguesa, o que está em linha com a percentagem de área em Rede Natura 2000 do País com 20,9%. A Região de Castilla y León tem uma área de 2.466.223,8ha de Rede Natura 2000 o que representa cerca de 26% da área da Região.

Na Figura 1 pode observar-se a Comunidade de Trabalho com as zonas de Rede Natura 2000 identificadas (ZEPA e SIC) na qual se verifica, claramente, a diferença de dimensão entre as duas regiões que compõem a Comunidade de Trabalho e a consequente diferença de manchas relativas à Rede Natura 2000 apesar de, em termos relativos, a diferença não ser muito significativa com a região de Castilla y León a ter mais 5% da sua área ocupada com Rede Natura 2000. Registe-se ainda que a área de Rede Natura 2000 existente no Norte de Portugal representa 18% de toda a Rede Natura 2000 Portuguesa (2.476.023,7ha) e que a área de Rede Natura 2000 em Castilla y León é praticamente a mesma que a existente em todo o

Portugal (2.466.223,8ha) e representa aproximadamente 13% da área de Rede Natura Espanhola (18.995.741,9ha).

Figura 1: Espaços da Rede Natura 2000 na Comunidade de Trabalho

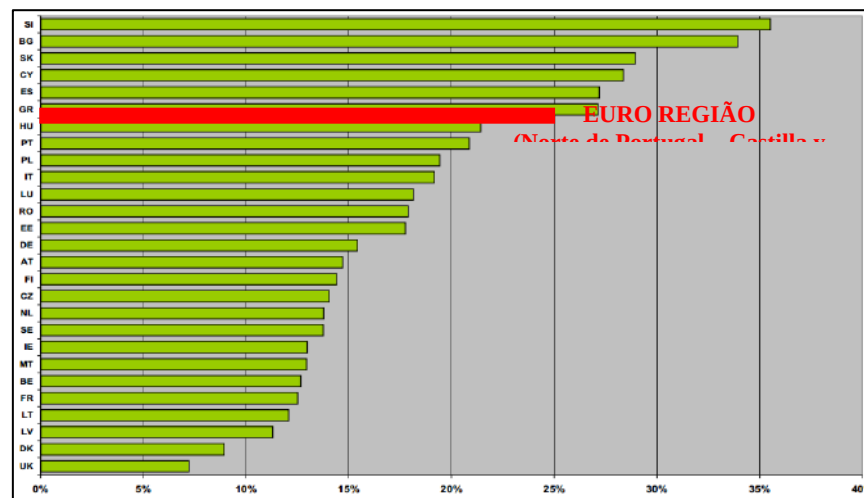


Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos em: <http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/natura-1>, julho de 2014.

No total, as duas regiões, Norte de Portugal - Castilla y León, apresentam valores na ordem dos 25%, do total da sua área, coberta pela Rede Natura 2000, ligeiramente abaixo 27,2% de cobertura em Espanha e ligeiramente acima dos 20,9% de cobertura em Portugal, como se pode verificar na imagem seguinte.

A Comunidade de Trabalho (Gráfico 4) estaria em sétimo lugar europeu em percentagem de área ocupada pela Rede Natura 2000. Esta lista é liderada pela Eslovénia (35,5%), seguem-se, respetivamente, Bulgária (33,9%), Eslováquia (29,0%), Chipre (28,4%), Espanha (27,2%), Grécia (27,1%), Hungria (21, 4%) e Portugal (20,8%), sendo estes, os países, com percentagens superiores a 20%, do seu território, coberto pela Rede Natura 2000.

Gráfico 4: Percentagem de cobertura territorial por Rede Natura 2000.

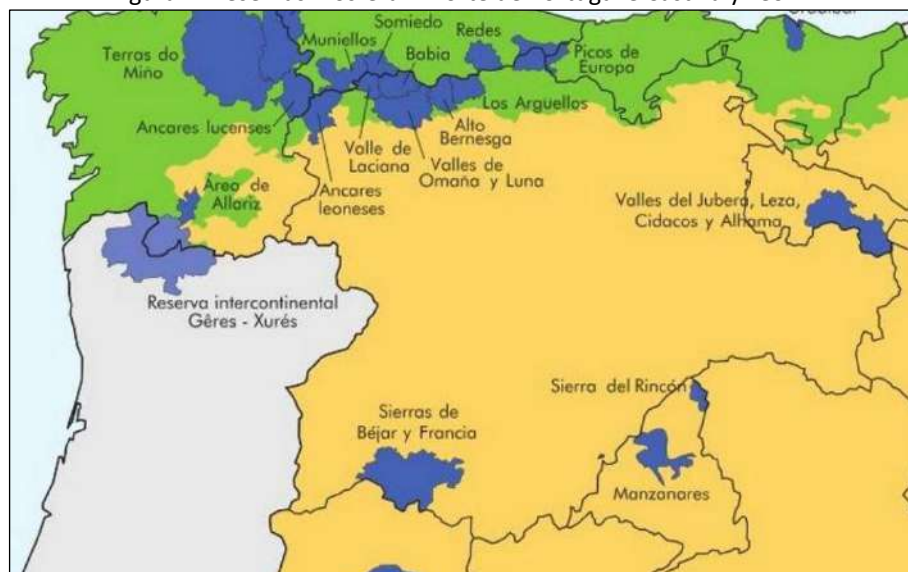


Fonte: Editado a partir de:

http://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/db_gis/pdf/area_calc.pdf, julho de 2014.

Um outro instrumento de proteção e valorização do património natural é a reserva da biosfera, onde, na Rede Portuguesa de Reservas da Biosfera, a região norte contribui com a região Transfronteiriça Gerês/Xúres (Galícia (Figura 2).

Figura 2: Reservas Biosfera – Norte de Portugal e Castilla y León.



Fonte: www.reservabiosferageresxures.com/l/pt/rb3.html, julho de 2014.

Já a região de Castilla Y León possui, na reserva da biosfera, as áreas dos Picos de Europa (Castilla y León, Asturias y Cantabria), Alto

Bernesga, Los Ancares Leoneses, Babia, Los Argüellos, Sierras de Béjar y Francia, Valle de Laciana, Valles de Omaña y Luna¹⁷.

Existe, contudo, a pretensão de criar na Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Castilla y León a maior Reserva da Biosfera da Europa, num território que abrangerá os parques naturais de Montesinho, do Douro Internacional, de Sanábria e das Arribas do Douro, alguns territórios inseridos na Rede Natura, como a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, Romeu, Sierra de la Culebra, Lagunas de Villafafila e Rio Sabor/Rio Maçãs¹⁸.

Também os geoparques são territórios que apresentam um património geológico com relevante interesse científico, educativo estético e cultural e que levam a cabo projetos de desenvolvimento local baseados na promoção turística. No Norte de Portugal encontram-se os Geoparques de Arouca e de Terras de Cavaleiros, este ultimo recentemente inscrito na rede UNESCO de geoparques.

¹⁷ <http://www.reservabiosferageresxures.com/l/pt/rb3.html>, julho de 2014

¹⁸ http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=38506¬iciaId=49410&pastaNoticiasReqId=44435, julho de 2014

Em Castilla y León não há ainda registo de nenhum geoparque classificado pela UNESCO e inscrito na rede global de geoparques, no entanto, a forte presença de património geológico de relevo na região, tem vindo a mobilizar várias candidaturas a esta classificação mundial.

2.3.2 Património Cultural, Turismo e Indústrias Criativas e Culturais

Em relação à ligação entre património (material e imaterial) a Comunidade de Trabalho tem de estar ciente de que a mesma é crescente, com os operadores turísticos a centrarem, cada vez mais, a valia do património na programação de circuitos e estadias. Esta afirmação é claramente suportada em Guedes (2014: 246-247)¹⁹ que, após a análise de conteúdo de uma amostra de programas de oferta turística dos seis principais mercados emissores para Portugal, conclui:

¹⁹ Guedes, Alexandre, S. (2014). *O Domínio do Cultural no Turismo Organizado – O Caso Português: Da polarização territorial à valorização endógena e local*. Tesis Doctoral. Universidade de Salamanca, Facultad de Geografía e Historia. Salamanca, Espanha.

- As operações turísticas organizadas, tendo como suporte a relação entre cultura e património, podem desempenhar a função de catalisadoras de práticas turísticas em regiões periféricas e de baixa densidade.
- Existem de padrões e estruturas programadas que têm, maioritariamente, uma natureza circular, mas que percorrem o território segundo um *nexus* sequencial que estabelece a ligação entre nodos a partir de portais que têm uma função estratégica na desobstrução de cinturas de natureza periférica ou de maior opacidade turística. E, nesta relação, revelam importância determinante os focos de maior concentração de recursos patrimoniais de superior valia matricial.
- O turismo pode reanimar cinturas e tecidos sociais e económicos, alguns em estado intermitente, e que o território, de uma forma recíproca, pode estabelecer uma relação de troca, assentindo a transformação do seu reduto endógeno e a sua dimensão cultural e patrimonial em ativo turístico com um valor de troca e económico.

Para a Comunidade de Trabalho esta visão traduz-se na potencial utilização do grande manancial patrimonial e cultural como recurso produtivo de atividades turísticas promotoras de desenvolvimento económico local, tendo como um das principais portas de entrada a cidade do Porto e estendendo os nodos de ligação aos restantes territórios²⁰ da Comunidade de Trabalho.

O planeamento estratégico das cidades (e dos países) passa necessariamente pela preservação do património cultural, pelo cuidado nos arranjos urbanísticos, pela preservação da biodiversidade entre outros fatores de atratividade e que pretendem dar resposta a um turista cada vez mais exigente.

Desta forma, a região Norte e a região de Castilla y León têm um potencial turístico reconhecido internacionalmente como Património Cultural da Humanidade que constitui, conjuntamente, uma oportunidade única de desenvolvimento, e que abaixo se descreve:

²⁰ Um exemplo desta ligação são os cruzeiros fluviais no rio Douro que vão do Porto a Barca d'Alva e que incluem visitas à cidade de Salamanca. Esta prática pode e deve ser replicada a outros espaços geográficos, com os necessários ajustamentos.

- Região Norte
 - Centro Histórico do Porto
 - Centro Histórico de Guimarães
 - Vale do Côa
 - Alto Douro Vinhateiro
- Castilla y León
 - Cidade de Ávila
 - Cidade de Segóvia
 - Cidade de Salamanca
 - Las Médulas, León
 - Caminho de Santiago

Também o património cultural imaterial pode ser considerado como recurso turístico importante. De acordo com a UNESCO entende-se por património cultural imaterial as práticas representações, expressões, conhecimentos e aptidões, bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados e que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu legado cultural. Este património, transmitido de geração em geração, é

constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

As duas regiões são ricas neste tipo de património, destacando-se:

- As tradições e expressões orais. A língua mirandesa (artur leonês), segunda língua oficial de Portugal, topónimos, literatura oral tradicional (contos, lendas, provérbios, rezas...) em mirandês, espanhol e português.
- Artes do espetáculo. Autos da paixão, Mascaradas de inverno e do entrudo, Festival de Música Folk de Sendim, Festival da canção mirandesa, no dia da cidade de Miranda do Douro; gaiteiros e danças de paus; músicas da raia; gaiteiros).
- Conhecimentos relacionados com a natureza. Etnobotânica tradicional; conhecimento relacionados com os pombais e a sua cultura; conhecimentos relacionados com os cogumelos e também os burros de Miranda do Douro; conhecimentos e saberes relacionados com a ovelha churra-galego-mirandesa

(Miranda do Douro e Terra de Sayago); conhecimentos relacionados com o vinho (Sendim – Fermoselle); saberes do contrabando tradicional e as suas paisagens; imaginários coletivos da paisagem; saberes tradicionais ligados à alimentação.

- Artesanato tradicional. Ofício e conhecimento do fabrico das navalhas de Palaçoulo, da cerâmica de Moveros (Zamora) e da Olaria de Pereruela (Zamora); saberes do fabrico das capas de honras; saberes do fabrico artesanal de compotas e transformação de produtos agrícolas.

O território da Comunidade de Trabalho não é apenas um espaço físico. É também um espaço semiotizado no qual a memória coletiva tem os seus pontos de apoio. É um espaço que conserva na materialidade das suas paisagens físicas e humanas um repositório de referentes inter-geracionais significativos que o tornam singular e se afiguram como fator adicional de atratividade turística. São vários os museus e as associações que se dedicam à preservação e difusão das identidades coletivas locais.



O Turismo tem vindo a conquistar ao longo dos últimos anos um papel preponderante na sustentabilidade das regiões, através não só da criação de emprego mas também das receitas geradas. No caso da região Norte de Portugal destaca-se o crescimento dos últimos anos, superior à média nacional, incentivado também pelo desenvolvimento do aeroporto Sá Carneiro na cidade do Porto e que serve como porta de entrada para toda a região.

Um aumento de cerca de 7% do número de camas disponíveis desde 2008²¹, permitiu dar resposta ao crescimento da procura hoteleira na região Norte, que a par da melhoria significativa da qualidade da oferta em termos de estabelecimentos hoteleiros tem permitido atrair um turista com maior capacidade financeira. As várias referências à excelência da região em revistas internacionais têm contribuído para o maior fluxo destes turistas, com um impacto financeiro expressivo nas economias locais, obrigando a uma redefinição da oferta de produtos.

O ano de 2012 (Tabela 17) regista valores pouco positivos em termos turísticos para as duas regiões e para os dois países. No entanto, a região Norte e Portugal têm vindo a definir-se cada vez mais como um destino turístico importante, de que é prova a recuperação evidente do aumento do número de noites dormidas no ano de 2013, e que se opõe à pequena recuperação sentida por Castilla y León.

²¹ Dados Eurostat - <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014

Tabela 17: Variação do número de noites dormidas

País/Região	2009	2010	2011	2012	2013
Espanha	-7,2	4,7	6,9	-1,8	1,7
Castilla y León	-3,2	-0,7	0,0	-7,7	-0,5
Portugal	-6,3	1,5	4,0	-0,2	5,1
Norte	-1,4	1,9	1,9	-0,6	10,7

Fonte: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>, julho de 2014.

Em termos comparativos nacionais, Portugal regista variações positivas face ao ano anterior mais baixas do que Espanha, mas ao mesmo tempo também regista um valor inferior no que diz respeito às variações negativas, recuperando em 2013 de uma forma mais pronunciada.

A importância da oferta conjunta de experiências turísticas diferenciadoras é assim evidente, havendo lugar para o crescimento e consolidação do reconhecimento internacional de excelência turística das duas regiões que, associada ao crescente turismo de proximidade concorrerá para o claro desenvolvimento das

comunidades locais, contribuindo desta forma para uma maior coesão do território.

O setor das indústrias criativas e culturais tem vindo a crescer a nível europeu, desde logo pelo dinamismo que o caracteriza, mas também pela elevada importância em termos de criação de emprego contribuindo para o desenvolvimento de projetos inovadores e fortemente orientados para os mercados internacionais. A região Norte de Portugal conta com um elevado número de empresas nesta área, com infraestruturas de apoio já estabelecidas (Clusters das indústrias criativas²²) que permitirão criar estratégias de cooperação que estimulem o empreendedorismo característico deste setor, bem como o desenvolvimento de importantes ganhos de escala pelo funcionamento em rede entre as duas regiões.

De acordo com o I *Plan de Industrias Culturales y Creativas de la Comunidad de Castilla y León 2013-2016*²³ o setor cultural empregava 508 700 pessoas (2,8% do emprego em Espanha) no ano

²² <http://www.addict.pt/>

²³ Junta de Castilla y León, *I Plan de Industrias Culturales y Creativas de la Comunidad de Castilla y León 2013-2016*, http://ceeiburgos.es/sites/default/files/ficherospublicados/plan_iicc_cyl_2013.pdf

de 2010, sendo que o maior número de empresas se concentrava em atividades de Desenho, Criação Artística e Espetáculos com um peso de 28,3% do total de empresas.

A região de Castilla y León regista 5 423 empresas, estando cerca de 37% delas sediadas na capital da região, Valladolid. A aposta no desenvolvimento deste setor é fundamental para aumentar a competitividade das regiões, melhorando a imagem que ambas projetam para o exterior, enquanto solidificam a diversidade cultural das mesmas, através da promoção da Língua, do Património e da Identidade.

As exigências constantes de adaptabilidade de um mundo globalizado requerem capacidade de mudança permanente que a planificação de estratégias e investimentos comuns poderá ajudar a enfrentar, pelo que o desenvolvimento de políticas coordenadas entre as duas regiões é tão mais importante neste setor, que se espera seja a base da inovação do tecido empresarial da Comunidade de Trabalho.

2.3.3 Fontes de Energia Renovável

No âmbito das fontes de energia renovável, as duas regiões (assim como Portugal e Espanha) apresentam resultados acima da média da União Europeia onde a percentagem de eletricidade produzida a partir de fontes de energia renovável se fixou, em 2012, nos 23,5%.

Portugal está, claramente, no grupo líder europeu no que diz respeito à produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renovável com cerca de 48% da energia produzida ser de origem renovável sendo apenas suplantado pela Suécia (60%), Áustria (65,5%) e Noruega (104,3%). Espanha com 33,5% da eletricidade produzida através de fontes de energia renovável, no ano de 2012, fixou-se, claramente, acima da média Europeia.

Na Tabela 18, podem observar-se os valores respeitantes às percentagens de energia elétrica gerada a partir de fontes de energia renovável na União Europeia, Espanha, Portugal, Castilla y León e Norte de Portugal.

Tabela 18: Percentagem de energia elétrica produzida a partir de fontes de energia renovável

País / Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
UE	N.D	14,3	14,8	15,4	16,1	17,0	19,0	19,7	21,7	23,5
Espanha	N.D	19,0	19,1	20,0	21,7	23,7	27,8	29,7	31,6	33,5
Castilla y León	N.D	N.D	27,8	38,0	43,0	36,6	56,0	76,8	53,2	49,7
Portugal	N.D	27,5	27,7	29,3	32,3	34,1	37,6	40,7	45,9	47,6
Norte	61,3	51,3	37,1	61,2	59,7	51,2	58,0	68,5	63,2	64,1

Fontes: Eurostat, INE, Junta de Castilla y León, novembro de 2014.

As áreas que compõem a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal e Castilla y León têm valores superiores aos dos respetivos países destacando-se, em 2012, os 63,2% de energia produzida a partir de fontes de energia renovável no Norte de Portugal, onde se atingiu um máximo de 68,5% no ano de 2011. Já na região de Castilla y León, no ano de 2012, praticamente metade da energia elétrica produzida teve origem em fontes renováveis e destaquem-se os 76,8% de eletricidade produzida por fontes renováveis no ano de 2010, facto a que não será alheia a baixa produção de energia elétrica por centrais

térmicas com uma produção de 2.558.424Mwh em comparação com 14.068.042Mwh no ano de 2012.

As fontes de energia renovável utilizadas, no ano de 2012, para a produção de eletricidade são, por ordem de influência na Comunidade de Trabalho, a eólica, hídrica e solar, sendo que na região Norte de Portugal a produção foi distribuída da seguinte forma: hídrica (8.606.262Mwh), eólica (3.349.141Mwh) e solar (224Mwh), já na comunidade de Castilla y León a ordem foi: eólica (11.526.858Mwh), hídrica (5.394.026Mwh) e solar (822.995Mwh).

Na Tabela 19, podem observar-se as percentagens de energia elétrica consumida que foi produzida a partir de fontes de energia renovável na União Europeia, Espanha e Portugal.

Tabela 19: Percentagem do consumo de energia total procedente de fontes renováveis.

País / Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
UE	N.D	8,3	8,7	9,3	10,0	10,5	11,9	12,5	12,9	14,1
Espanha	N.D	8,3	8,4	9,2	9,7	10,8	13,0	13,8	13,2	14,3
Castilla y León	N.D	N.D.	N.D	N.D	N.D	N.D.	N.D	N.D	N.D	N.D
Portugal	N.D	19,2	19,5	20,7	21,9	22,9	24,5	24,2	24,5	24,6
Norte	N.D	N.D.	N.D	N.D	N.D	N.D.	N.D	N.D	N.D	N.D

Fontes: Eurostat, INE, Junta de Castilla y León, novembro de 2014.

Analisando a Tabela 19 verifica-se que a percentagem de energia elétrica consumida, com origem em fontes renováveis, em Portugal e Espanha (para Castilla y León e para o Norte de Portugal não se conhecem dados) tem aumentado, ao longo dos anos. Portugal no ano de 2012 com 24,5% da energia consumida a ser produzida por fontes renováveis está, claramente, acima da média europeia de 14,1%. Espanha está ligeiramente acima da média da UE com 14,3% da energia consumida a ser procedente de fontes renováveis no ano de 2012.

2.3.4 Eficiência Energética

A intensidade energética é um indicador da eficiência energética de uma economia, pois quanto menor for a intensidade energética, maior é a eficiência energética de uma economia. Este indicador é calculado como sendo o quociente entre o consumo energético e o produto interno bruto (PIB) do país. Na Tabela 20 podem ser observados os valores deste indicador, para Portugal, Espanha, em termos comparativos com a UE (para Castilla y León e para o Norte de Portugal não se conhecem dados).

Tabela 20: Intensidade energética da economia (Kg equivalentes de petróleo/1000 euros)

País / Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
UE	169,2	166,9	163,9	159,2	151,9	151,0	148,9	151,6	144,0	143,2
Espanha	158,9	160,8	158,6	152,6	149,4	143,5	137,2	137,0	135,1	136,4
Castilla y León	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D
Portugal	171,8	174,9	178,1	167,4	163,4	158,6	161,2	153,2	150,8	146,5
Norte	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D

Fonte: Eurostat, julho de 2014.

Portugal e Espanha possuem realidades algo distintas relativamente a este indicador, pois enquanto Espanha, no ano de 2012, registava um valor de 136,4 Kg eq/1000€ abaixo da média Europeia (143,2Kg eq/1000€), Portugal encontra-se acima desta média com um valor de 146,5Kg eq/1000€, pese embora se tenha registado em Portugal uma queda contínua neste indicador desde 2009.

2.3.5 Gestão de Riscos

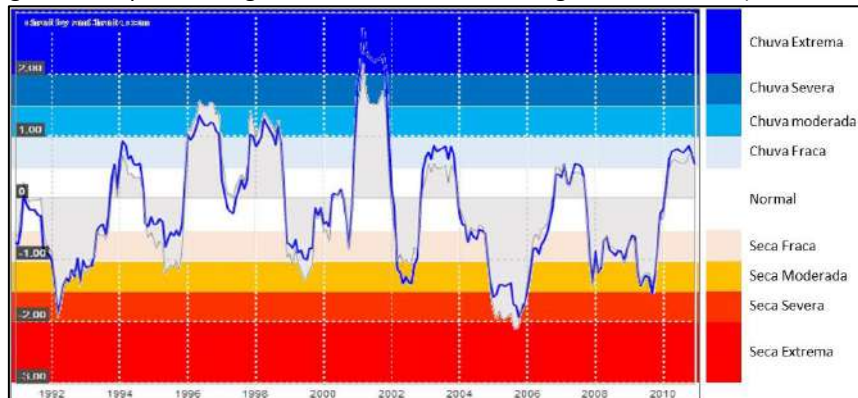
Neste ponto serão analisados temas relacionados com temperaturas, precipitações, secas e incêndios entre outros. A relevância destes temas para as regiões do Norte de Portugal e Castilla y León refere-se, fundamentalmente, às consequências associadas a estes riscos em termos de perda de biodiversidade e ameaça ao potencial turístico e económico das mesmas. O projeto "Climate: Climate Change and Territorial Effects" de ESPON 2013 assinala os países do sul da Europa como os mais vulneráveis às alterações climáticas.

2.3.5.1 Seca

O índice de precipitação standardizada - SPI (Standardized Precipitation Index), foi desenvolvido em 1993 e corresponde ao desvio de precipitação em relação à média para um período de tempo específico, dividido pelo desvio padrão do período a que diz respeito essa média (Instituto Português do Mar e da Atmosfera - IPMA).

Na Figura 3 pode-se observar o SPI para Portugal Continental (área a cinza) e para a bacia hidrográfica do Douro (linha a azul), na qual se pode verificar que na maioria dos anos, o País e a Região Norte, se encontram dentro dos valores normais ou pouco acentuados (-1,0 a 1,0) de SPI sendo que os maiores extremos verificados se registam na chuva extrema, sendo que a bacia hidrográfica do Douro ultrapassa, normalmente, a média do País em termos de precipitação.

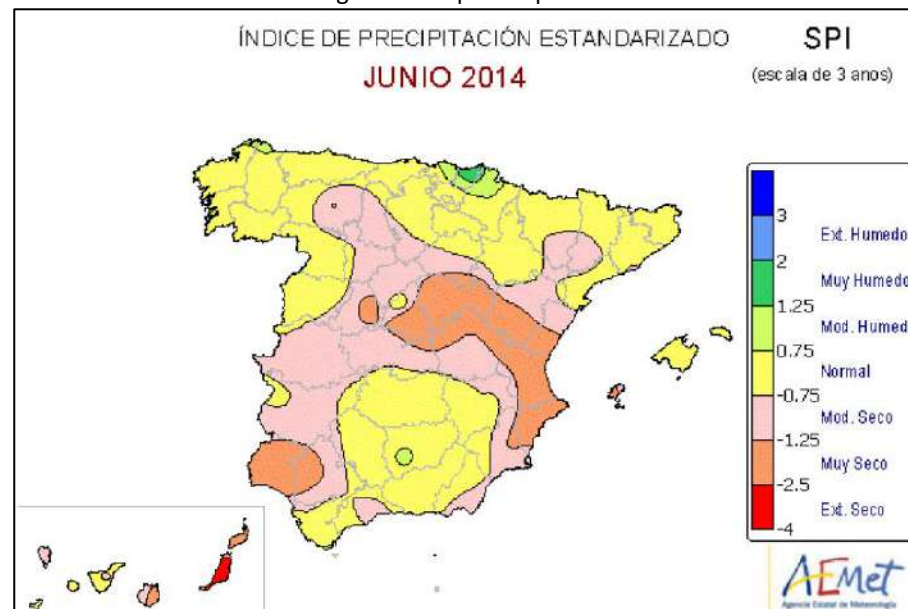
Figura 3: SPI para Portugal Continental e bacia hidrográfica do Douro (1990-2010).



Fonte: IPMA, julho de 2014.

Na Figura 4 pode-se observar o índice SPI para o território Espanhol, verificando-se que a região de Castilla y León se divide em duas grandes zonas, uma com um SPI normal e uma outra com um índice SPI moderadamente seco. Registe-se, também, a existência de uma pequena área em que o SPI atinge valores de muito seco.

Figura 4: SPI para Espanha.



Fonte: AEMet, julho de 2014.

2.3.5.2 Incêndios Florestais

Os incêndios florestais são um dos problemas ambientais mais importantes na destas duas regiões e apresentam sérias ameaças ao território, como o aumento da erosão dos solos, a redução da produtividade do solo, a perda de biodiversidade, alterações no ciclo hidrológico, redução da capacidade de captação de CO₂, as perdas

económicas associadas à destruição da matéria-prima e ameaças à segurança da população.

Na Tabela 21 apresentam-se os dados referentes aos incêndios - número e na Tabela 22 os dados referentes aos incêndios - área ardida nos últimos anos em Portugal, Espanha e Comunidade de Trabalho.

Tabela 21: Incêndios florestais - número.

País / Região	Número de Incêndios									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Espanha	18.617	21.394	25.492	16.334	10.932	11.656	15.642	11.722	16.028	15.895
Castilla y León	1.607	1.942	2.986	1.697	1.511	2.094	2.699	1.173	2.169	2.611
Portugal	N.D.	N.D.	N.D.	20.537	20.411	15.067	26.185	22.129	25.345	21.408
Norte	16.633	17.758	22.905	11.620	11.441	7.130	18.161	14.582	17.524	13.125

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal), Instituto Nacional de Estadística (Espanha), novembro de 2014.

A Região Norte portuguesa, é claramente, a região portuguesa onde se registam mais incêndios, com valores superiores a 50% dos incêndios registados (exceto no ano de 2008 com 47%), realça-se os

mais de 60%, dos incêndios registados em Portugal, desde o ano 2009, tendo nos anos de 2009 e 2011 atingido valores superiores a 69%. Já no caso espanhol, em termos de número de incêndios, a região de Castilla y León foi responsável por valores na ordem dos 8,5% a 18% dos incêndios registados em Espanha.

Tabela 22: Incêndios florestais - área ardida.

País / Região	Área Ardida (ha)									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Espanha	148.173	134.170	188.672	155.362	86.112	50.321	119.891	54.769	80.009	198.936
Castilla y León	32.800	15.786	46.406	15.732	9.760	16.059	31.057	8.901	14.423	39.742
Portugal	N.D.	N.D.	N.D.	79.390	34.078	18.041	87.710	141.723	74.574	117.198
Norte	37.944	46.553	142.528	42.601	14.497	7.788	59.304	84.494	49.328	42.653

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal), Instituto Nacional de Estadística (Espanha), novembro de 2014.

Relativamente à área ardida em Portugal, as percentagens da Região Norte estão em linha com o número de incêndios com valores na ordem dos 43% a 67% à exceção do ano de 2012 em que a área ardida no Norte de Portugal representa cerca de 36% do total nacional. No caso de Castilla y León os valores de área ardida estão,

também, em linha com os obtidos para o número de incêndios, com valores compreendidos entre 11% e os 20% sendo a exceção os anos de 2008 e 2009 com respetivamente 32% e 25% da área ardida em Espanha.

Realce-se que no ano de 2012 a região Norte de Portugal registou, ela só, mais incêndios que Espanha na totalidade, e que apesar de em Espanha o número de ignições variar entre os 53% a 74% das registadas em Portugal, em termos de área ardida os valores invertem-se. A avaliação da evolução destes parâmetros (número de incêndios e área queimada) é difícil de se fazer, dependendo de vários fatores antropogénicos, ambientais e climáticos. Esta situação é facilmente perceptível pela evolução errática em termos de número de incêndios e área ardida, com constantes variações ao longo dos anos.

2.3.5.3 Inundações

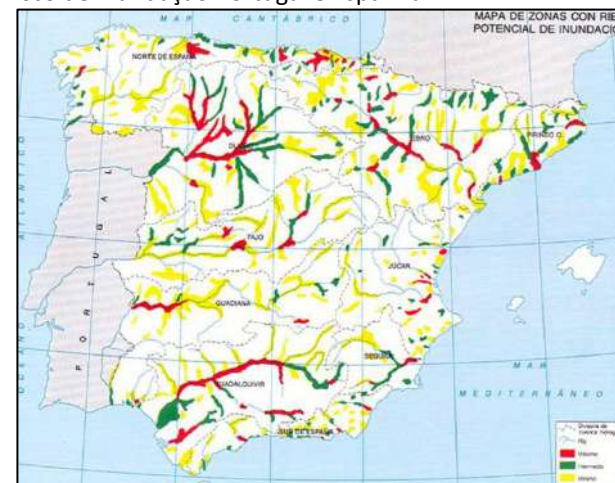
As condições geográficas, morfológicas e climáticas influenciam o risco de exposição a inundações, com consequências sociais e económicas potencialmente terríveis.

Na Figura 5 podem ser observadas as áreas de risco de inundação em Portugal e Espanha. Através destas imagens é possível facilmente aferir que a região Norte de Portugal tem poucas áreas com risco significativo de inundação, existindo apenas algumas situações pontuais em áreas costeiras. A área, em Portugal, com maiores problemas de inundações situa-se no vale do Tejo, onde este fenómeno ocorre com carácter sazonal.

Figura 5: Risco de inundação Portugal e Espanha.



Fonte: ANPC 2014 (Avaliação Nacional de Risco)



Fonte: Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente de España (MAGRAMA)

No contexto espanhol, registam-se várias áreas com elevado risco de inundação, sendo de realçar, na região de Castilla y León a bacia hidrográfica do rio Douro.

2.3.6 Transportes e Acessibilidade

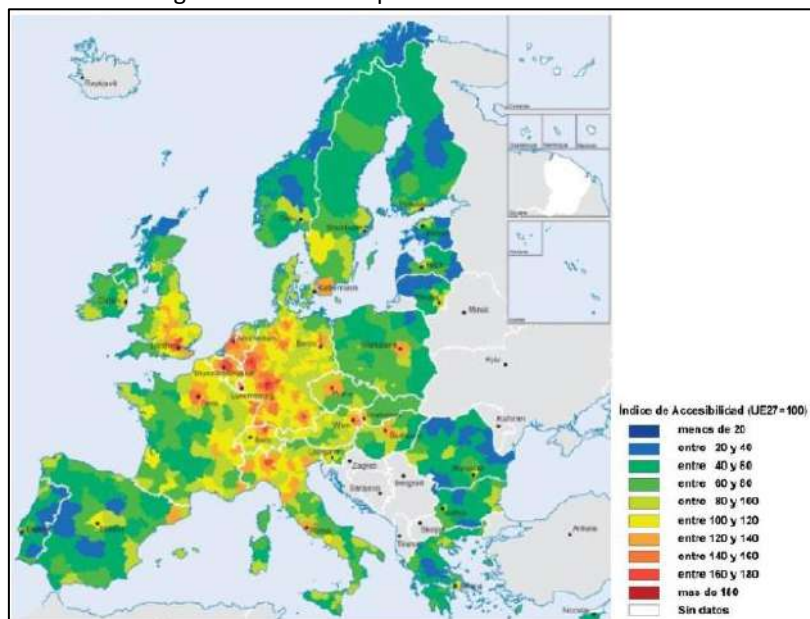
Embora as infraestruturas não sejam as principais prioridades estratégicas para a programação 2014-2020, a iniciativa "Interligar a Europa" irá financiar projetos neste domínio, com destaque para a integração dos modos de transporte e sustentabilidade. Na verdade, a política comum de transportes da UE baseia-se, atualmente, nos conceitos de intermodalidade e sustentabilidade. Neste sentido, promove-se a consolidação da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) mediante o desenvolvimento de serviços de transporte energeticamente eficientes, economicamente competitivos, com elevado nível de segurança e ambientalmente limpos. Além disso, numa visão mais abrangente para o sistema de transportes, planeia-se a consolidação das cadeias de transporte e integração dos diferentes tipos de transporte (rodoviário, ferroviário e fluvial),

fazendo escolhas que aumentem a intermodalidade e as soluções mais adequadas.

Além da importância do tema a nível europeu, o transporte e as acessibilidades continuam a ser de grande relevância para a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Castilla y León que apresenta, por motivos de ordem geográfica, histórica, cultural, política e económica, sub-regiões com grandes debilidades do ponto de vista da mobilidade.

Na Figura 6 apresenta-se o Índice de Acessibilidade a nível Europeu, na qual facilmente se percebe que existem várias zonas, das Euro Regiões, com níveis de acessibilidade que se encontram muito abaixo da média Europeia, com valores na ordem dos 20% a 40% da média da União Europeia. Existem, contudo, vastas áreas na ordem dos 40% a 60% e 60% a 80% (principalmente do lado Espanhol) sendo as áreas acima dos 80% bastante reduzidas no Norte de Portugal em Castilla y León.

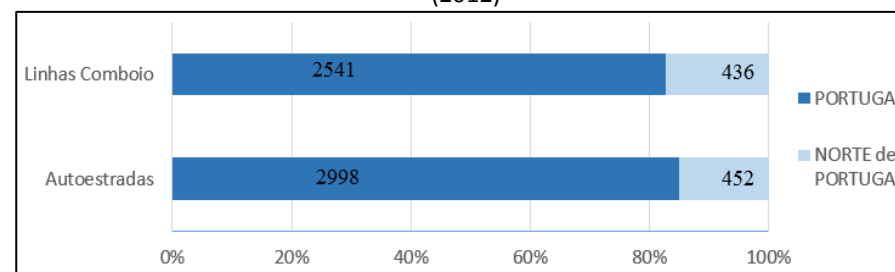
Figura 6: Índice Europeu de acessibilidade 2010



Fonte: Eurostat, julho de 2014

No Gráfico 5 podem ser observados os quilómetros de Linhas de Comboio e Autoestradas existentes em Portugal e na Região Norte, onde se verifica que nesta região existem menos de 20% das infraestruturas de transportes terrestres do País, com taxas na ordem dos 17% das linhas de comboio e 15% das autoestradas Portuguesas.

Gráfico 5: Km de Linha de Comboio e Autoestradas em Portugal e Região Norte (2012)



Fonte: Eurostat, Instituto Nacional de Estatística, julho de 2014.

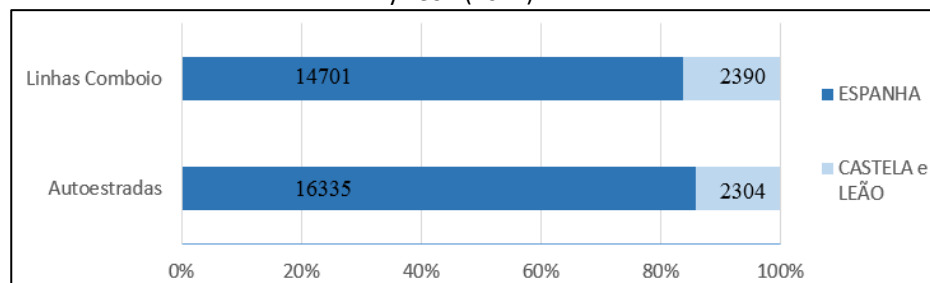
As intervenções efetuadas recentemente na rede rodoviária fundamental na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente a finalização da A24 entre Vila Verde da Raia e Viseu, a transformação do IP4 em A4 entre Quintanilha e Vila Real e as obras que se encontram em concurso público para a conclusão da A4 entre Vila Real e Amarante, bem como a construção do IP2, permitirão uma redução significativa do encravamento geográfico da região Transmontana e a consequente melhoria de acesso rodoviário do litoral português a Castilla y León.

Do mesmo modo, o reforço da rede rodoviária ocorrido nas regiões fronteiriças de Galiza e Castilla y León em finais do século passado,

nomeadamente através da construção da A-52 e da A-11 permitiram à região assegurar uma nova centralidade e uma significativa acessibilidade a alguns dos principais centros urbanos espanhóis como Vigo, Corunha, Valladolid e Madrid.

No Gráfico 6 podem ser observados os quilómetros de Linhas de Comboio e Autoestradas existentes em Espanha e Região de Castilla y León.

Gráfico 6: Km de Linha de Comboio e Autoestradas em Espanha e Região de Castilla y León (2012)



Fonte: Eurostat, Instituto Nacional de Estadística, julho de 2014

Verifica-se que na região de Castilla y León se desenvolvem cerca de 16% da rede ferroviária e 14% da rede de autoestradas espanholas. Esta região possui, praticamente, os mesmos quilómetros destas redes de transportes que Portugal na sua totalidade.

Relativamente ao transporte ferroviário registe-se a existência de um corredor onde se prevê a ligação entre as cidades de Aveiro (Portugal) e Salamanca (Espanha), beneficiando as duas regiões em profundidade com a criação desta ligação ferroviária.

Para se assegurar a conclusão efetiva dos canais de ligação entre Bragança e a rede rodoviária principal de Espanha, faltam concluir algumas ligações, nomeadamente, o troço da A-11 entre Zamora e a ponte internacional de Quintanilha bem como o prolongamento do IP2 até Puebla de Sanabria (A-52), dado que só assim a região transfronteiriça assegurará a correta inserção na rede transeuropeia de transportes multimodal. O prolongamento do IP2 até à fronteira e consequentemente até Puebla de Sanabria, reveste-se aliás de fulcral importância para garantir o carácter multimodal desta integração na RTE-T, dado que se conseguiria deste modo assegurar um acesso rápido e eficaz à Rede de Ferroviária de Alta Velocidade (AVE), garantindo assim uma tripla integração modal da região na RTE-T (modo rodoviário, ferroviário e aéreo)²⁴.

²⁴ Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior/Transmontana, 2013

2.3.7 Síntese

Em geral as duas regiões apresentam indicadores positivos, caracterizando-se por serem detentoras de uma grande qualidade ambiental e diversidade ecológica e um riquíssimo património natural e cultural que lhes confere vantagens consideráveis na qualidade de vida e desenvolvimento do turismo.

Destaca-se a significativa presença de património natural classificado quer no âmbito da Rede Natura quer como Reserva da Biosfera, esta última com potencial de crescimento da área já classificada na Comunidade de Trabalho, fruto da elevada qualidade dos territórios transfronteiriços que sustentam mesmo a ambição de criação da maior reserva da biosfera europeia. Em conjunto com a relevante presença de património geológico na Comunidade de Trabalho, o turismo de natureza que estes ativos, naturais, ambientais e paisagísticos permitem promover apresenta-se também como um fator distintivo da Comunidade de Trabalho que importa potenciar.

Em termos de oferta e procura turística a Comunidade de Trabalho tem registado um crescimento e consolidação do reconhecimento internacional da sua excelência turística que, associada ao crescente

turismo de proximidade concorrerá para o claro desenvolvimento das comunidades locais, contribuindo desta forma para uma maior coesão do território.



A Comunidade de Trabalho destaca-se igualmente pelo seu potencial de geração de energia renovável, com destaque para as fontes eólica e hídrica, tendo um peso importante nos totais de produção energética dos respetivos contextos nacionais.

Em termos de exposição destas regiões a riscos naturais, denota-se a pouca exposição a fenómenos de seca mas em contrapartida uma relativamente alta exposição ao risco de fenómenos de cheia (no caso do Rio Douro na região de Castilla y León) e ao risco de incêndios florestais (no caso do Norte de Portugal).

Em termos de conectividade e acessibilidades do território da Comunidade de Trabalho, não obstante os investimentos efetuados nos últimos anos, subsistem ainda algumas debilidades, sobretudo ao nível da permeabilidade transfronteiriça, com a falta de fecho de algumas ligações rodoviárias de fronteira a limitarem ainda a conexão plena às redes transeuropeias de transporte.

2.4 COESÃO TERRITORIAL E NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de coesão territorial ultrapassa a noção de coesão económica e social, alargando-o e consolidando-o (3º Relatório sobre a coesão económica e social da União Europeia, 2004). Importa contudo analisar fatores críticos que condicionam a evolução social da Comunidade de Trabalho, tal como o envelhecimento populacional e os níveis de risco de exclusão social e abandono escolar, mas também os fatores potenciadores do desenvolvimento

económico das regiões, como o peso da formação e ensino superior na escolaridade global da população, os centros de geração de conhecimento que a Comunidade de Trabalho detêm e a questão da administração pública eletrónica.

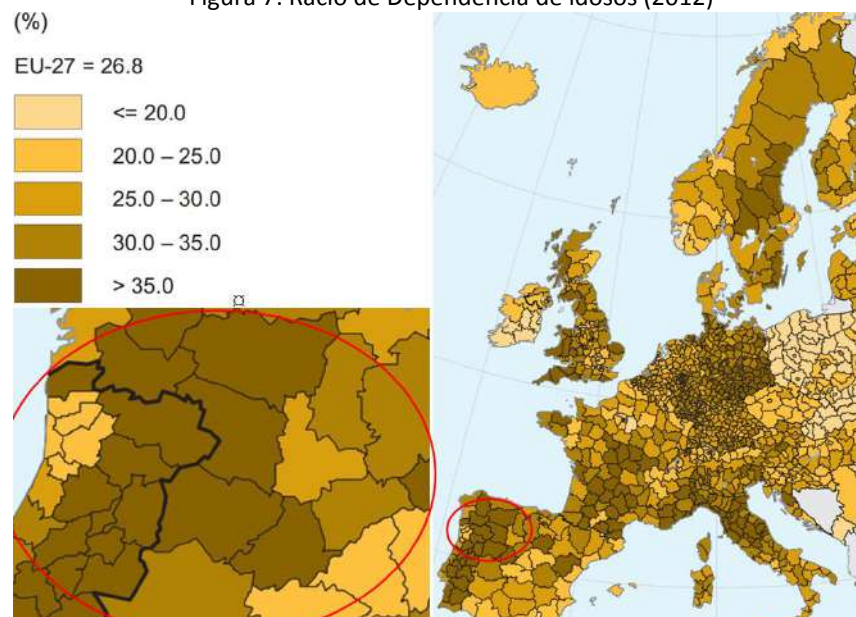
2.4.1 Envelhecimento Populacional

A situação demográfica das regiões do Norte de Portugal e Castilla y León é marcada por um intenso envelhecimento populacional, sobretudo nas sub-regiões do interior português e fronteiriças da região de Castilla y León. Aliás as zonas fronteiriças hispano-portuguesas apresentam dos maiores rácios de dependência de idosos a nível europeu cujos dados estão refletidos na Figura 7.

Analisando, atentamente, a figura verifica-se que grande parte do território em análise, em particular as sub-regiões fronteiriças, apresenta índices de dependência de idosos superiores a 35%. Para este facto em muito contribui a desertificação do Douro e Alto Trás-os-Montes em Portugal, ou Zamora e Salamanca em Espanha. Contudo é também de referir que é nesta mesma região, em especial

na zona do litoral norte português que se encontram algumas das sub-regiões mais jovens da União Europeia, como o Cávado, o Ave e o Tâmega.

Figura 7: Rácio de Dependência de idosos (2012)



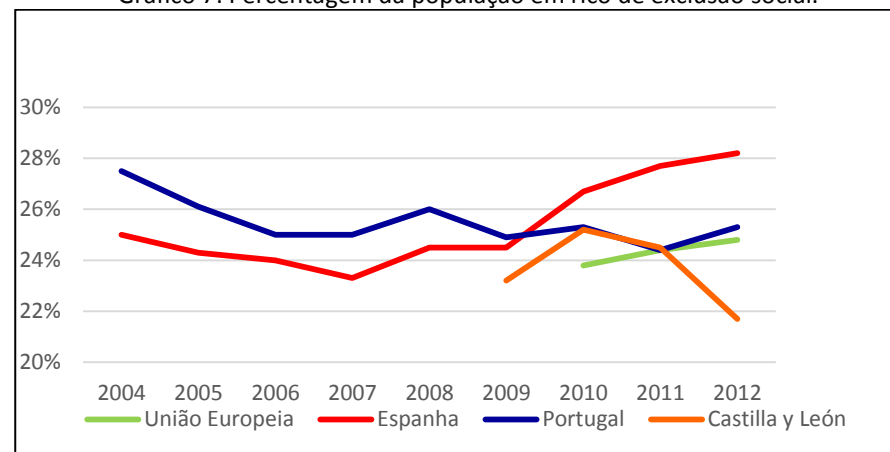
Fonte: Eurostat, julho de 2014.

2.4.2 Exclusão Social

A exclusão social representa um grave problema na União Europeia, especialmente com a atual crise económica, particularmente sentida

em países como Portugal e Espanha. A comprovar estes dados (Gráfico 7) regista-se o valor de Castilla y León, abaixo da média europeia (24,8%), com uma taxa de risco de exclusão social de 21,7%.

Gráfico 7: Percentagem da população em risco de exclusão social.



Fonte: Eurostat, novembro de 2014

De acordo com o expresso no gráfico, facilmente se percebe que Espanha possui uma elevada percentagem da sua população em risco de exclusão social com uma taxa de 28,2 Portugal encontra-se ligeiramente acima da média europeia com uma percentagem de

25,3%. É de registar ainda uma diminuição do risco de exclusão social em Castilla y León de 2009 para 2012, revelando uma evolução positiva deste indicador em contraciclo com Espanha que registou uma evolução negativa deste parâmetro desde do ano de 2009 (24,5%) até 2012 (28,2%).

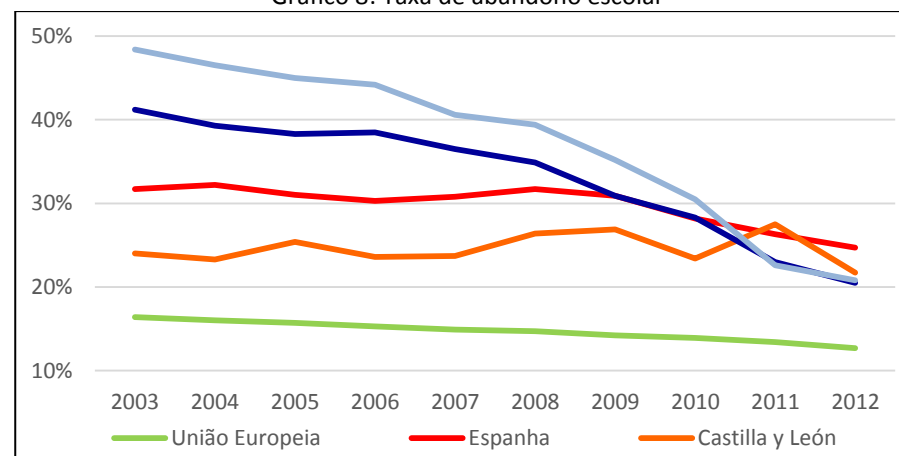
2.4.3 Taxa de Abandono Escolar

A taxa de abandono escolar é um dos indicadores utilizados para se avaliar o nível de desenvolvimento de um País. Quanto maior a taxa de abandono escolar nas primeiras etapas de ensino, menor será o número de pessoas que atingem o ensino universitário, o que diminui, consideravelmente, o desenvolvimento sustentado de uma economia baseada no conhecimento. Devido à sua relevância a redução deste indicador constitui um dos objetivos prioritários da Estratégia Europa 2020.

A taxa de abandono escolar (Gráfico 8), no ano de 2012, situou-se próxima entre as duas regiões (20,8% e 21,7% no Norte de Portugal e Castilla y León respetivamente), assim como em Portugal (20,5%)

sendo que Espanha regista valores um pouco mais elevados (24,7%). Os valores, de ambos os países, apresentam-se bastante longe da média europeia de 12,7%.

Gráfico 8: Taxa de abandono escolar



Fonte: Eurostat, novembro de 2014.

Da leitura do Gráfico 8 regista-se, de imediato, a diminuição generalizada das taxas de abandono escolar nos dois países e na UE, indo desta forma ao encontro das metas europeias traçadas. Em termos de análise nacional, e apesar de Portugal registar em 2003 valores elevados (acima dos 41%) a evolução deste indicador foi bastante positiva, atingindo em 2012 uma taxa próxima dos 20%. Este sucesso é ainda mais notório na Região Norte que apresentava,

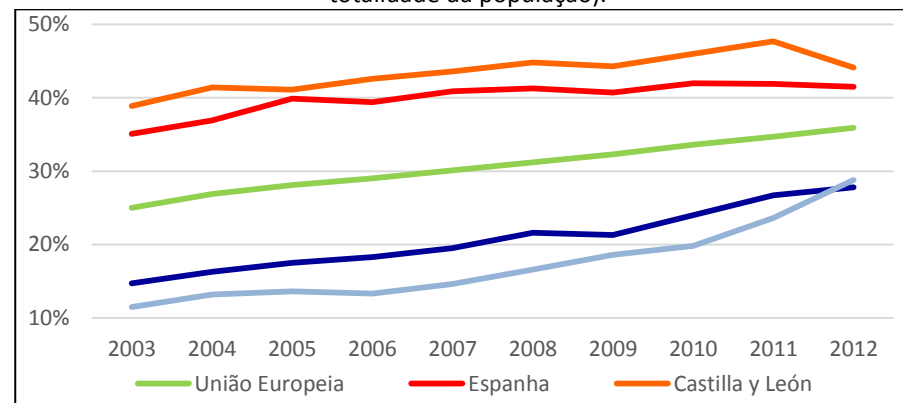
em 2003, valores de aproximadamente 48% de taxa de abandono escolar tendo recuperado para percentagens próximas dos 20%. A este facto não são alheias as alterações no sistema de ensino português que aumentou o número de anos de obrigatoriedade de frequência escolar. Na região de Castilla y León a evolução deste indicador, apesar de positiva foi menos acentuada, registe-se que, a taxa de abandono escolar, em Castilla y León era de 24,0% atingindo os 31,7% em Espanha no ano de 2003, encontrando-se, no ano de 2012, com valores de 21,7% e 24,7% de taxa de abandono escolar em Castilla y León e Espanha respetivamente.

2.4.4 Educação Superior

A educação superior tem um papel determinante na sociedade criando conhecimento e promovendo a inovação. Dada a sua relevância, a Estratégia Europa 2020 definiu como objetivo que pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos devam completar o ensino superior.

O objetivo europeu (40%) foi já ultrapassado em Espanha (41,5%) e Castilla y León (44,1%) apesar da ligeira quebra no ano de 2012, como se pode verificar no Gráfico 9.

Gráfico 9: População com 30-34 anos e ensino superior finalizado (% sobre a totalidade da população).



Fonte: Eurostat, julho de 2014.

Já o caso português é bastante diferente do espanhol, uma vez que a percentagem de indivíduos, entre os 30 e 34 anos, com ensino superior completo está bastante abaixo dos valores registados em Espanha (40,1%), com 27,8% na totalidade do país e 28,8% na Região

As duas regiões contam com 7 universidades públicas, sendo que estas possuem campus universitário em 16 cidades, como se observa na Figura 8:

Na imagem anterior podem-se observar a localização das seguintes Universidades Públicas:

- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com campus nas cidades de Vila Real e Chaves;
- Universidade do Minho com campus nas cidades de Braga e Guimarães;
- Universidade do Porto com campus na cidade do Porto.
- Em Castilla y León:
 - Universidade de Burgos com campus na cidade de Burgos;
 - Universidade de León com campus nas cidades de León e Ponferrada;
 - Universidade de Salamanca com campus nas cidades de Salamanca, Ávila, Béjar e Zamora;
 - Universidade de Valladolid com campus nas cidades de Valladolid, Palencia, Segovia e Soria.

A Região Norte de Portugal conta ainda com 4 institutos politécnicos, e um polo (Escola de Hotelaria e Turismo do Douro) ligado ao Instituto Politécnico de Viseu, na cidade de Lamego, cujo ensino, como o nome indica está fortemente vocacionado para as áreas

ligadas ao Turismo e Património. Na totalidade, estes institutos politécnicos estão presentes em 9 cidades (Figura 9) com a seguinte distribuição:

- No Norte de Portugal:
 - Instituto Politécnico de Bragança com campus nas cidades de Bragança e Mirandela;
 - Instituto Politécnico do Cávado e Ave com campus na cidade de Barcelos;
 - Instituto Politécnico do Porto com campus na cidade do Porto;
 - Instituto Politécnico de Viana do Castelo com campus nas cidades de Viana do Castelo, Melgaço, Ponte de Lima e Valença;
 - Instituto Politécnico de Viseu o campus na cidade de Lamego.

Figura 9: Campus Politécnicos no Norte de Portugal.



Fonte: Editado a partir de: <http://www.google.pt/maps>, julho de 2014.

O sistema universitário de Castilla y León tem 18 campus, 80.000 alunos e 6.000 professores/investigadores²⁵. As áreas de investigação são variadas, mas o registo dos Grupos de Investigação de Excelência apresentam a seguinte distribuição (Tabela 23) de acordo com as tecnologias essenciais (Biotecnologia, Materiais, Processos de Fabrico Avançados e TIC):

²⁵ <http://www.educa.jcyl.es/universidad/es/estadistica-universitaria-castilla-leon/datos-basicos-sistema-universitario-castilla-leon-curso-2-2.ficheros/472568-Datos%20B%C3%A1sicos%20del%20Sistema%20Universitario%20de%20Castilla%20y%20Le%C3%B3n%202013-14.pdf>

Tabela 23: Grupos de Excelência de Investigação nas Universidades de Castilla y León

UNIVERSIDADE	BIO	MAT	PRO	TIC
Universidade de Valladolid	5	12	7	2
Universidade de Salamanca	13	12	0	0
Universidade de León	10	7	1	0
Universidade de Burgos	1	0	0	0
Grupos C.S.I.C.	6	1	0	0
TOTAL	35	32	8	2

Fonte: Universidades de Castilla y León, outubro de 2014

Dados recentes da União Europeia²⁶ referem que a qualidade do Ensino Superior nas duas regiões está abaixo da média europeia (70,07 p.p.). Apesar disso, tanto a Região Norte (61 p.p.) como Castilla y León (66 p.p.) estão acima da média nacional que, para Portugal se situa nos 52,86 p.p. e para Espanha nos 62.16 p.p.

²⁶ European Service Innovation Scoreboard: Castilla y León (ES41) e European Service Innovation Scoreboard: Norte (PT1), ESIC European Service Innovation Centre, maio de 2014.

Estes valores corroboram a necessidade de investimento no Ensino Superior das regiões, e sustentam a ideia de que a colaboração entre os sistemas de ensino superior de ambas as regiões poderá produzir melhores resultados e naturalmente mais vantagens para os alunos dos dois países. A captação de fundos europeus nesta área torna-se assim mais imprescindível que nunca, representando a alavanca necessária para que as entidades de ensino superior aumentem não só o número de alunos, mas também obtenham a capacidade financeira necessária para articularem a investigação produzida com as empresas, contribuindo assim para a dinamização do tecido económico, dentro de uma verdadeira política de inovação.

O mesmo relatório apresenta ainda dados relativos à empregabilidade dos diplomados, que na Região Norte são inferiores à média nacional em 2 pontos percentuais e à média europeia em 12 p.p.. A região de Castilla y León apresenta melhores valores com uma média superior não só à nacional mas também à média europeia com uma diferença para esta última de quase 9 pontos percentuais.

2.4.5 Administração Pública Eletrónica

No âmbito do fomento da eficiência da gestão pública, foram aumentados os acessos *online* à administração pública central, regional e local, de forma a facilitar a resolução de vários assuntos por parte de particulares e empresas. Na Tabela 22 constam percentagens de uso da internet, para interação com autoridades públicas por parte de cidadãos e de empresas.

Tabela 24: Percentagem de uso da internet para interagir com as autoridades públicas.

País / Região	Cidadãos				Empresas			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
UE27	37	41	41	44	N.D	N.D	N.D	87
Espanha	35	39	39	45	N.D	N.D	N.D	79
Castilla y León	N.D	N.D	40	43	N.D	N.D	N.D	N.D
Portugal	21	26	37	39	N.D	N.D	N.D	94
Norte	N.D	N.D	30	34	N.D	N.D	N.D	N.D

Fonte: Eurostat, julho de 2014.

Como se observa o uso de internet para interagir com as autoridades públicas ainda é relativamente baixo ao nível dos cidadãos, com uma média na União Europeia de 44% em 2012, sendo que Espanha está um ponto percentual acima desta média e a região de Castilla y León um ponto percentual abaixo da média Europeia. Portugal encontra-se mais afastado, com 39% dos cidadãos a utilizarem a internet para interagir com as autoridades públicas, e na Região Norte o valor registado foi, no ano de 2012, de apenas 34%.

Relativamente às interações entre empresas e autoridades públicas inverte-se a situação, estando Portugal (94%) acima da média Europeia (84%) e Espanha abaixo, com 79% das empresas a utilizarem a internet para resolverem situações com as autoridades públicas.

2.4.6 Síntese

Numa análise global deste ponto conclui-se facilmente que as duas regiões têm ainda um caminho longo a percorrer para que o território possa ser coeso, transversalmente desenvolvido e sem

desigualdades sociais. O envelhecimento populacional generalizado associado ao abandono das zonas transfronteiriças tem contribuído para que esta região apresente dos índices de envelhecimento e de dependência de idosos mais altos da União Europeia. Em contraste, é na região litoral do Norte de Portugal que existem algumas das sub-regiões mais jovens da UE.

Tendo por base um dos objetivos prioritários da Estratégia Europa 2020 relativamente à percentagem da população com ensino superior, a Comunidade de Trabalho apresenta valores distintos para o Norte e Castilla y León, tendo esta última valores acima da média europeia ao contrário dos dados portugueses que se encontram muito distantes dos europeus. A par deste indicador importa referir que, embora as taxas de abandono escolar sejam mais elevadas na Comunidade de Trabalho do que as médias europeias, verificou-se uma diminuição generalizada nos últimos anos, prova de que a aposta no sistema de educação de ambos os países tem vindo a resultar.

A confirmar este esforço está o indicador de qualidade do ensino superior e que é nas duas regiões, superior ao da média europeia, denotando a capacidade destas instituições em qualificar recursos humanos. A necessidade da Comunidade de Trabalho apresentar as oportunidades de emprego que esses recursos humanos desejam justifica mais uma vez o investimento no Ensino Superior e na dinamização do tecido empresarial, no sentido de manter os jovens no território e através do contributo destes, desenvolver o tecido económico, tornando-o mais competitivo e inovador.

Ao nível da interação eletrónica com a administração pública, não obstante a ausência de dados regionais, importa salientar sobretudo a tendência de redução do *gap* face à média europeia, registando-se uma melhoria significativa tanto em Portugal como em Espanha nos últimos anos.

2.5 ANÁLISE SWOT

Com base na informação compilada nos pontos anteriores, neste ponto faz-se uma síntese do posicionamento social e económico da Comunidade de Trabalho, capaz de suportar novas estratégias para adaptação por antecipação e um modelo de gestão capaz de suportar um desenvolvimento mais sustentável e fortemente baseado nos recursos endógenos e na mobilização dos agentes económicos e institucionais. Numa perspetiva de síntese, a Tabela 23 inclui informação em que se agregam os pontos fortes e oportunidades por um lado e por outro, os pontos fracos e ameaças para cada um dos eixos.

Tabela 25: Pontos fortes/oportunidades e pontos fracos/ameaças, por eixo

Eixos	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
EIXO 1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO	Investimento crescente em I+D+I nas últimas décadas	Despesas de I&D abaixo da média europeia e longe da meta da Estratégia Europa 2020
	Nível de colaboração empresarial nos processos de inovação e consciencialização do setor privado sobre a execução do gasto em I+D+I	Extensão dos efeitos da crise, principalmente no investimento em I+D+I
	Existência de clusters consolidados e emergentes com temáticas convergentes	Deterioração do sistema de apoio à I+D+I
	Tendência crescente da aplicação das TIC	Reduzida internacionalização da investigação e inovação
	Crescimento da produtividade laboral nos últimos anos	Pessoal em I&D no setor empresarial semelhante às médias nacionais mas abaixo da média europeia\
	Competitividade em setores e atividades tradicionais	Dificuldades na transferência e comercialização de tecnologia
	Coincidência em vários âmbitos prioritários das RIS3 de ambas regiões: Agroalimentar, Saúde e Qualidade de Vida, Produção avançada em sistemas de transporte, Património e Turismo	Escassa cultura de transferência de conhecimento e de colaboração em atividades de inovação
	Existência de infraestruturas modernas de I+D+I, acima das médias nacionais	Eficiência do mercado de trabalho abaixo da média nacional e da média europeia
	Disponibilidade de sistemas consolidados de	

Eixos	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
	universidades, parques científicos, e instalações para o desenvolvimento e aplicação do conhecimento em setores estratégicos	
	Possibilidade de ligação de infraestruturas e redes e transferência de tecnologia existentes	
	Novo Quadro Comunitário 2014-2020	
	Possibilidade de criar parcerias que facilitem a obtenção de fundos comunitários	
EIXO 2. AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	PIB <i>per capita</i> da região Castilla y León com valores muito próximos da média europeia	Grandes desigualdades no PIB <i>per capita</i> entre o interior e o litoral da Região Norte
	Especialização das regiões em setores de elevado crescimento internacional	Taxas de desemprego muito elevadas na Comunidade de Trabalho, com grande risco de exclusão de idosos e jovens
	Forte resistência à crise de setores estratégicos da Comunidade de Trabalho, nomeadamente, o Setor Agroalimentar	Elevado número de microempresas em setores cujo crescimento estagnou
	Jovens desempregados com habilitações académicas de nível superior	Fortes desigualdades territoriais no acesso a internet de banda larga
	A Região Norte e Castilla y León são regiões de caráter exportador, com balança comercial muito positiva	Concentração de empresas nos grandes centros urbanos
	Setor Agroalimentar, em ambas as regiões, com forte tradição em investigação e inovação, com grande peso no dinamismo económico regional e internacional	Ruralidade muito acentuada nas duas regiões com um tecido económico muito débil em algumas zonas do interior
	Elevado número de Viveiros de Empresas, já consolidadas, com capacidade de apoio e infraestruturas existentes	
	Taxa de empresários em nome individual é elevada e acima das médias nacionais e europeias em ambas as regiões	
	Balança Comercial da Região Norte e de Castilla y León muito positiva	
	Existência de Clusters e Polos de Competitividade devidamente identificados e consolidados no mercado	

Eixos	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
EIXO 3. PROMOÇÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO DOS RISCOS; PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE E PROMOÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS	Grande área do território da Comunidade de Trabalho está coberta pela Rede Natura	Ineficaz proteção do património natural e cultural
	Elevado potencial turístico da Comunidade de Trabalho e potencial crescimento do Turismo de Natureza e do Agroturismo	Elevada vulnerabilidade perante as alterações climáticas
	Grande riqueza patrimonial, natural e cultural, com potencial de aproveitamento do Património Cultural da Humanidade já declarado nas duas regiões	Risco elevado de seca em algumas zonas da Euroregião
	Infraestruturas energéticas adequadas	Risco muito elevado de incêndios florestais na Comunidade de Trabalho
	Eficiente utilização de energia	Grande área de território ardida nos últimos anos
	Utilização de fontes de energia renovável	Perda de biodiversidade
		Debilidades ao nível dos transportes e acessibilidades
	Rede rodoviária da Comunidade de Trabalho facilitadora da acessibilidade	
EIXO 4. MELHORAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL, A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL	Taxa de abandono escolar a diminuir significativamente nos últimos anos	Intenso envelhecimento populacional, com indicadores de dependência de idosos muito elevados
	Estratégias de desenvolvimento conjuntas, definindo prioridades de cooperação	Risco de exclusão social com valores superiores à média europeia
	Elevada qualidade das Universidades da Comunidade de Trabalho	Taxa de abandono escolar muito superior aos valores europeus
	Forte promoção do ensino técnico-profissional	Grandes diferenças nos níveis de população com ensino superior completo
	Existência do instrumento jurídico Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT)	Falta de proximidade entre habilitações académicas e mercado de trabalho
	AECT's já existentes em regiões limítrofes com potencial para criação de parcerias	Diferentes estruturas e autonomia de governação nas regiões
	Acesso aos serviços públicos através da internet com valores crescentes nos últimos anos	Utilização de novas tecnologias ainda relativamente baixo
	Potencial para aumentar a coordenação das políticas de	Desigualdades existentes no território da Comunidade de Trabalho



Eixos	Pontos Fortes e Oportunidades	Pontos Fracos e Ameaças
	educação, emprego e inovação em ambas as regiões, com base na visão e nos objetivos fixados nas respetivas RIS3	com os centros urbanos a concentrar os serviços públicos
	Potencial para promover a mobilidade transfronteiriça entre instituições de ensino superior e de formação profissional	Risco de sobreposição de papéis na Comunidade de Trabalho

3 EIXOS, PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Tendo por base o diagnóstico efetuado anteriormente, neste ponto avança-se com a apresentação por eixo, das prioridades estratégicas, dos objetivos específicos que lhe estão inerentes, das ações que dão cumprimento a cada um dos objetivos e indicação da possível fonte de financiamento por fundos da União Europeia. Inicia-se por uma apresentação sintética de cada uma destas matérias, após o que se evolui para uma análise mais pormenorizada das mesmas.

Tabela 26: Prioridade estratégica, objetivos específicos, ações prioritárias e fundos UE, por eixo

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	AÇÕES PRIORITÁRIAS (AP)	FUNDOS UE
EIXO 1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO, O DESENVOLV. TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO	1.1 Melhoria e potenciação das infraestruturas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I+D+I);	Melhorar a excelência científica no espaço de cooperação transfronteiriça nas áreas de investigação com forte potencial de competitividade internacional	1.1.1. Fomentar nichos de excelência internacional, através da ligação entre universidades, centros e unidades de investigação, infraestruturas tecnológicas e empresas, com a missão de contribuir para o desenvolvimento económico regional e fortalecer a produtividade e competitividade da região em torno dos setores prioritários comuns: agroalimentar; turismo, saúde e bem-estar; automação e transporte.	HORIZON 2020 FUNDOS DO BEI FEDER ERASMUS + POCTEP
			1.1.2. Fortalecimento da interligação entre ensino superior, investigação e inovação, incluindo: Programa de mobilidade dentro da Comunidade de Trabalho de estudantes, investigadores e empreendedores, orientado para estadias em empresas e dando prioridade a doutoramentos interuniversitários em contexto empresarial; desenvolvimento de doutoramentos de excelência em empresas, assim programas de mestrado e doutoramento internacionais, particularmente nos setores prioritários comuns.	
	1.2 Transferência de I+D+I para o setor empresarial	Melhorar a participação do tecido empresarial nos processos de inovação e nas atividades de I+D+I mais próximas do mercado	1.2.1. Extensão e consolidação de redes transfronteiriças de transferência de conhecimento Universidade-Empresa, partilhando recursos e esforços: patentes, bases de dados de oferta e procura de tecnologia, identificação de oportunidades, para o desenvolvimento de projetos conjuntos, iniciativas empresariais e participação em programas de I+D+I.	HORIZON 2020 FUNDOS DO BEI FEDER

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	AÇÕES PRIORITÁRIAS (AP)	FUNDOS UE
			1.2.2. Promoção e criação de empresas de base tecnológica em conexão com os recursos existentes na região (viveiros de empresas, parques tecnológico, entidades de apoio ao empreendedor, etc.).	COSME JEREMIE FSE
			1.2.3. Desenvolvimento de programas conjuntos para o fomento das atividades e valores para a criatividade, a inovação e o empreendedorismo em todas as etapas educativas.	POCTEP
EIXO 2. AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	2.1 Promoção e densificação da rede empresarial	Melhorar as condições necessárias e propícias ao aparecimento e reforço de iniciativas empresariais	2.1.1. Conexão, fomento e sedimentação de clusters transfronteiriços inovadores orientados para atividades e produtos estratégicos para a Comunidade de Trabalho (agroalimentar, turismo, saúde e bem-estar, automação e transporte), que absorvam e promovam o aproveitamento dos recursos endógenos, num contexto de desenvolvimento da inovação e da internacionalização das empresas, gerando e beneficiando de valor acrescentado	POCTEP FEDER FEADER COSME
			2.1.2. Desenvolvimento de um programa de apoio ao empreendedorismo social, destacando os projetos nascidos dos grupos de ação local, com especial relevo para os que incidirem sobre o envelhecimento ativo.	ESPAÇO ATLÂNTICO SUDOE EaSI
	2.2 Incentivo à promoção e internacionalização das PME's	Promover a competitividade nos setores <i>prioritários</i>	2.2.1. Programa de atração de investimento estrangeiro mediante ações de marketing territorial, incentivos e instrumentos de financiamento (joint-ventures, fundos de capital de risco, entre outros).	FUNDOS DO BEI COSME
			2.2.2. Apoio a estratégias de internacionalização conjunta de empresas competitivas numa perspetiva de reforço dos clusters em que se inserem.	FEDER EUROPA CREATIVA
			2.2.3. Programa coordenado de promoção externa das duas regiões.	EUROPE AID
			2.2.4. Desenvolvimento de iniciativas de apoio à criação de serviços transfronteiriços de informação ao tecido produtivo sobre ofertas de trabalho, em particular, dos detentores de habilitações académicas mais elevadas com o intuito de promover a competitividade empresarial e impulsionar a internacionalização das empresas	FSE ERASMUS + POCTEP ESPAÇO

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	AÇÕES PRIORITÁRIAS (AP)	FUNDOS UE
				ATLANTICO SUDOE EUROPA DOS CIDADÃOS
EIXO 3. PROMOÇÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO DOS RISCOS; PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE E PROMOÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS	3.1 Aumento do investimento no combate aos riscos naturais e no reforço da resiliência dos territórios vulneráveis e desenvolvimento de sistemas de gestão conjunta de riscos	Fomento da capacidade de resistência às catástrofes e riscos naturais	3.1.1. Implementação de um plano de coordenação da Comunidade de Trabalho de gestão de espaços e riscos naturais assim como de catástrofes e emergências que partilhe informação e recursos físicos e humanos.	POCTEP LIFE+ FEADER
			3.1.2. Fomentar políticas florestais ativas (madeira, pecuária extensiva, biomassa...) e passivas (fiscalização) geradoras de benefícios diretos e de externalidades positivas ambientais, nomeadamente, ao nível da prevenção de incêndios e da manutenção da qualidade dos solos, evitando a erosão e a consequente desertificação.	Mecanismo de proteção civil da UE FEDER ELENA do BEI
	3.2 Promoção da proteção, desenvolvimento e aproveitamento económico dos ativos patrimoniais, culturais e naturais.	Proteger e valorizar o património cultural, paisagístico e natural como suporte de base económica.	3.2.1. Promoção de produtos turísticos da Comunidade de Trabalho, através da criação de redes comuns de destinos turísticos de excelência aproveitando para tal o imenso recurso turístico que é o património cultural (material e imaterial) e natural disponível.	POCTEP FEDER EUROPA CREATIVA
			3.2.2. Desenvolvimento de um programa conjunto de preservação, promoção e gestão do património cultural (material e imaterial) existente, relevando os sítios e monumentos, os geoparques e reservas de biosfera com chancela UNESCO, interligado ao turismo	FSE
	3.3 Fomento e proteção da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos	Melhorar a proteção e gestão sustentável dos espaços naturais	3.3.1. Promover projetos e ações de gestão integrada da bacia hidrográfica do Douro/Duero, da nascente à foz, incluindo todos os afluentes.	POCTEP LIFE
			3.3.2. Programa de fomento da Economia Verde (valorização económica de recursos e biodiversidade, beneficiando da Rede Natura 2000).	FEDER ESPAÇO ATLANTICO

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	AÇÕES PRIORITÁRIAS (AP)	FUNDOS UE
				FEADER FEMP
	3.4 Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade ambiental e as condições de vida	Aumentar os níveis de eficiência na utilização de recursos naturais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável das regiões	3.4.1. Implementação de um programa de <i>Smart Cities</i> na lógica de um sistema urbano ambientalmente sustentável (uso eficiente dos recursos; diminuição da pegada de carbono, etc.).	JESSICA FEDER URBACT URBAN HORIZON 2020
			3.4.2. Promoção da adoção pelas empresas e entidades públicas de tecnologias inovadoras na proteção e monitorização do ambiente e na utilização eficiente dos recursos, ao nível dos resíduos sólidos (agrícolas, urbanos e industriais) da água, da poluição dos solos e da atmosfera.	JESSICA URBACT URBAN POCTEP FEDER LIFE HORIZON 2020 SUDOE ESPAÇO ATLÂNTICO
EIXO 4. MELHORAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL, A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GARANTIR AS	4.1 Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e dos restantes <i>stakeholders</i> , aumentando a eficiência da	Incentivar processos de aproximação e cooperação entre os diversos agentes territoriais	4.1.1. Fomento e dinamização de estratégias de desenvolvimento socioeconómico com a participação e o envolvimento ativo das comunidades locais da Comunidade de Trabalho.	POCTEP ESPAÇO ATLÂNTICO
			4.1.2. Programa de equipamentos transfronteiriços partilhados.	FEDER
			4.1.3. Programa conjunto de estruturação social e cultural ao serviço de uma cidadania ativa, através da promoção de ações nos setores cultural, do desporto, da educação e do turismo.	SUDOE FSE INTERREG

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	AÇÕES PRIORITÁRIAS (AP)	FUNDOS UE
INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL	administração pública e a cooperação entre os cidadãos e as instituições			EUROPA URBACT
	4.2.Desenvolvimento de infraestruturas e serviços de mobilidade e comunicação com vista à redução dos custos de contexto transfronteiriço e ao fomento da competitividade das empresas nas duas regiões e ao aumento da coesão territorial	Eliminação dos custos de contexto transfronteiriço, aumento da permeabilidade transfronteiriça e reforço da integração da Euro Região na Rede Europeia de Transportes	4.2.1. Reforço da mobilidade multimodal com destaque para o desenvolvimento do corredor ferroviário Porto-Aveiro-Salamanca e da ligação rodoviária entre Puebla de Sanabria e o porto de Leixões.	FEDER CEF
			4.2.2. Fomento do estudo e desenvolvimento de alternativas de transporte rural para territórios de baixa densidade.	FEDER
		Reforço das redes de comunicação de banda larga nos territórios rurais de baixa densidade com vista ao fomento das TIC como ferramentas facilitadoras da inovação, da coesão social e territorial, do crescimento económico, do desenvolvimento rural e da criação de emprego	4.2.3. Desenvolvimento da rede de Banda Larga Rural nas regiões transfronteiriças com base em tecnologias <i>wireless</i> de tipologia <i>Last Mile</i> ,	FEDER CEF
			4.2.4. Criação de uma rede de Centros de Dados de cariz regional, para suporte primário às entidades da administração local, permitindo a criação de um ambiente de <i>cloud computing</i> híbrido, aumentando a disponibilidade de serviços avançados partilhados, sob as perspetivas de integração com a administração local, central e empresas focadas na inovação tecnológica com visão de negócios transfronteiriça.	FEDER CEF

E1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO



A implementação de estratégias regionais de especialização inteligente contempladas no período de programação 2014-2020 implica um novo quadro relacional entre as universidades, a administração pública e sobretudo as empresas. De acordo com o relatório *“The Role of Universities in Smart Specialization” (2014)* do Joint Research Centre e da European University Association, *“the*

regional policy must meet science and science must meet regional policy and enterprises”.

No quadro relacional entre as estruturas universitárias, as estruturas de governo e as empresas é esperado que o papel das primeiras incida sobretudo: na análise das dinâmicas económicas regionais e na identificação de prioridades de investimento e de inovação; realização de investigação em contexto empresarial; no direccionamento de programas de ensino e das estratégias de investigação vocacionadas para a especialização inteligente; na colocação e formação de estudantes em contextos empresariais; no apoio ao surgimento de *start-ups* e ao desenvolvimento de protótipos para a indústria; no estímulo à criação de iniciativas criativas de desenvolvimento local e a novas soluções de inovação social; no apoio à conceção e desenvolvimento de processos de internacionalização e a iniciativas de marketing territorial.

Nos últimos anos, as instituições científicas e tecnológicas das duas regiões têm vindo a efetuar um esforço grande para equipar, modernizar e melhorar não só as suas infraestruturas mas também a aumentar a qualidade do seu ensino. Atualmente, a Comunidade

de Trabalho tem as sementes para enfrentar os desafios cada vez maiores do mercado global, contendo o capital humano com formação para ser competitiva e projetar internacionalmente. A Comunidade de Trabalho tem um conjunto de instituições de ensino superior e de entidades geradoras de investigação e inovação capazes de formarem e prepararem pessoas aptas para dinamizarem o tecido económico, aumentarem a produtividade e competitividade do mesmo e criarem polos de excelência em termos de I+D+I.

No texto que se segue efetua-se uma descrição sintética do descrito no quadro anterior, dando algum relevo ao conteúdo de possíveis. Posteriormente, apresentam-se alguns exemplos de projetos que poderão dar corpo ao PE.

E1.PE1.1. MELHORIA E POTENCIAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (I+D+I)

A criação de um espaço de cooperação ativa e participada entre as duas regiões tem como objetivo o desenvolvimento sustentável do

território, dando neste eixo prioridade a ações estratégicas relacionadas com a produção e difusão do conhecimento no ambiente empresarial, isto é, a investigação e a inovação tecnológica que deverá, cada vez mais, dar resposta às necessidades das empresas ajudando a sedimentar uma relação que se quer profícua e duradoura. A própria sustentabilidade das instituições de ensino superior e de investigação também dependerá muito, no futuro, das parcerias de trabalho instituídas entre universidades e empresas, com especial destaque para os setores prioritários comuns às duas regiões: agroalimentar; turismo; saúde e bem-estar; automação e transporte, com relevância para os dois primeiros, nos quais existe também uma forte compatibilização com a utilização de recursos naturais, enquanto fator de produção.

O objetivo é consolidar e desenvolver o ecossistema de inovação do Norte de Portugal e de Castilla y León, tendo por âncora as atividades de investigação de elevada qualidade no ensino superior, parte dela realizada no quadro de projetos, programas ou parcerias internacionais.

E1.PE1.1.AP1.1.1. Fomento de nichos de excelência internacional em torno dos sectores agroalimentar, turismo, saúde e bem-estar, automação e transporte.

O setor agroalimentar tem um peso elevado nas contas externas da Comunidade de Trabalho. Para este facto contribui fortemente a longa tradição de investigação no setor que, associada à massa crítica das universidades faz com que as parcerias entre estas e as empresas se encontrem bem enraizadas, transformando-o num dos setores com maior resistência à crise financeira internacional, e com uma taxa de exportações muito elevada. A criação de um nicho de excelência de investigação decorre naturalmente da junção destes saberes, e do aproveitamento conjunto não só de infraestruturas mas essencialmente da transferência e partilha de conhecimentos, essencial ao progresso tecnológico, á melhoria da eficiência produtiva, logo ao aumento da competitividade.

Face à riqueza do património cultural (material e imaterial) e natural existente nas regiões, o turismo é um dos setores com grandes possibilidades de crescimento económico no curto e médio prazo. As instituições de ensino superior e os centros de

investigação dispõem já de redes de formação e de produção de conhecimento que facilmente podem partilhar com outras instituições públicas e, sobretudo, com os agentes económicos envolvidos no negócio, gerando-se uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentado e perdurável, isto é, a implantação de um polo de desenvolvimento económico à volta do Turismo. A atividade turística deve desenvolver-se em torno do turismo internacional apoiado por investimentos privados na melhoria e reforço da oferta e por investimentos públicos em polos de atração, nomeadamente, na regeneração urbana e na preservação de património cultural e natural.

A demografia da Comunidade de Trabalho, com todas as condicionantes relacionadas com o envelhecimento da população e o consequente nível de bem-estar e saúde é um desafio de primordial importância para o desenvolvimento do território.

Este facto é ainda mais relevante se considerarmos que a UE está a forçar os estados membros e as regiões a implantarem políticas públicas que garantam um envelhecimento ativo para mitigar os

gastos públicos e melhorar as condições de vida de um segmento cada vez mais numeroso da população.

A Comunidade de Trabalho tem conhecimentos e ativos tecnológicos relacionados com as ciências da vida e da saúde capazes de darem resposta a problemas sociais e sustentarem estratégias de desenvolvimento baseadas em inovação empresarial e em recursos endógenos. No território existem experiências inovadoras, tanto em matéria sócio-sanitária como de âmbito social, com potencial para gerar valor económico, via progresso tecnológica e eficiência produtiva, com resultados visíveis na qualidade de vida, incluindo dos residentes em territórios de menor densidade demográfica.

No âmbito sócio-sanitário há um amplo espaço de atuação para o provisionamento de forma integrada de sistemas de saúde e serviços sociais, integrando e potenciando várias áreas do conhecimento (medicina, psicologia, desporto, TIC, gestão, economia,...), num contexto de inovação organizacional, tanto ao nível do produto como do processo.

Na Comunidade de Trabalho existe um vasto leque de recursos naturais e ambientais que podem funcionar como catalisadores de uma dinâmica económica geradora de inovação e emprego. Entre os recursos naturais, destacam-se as águas minerais e termais, um recurso natural importante, cuja utilização pode ser ampliada e potenciada no âmbito da medicina preventiva, em articulação com a atividade turística e a exportação de serviços de saúde. A valorização deste recurso representa uma valorização cada vez mais real face ao envelhecimento da população e à aposta na medicina preventiva e à existência de unidades de uma rede de cuidados primários de saúde de boa qualidade, acompanhada de infraestruturas turísticas e um a um património cultural rico e diversificado.

Na definição da estratégia no setor da saúde e bem-estar está presente a aplicação de conhecimentos provenientes do setor agroalimentar. Atualmente, a investigação sobre alimentos e dietas saudáveis centra-se nas necessidades nutricionais e no impacto dos alimentos nas necessidades fisiológicas e no rendimento físico e mental. Neste contexto é importante abrem-se importantes

campos de investigação relacionados como a dieta, envelhecimento, doenças crónicas e padrões dietéticos, isto é, a repercussão dos alimentos funcionais na saúde e bem-estar.

As ações a desenvolver devem ter, sobretudo, caráter transversal e incidir sobre a atenção personalizada ao paciente e a inclusão social, incluindo: Avaliação dos sistemas assistenciais, com desenho e validação de sistema de monitorização e desenvolvimento da telemedicina à distância; Atenção socio-sanitária e à dependência social e de saúde; Desenvolvimento de novas técnicas e métodos que facilitem a vida independente das pessoas na sua residência, com especial atenção ao âmbito rural; Investigação de soluções inovadoras para a inclusão social e o envelhecimento ativo, baseadas em atividades, organização, processos e TIC; Dieta alimentar, saúde e bem-estar; Expansão do turismo saúde ativa, nomeadamente de estrangeiros.

A base industrial da Comunidade de Trabalho, em especial de Castilla y León inclui atividades de média e alta intensidade tecnológica associada ao fornecimento especializado do setor automóvel. A acumulação de capital tecnológico e competências

científicas nos domínios da mecânica, da eletrónica e da metalurgia abrem o espaço para a cooperação e ampliação da atividade para o norte interior de Portugal, adicionando valor acrescentado ao território, assim como para um *upgrade* inovador para a transferência de conhecimentos e tecnologia para outros setores que não o automóvel e para o fornecimento de clientes mais sofisticados e exigentes.

Também é de mencionar que esta macroatividade em Castilla y León tem tradicionalmente baseado a sua competitividade global na eficiência dos seus processos produtivos e na qualidade dos seus produtos. Neste sentido, a fabricação avançada está cada vez mais interligada com o uso das TIC e com a conexão a outros setores económicos, como sejam o agroalimentar, a floresta e, naturalmente o ambiente.

Na estratégia de evolução deste setor deve estar presente a redução da pegada ecológica, o que abre mercado à produção de combustíveis alternativos, ainda numa fase embrionária, como seja, na região, o potencial associado à biomassa resultante da fileira agroindustrial e aos resíduos da indústria agroalimentar. Estas são

algumas das áreas que a Comunidade de Trabalho deve dedicar alguma atenção.

Numa ótica holística devem ser levadas ações que: reforcem a conexão de infraestruturas tecnológicas potenciadoras de nichos de excelência e de liderança internacional em I+D+I; conexão de redes regionais de inovação para reforçar a interligação da atividade em I+D+I pública e privada de ambas as regiões; apoio a empresas e organismos de investigação no desenvolvimento de atividades colaborativas e projetos de inovação que permitam a internacionalização: mapeamento das capacidades disponíveis e criação de grupos de trabalho em redor das Tecnologias Facilitadoras Essenciais (KET) e dos programas de trabalho do Horizonte 2020, nas áreas prioritárias comuns; conexão das grandes plataformas de investigação temáticas das Instituições de Ensino Superior.

E1.PE1.1.AP1.1.2 Fortalecimento da interligação entre ensino superior, investigação e inovação

A necessidade de vincular as universidades ao mercado de trabalho exige que se criem estratégias inovadoras de partilha de conhecimento e aproveitamento de infraestruturas. Para tal a criação de programas conjuntos permitirá obter vantagens para as várias instituições de ensino e ajudará a criar grupos de trabalho com linhas de investigação comuns que permitirão não só elevar o grau de excelência da formação oferecida como também contribuirão para aumentar o número de alunos candidatos, contribuindo para a projeção internacional das instituições de ensino superior da Comunidade de Trabalho.

Em particular, na pós-graduação, a adequação do ensino ao contexto empresarial é ainda de maior importância, sendo objetivo principal destes cursos conjuntos a aproximação da oferta universitária às necessidades das empresas e à definição das estratégias de desenvolvimento da Comunidade de Trabalho, com especial enfoque nos setores prioritários comuns.

A interação entre as empresas e o setor de ensino público deve ser incentivada através do ensino em contexto real de trabalho, pelo que a aposta num programa de mobilidade de estudantes e investigadores deve passar pela integração destes em empresas, conseguindo com isto dois objetivos essenciais na prioridade estratégica em análise. Se, por um lado, as empresas adquirem novas tecnologias, melhoram os seus métodos produtivos ou obtêm novos conhecimentos, por outro, os estudantes e os investigadores percebem e reconhecem as necessidades reais de investigação das empresas nas quais se integram, permitindo desta forma adequar corretamente a oferta de investigação às pretensões do mercado.

E1.PE1.2. TRANSFERÊNCIA DE I+D+I PARA O SETOR EMPRESARIAL

Numa estratégia de inovação, o cumprimento da missão das instituições de ensino superior passa necessariamente pela aproximação às empresas. Desta forma, a transferência de tecnologia resultante da investigação, num contexto de verdadeira

inovação, adequada às necessidades do mercado resultará numa relação duradoura entre todos os *stakeholders* criando uma rede de benefícios mútuos de aumento da competitividade e inovação para o tecido empresarial e de garantia de parcerias para as instituições de ensino superior.

E1.PE1.2.AP1.2.1. Extensão e consolidação de redes transfronteiriças de transferência de conhecimento Universidade-Empresa

Os diagnósticos sobre transferência de tecnologia são coerentes na afirmação de que o aproveitamento da I+D+I, realizadas nas instituições vocacionadas para o efeito, não tem atingido o seu potencial completo como consequência da débil relação entre as instituições investigadoras e as empresas.

As instituições de ensino superior são o elemento polarizador do sistema de inovação que se estrutura em três níveis: as universidades e entidades dentro destas com existência autónoma; as entidades em que as universidades participam; entidades não

empresariais (associações, fundações, parques tecnológicos) e ainda as empresas com fortes ligações às universidades e financiadoras de investigação. O mapeamento deste terceiro nível é importante para a identificação da qualidade e quantidade das relações de cooperação para a inovação.

Para o reforço da estratégia de cooperação Universidade-Empresa é fundamental criar circuitos partilhados e eficientes relacionados com: criação e registo de patentes; bases de dados de oferta e procura de tecnologia; identificação de oportunidades para desenvolver projetos de I+D+I conjuntos; desenvolvimento e deteção de iniciativas empresariais e participação em programas internacionais de I+D+I.

E1.PE1.2.AP1.2.2 Promoção e criação de empresas de base tecnológica em conexão com os recursos da região

A Comunidade de Trabalho está hoje dotada de um conjunto de infraestruturas de base tecnológica e de entidades de suporte à inovação (viveiros de empresas, parques tecnológicos, entidades de

apoio ao empreendedor) que constitui uma boa semente para um empreendedorismo de base tecnológica avançada, assente nos ativos e recursos endógenos do território e nos setores definidos como prioritários. A aposta deve ser na inovação, tanto ao nível do produto como dos processos, numa lógica de competitividade internacional e de aproveitamento eficiente dos recursos e capacidades do território.



A aposta nos viveiros de empresas é importante porque permite aos atores de diferentes áreas do mercado ganhar em escala, tirando partido da concentração de recursos, da diminuição de custos e do aproveitamento de sinergias entre áreas. Desta forma, constituem uma ferramenta de atração de investimento que se pretende muito vocacionada para a incubação de empresas de base tecnológica, confirmando assim o propósito de se obter um tecido empresarial rico em conhecimento e inovação. A este objetivo deverá sempre associar-se o objetivo maior da coesão territorial privilegiando-se as empresas que tirem proveito dos recursos endógenos promovendo um desenvolvimento equilibrado do tecido empresarial pela totalidade do território da Comunidade de Trabalho.

E1.PE1.2.AP1.2.3 Desenvolvimento de programas conjuntos para o fomento de atividades e valores para a criatividade, a inovação e o empreendedorismo em todas as etapas educativas

Com o objetivo de incutir nos estudantes da Comunidade de Trabalho um desejo de partilha de conhecimento e de trabalho em conjunto, destaca-se a importância de prever projetos cujo intuito seja o de alargar os horizontes dos estudantes das duas regiões. As experiências diversas a ganhar através do intercâmbio entre escolas profissionais das duas regiões contribuirão para o crescimento pessoal e profissional destes alunos, que poderão assim desenvolver aptidões que lhes permitirão estar mais preparados para se enquadrarem no mercado de trabalho e, desta forma, contribuirão não só para a inversão das crescentes taxas de desemprego jovem, mas também para o aumento da competitividade das empresas. Inerentes aos projetos de cooperação, em todas as etapas do processo educativo e de formação profissional, deve estar presente o desenvolvimento de capacidades e aptidões de criatividade, inovação e empreendedorismo.

EIXO 2. AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O tecido empresarial da Comunidade de Trabalho tem vindo a ser particularmente afetado pela crise financeira internacional levando ao encerramento de muitas empresas e consequente aumento do desemprego. É assim fundamental que se definam prioridades estratégicas que tenham em consideração a situação descrita no diagnóstico e prevejam para o futuro o aumento da competitividade das pequenas e médias empresas que constituem a quase totalidade do tecido económico.



E2.PE2.1 PROMOÇÃO E DENSIFICAÇÃO DA REDE EMPRESARIAL

A criação de emprego qualificado está dependente não só da intervenção das instituições de ensino superior mas também da capacidade de inovação das empresas, essencialmente, das produtoras de bens transacionáveis e inseridas no mercado internacional. Empresas modernas que convidem à criatividade originam níveis de excelência produtiva capazes de colocar as mesmas em patamares de competitividade internacional elevados, pelo que se torna cada vez mais importante fomentar uma cultura empreendedora capaz de contribuir para a criação de uma rede empresarial dinâmica e sólida.

E2.PE2.1.AP2.1.1 Conexão, fomento e sedimentação de clusters transfronteiriços inovadores

A correta identificação dos setores estratégicos para a Comunidade de Trabalho facilita a definição das metas a atingir, mostrando com nitidez as enormes mais-valias que se podem obter com a clusterização desses mesmos setores, através dos já referidos

ganhos em eficiência produtiva e de gestão. Tendo esses objetivos em mente pretende-se fomentar a criação e o desenvolvimento de clusters que promovam o reforço da inovação e da internacionalização de empresas nas áreas consideradas fundamentais para o crescimento económico do território, tirando o maior benefício das parcerias tecnológicas e de desenvolvimento intelectual.

A aposta deve incidir nos setores prioritários comuns reforçando a cooperação em termos de I+D+I nos modelos de negócio e da internacionalização. Por exemplo, no setor agroalimentar fomentar a produção de especialidades num cluster virado para o mercado externo e para o abastecimento dos circuitos de distribuição predominantes no mercado, tornando o setor num elemento de absorção de mais e melhor qualificada mão-de-obra. No setor do turismo reforçar as condições de atratividade de maiores fluxos turísticos, valorizando os principais recursos endógenos, património, natureza e cultura.

E2.PE2.1.AP2.1.2 Desenvolvimento de um programa de apoio ao empreendedorismo social

Os objetivos delineados no âmbito da Estratégia Europa 2020 pressupõem que as ações a realizar nos territórios mais vulneráveis tenham como fim a diminuição das diferenças económicas, demográficas e sociais para os meios mais desenvolvidos.

Assume-se a necessidade de promover a inovação social como forma de combate à desertificação de áreas de baixa densidade demográfica como são Castilla y León e o Norte de Portugal, muito suportada em atividades de desenvolvimento participativo promovidas por grupos de ação local.

Neste sentido, torna-se importante criar um programa de apoio ao empreendedorismo social que aposte em projetos válidos e sustentáveis que permitam dinamizar o mercado de trabalho e a inserção no mesmo das camadas de população mais frágeis.

Este programa dará particular importância a atividades e projetos relacionados com o envelhecimento ativo, na expectativa de encontrar soluções para o aumento do número de idosos sem apoio

nestas regiões, consequência natural do envelhecimento da população sentido na Europa, razão pela qual a Estratégia Europa 2020 preconiza o combate ao envelhecimento e o aumento da qualidade de vida dos seus cidadãos como uma das suas iniciativas emblemáticas.

E2.PE2.2 INCENTIVO À PROMOÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME'S

A promoção dos setores estratégicos da Comunidade de Trabalho em contexto internacional é determinante para o sucesso das empresas, em particular num ambiente financeiro como o que se tem vivido nos últimos anos. O reforço do carácter exportador da região surge como consequência natural de um mercado interno esgotado, no qual as empresas já não conseguem evoluir. Desta forma, e reconhecendo o imperativo da internacionalização, torna-se mais importante ainda a criação de medidas de apoio à promoção de empresas que facilite a utilização de estratégias

comuns bem como a partilha e divulgação de experiências individuais que permitam ao todo diminuir riscos e custos.

E2.PE2.2.AP2.2.1 Programa de atração de investimento estrangeiro

As dificuldades sentidas pelas empresas em obter crédito para financiar as suas operações como consequências das alterações no setor financeiro provocadas pela crise financeira vivida tanto em Portugal com Espanha, obrigam a que se procurem formas de financiamento alternativas, considerando o fraco poder de investimento do setor público. Assim, a atração de investimento direto estrangeiro reveste-se de uma importância muito maior, passando por ações de divulgação do setor empresarial da Comunidade de Trabalho em mercados externos a par de um maior aproveitamento de fundos como os empréstimos do Banco Europeu de Investimento ou ainda das sociedades de capitais de risco, entre outros.

E2.PE2.2.AP2.2.2 Apoio a estratégias de internacionalização conjunta

As ações de projeção internacional dos setores estratégicos da Comunidade de Trabalho feitas em parceria entre empresas das duas regiões traduzirão uma maior eficiência de recursos, permitindo alcançar novos mercados com menores custos. Neste sentido será importante desenvolver programas de suporte à internacionalização, sob a forma de apoios diretos, ou indiretos como formação, aproveitamento de infraestruturas, partilha de conhecimento dos mercados, entre outros.

E2.PE2.2.AP2.2.3 Programa coordenado de promoção externa das duas regiões

As relações internacionais estabelecidas pelas regiões e pelos países são fundamentais para o desenvolvimento económico das mesmas. A promoção internacional da Comunidade de Trabalho é uma estratégia a desenvolver conjuntamente, por exemplo em áreas chave como o Agroalimentar ou o Turismo. A utilização coordenada de recursos poderá determinar o sucesso de campanhas de

sensibilização externas para os produtos e serviços regionais, aproveitando uma imagem de marca comum, reflexo da parceria entre as regiões.

E2.PE2.2.AP2.2.4 Desenvolvimento de iniciativas de apoio à criação de serviços transfronteiriços de informação

Sendo a mobilidade profissional na Comunidade de Trabalho um dos objetivos a alcançar, a criação de um serviço de informação transfronteiriço permitirá dinamizar o tecido económico e garantir a partilha de conhecimento.

Este serviço pretende disponibilizar dados sobre as empresas, as oportunidades de emprego, as parcerias a criar, etc., com ganhos tanto para os cidadãos, que passam a dispor de um vasto leque de informações, como para as empresas que vêm o seu mercado de trabalho alargado, podendo escolher os mais capazes para ocupar os lugares disponíveis e exercer as funções necessárias.

EIXO 3. PROMOÇÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO DOS RISCOS; PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE E PROMOÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS

Entre os sinais de identidade da Região Norte de Portugal e Castilla y León está a sua grande qualidade ambiental, a sua diversidade biológica, climática e geográfica, somado a um rico património cultural. Por outro lado, os problemas de construção dispersa nas zonas rurais e o processo de urbanização difusa nas cidades, têm que ser combatidos com o fortalecimento e consolidação do sistema urbano policêntrico que caracteriza o território. Os esforços do PE devem ser orientados, pois, na conservação e melhoria do património natural e cultural, na prevenção dos riscos que ameaçam a qualidade ambiental e, de maneira significativa, na consolidação de um sistema urbano sustentável.

E3.PE3.1 AUMENTO DO INVESTIMENTO NO COMBATE AOS RISCOS NATURAIS E NO REFORÇO DA RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS

VULNERÁVEIS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO CONJUNTA DE RISCOS

A melhor defesa que se pode fazer do património é, sem dúvida, a sua valorização. A Comunidade de Trabalho tem, entre as suas prioridades estratégicas para o futuro, duas atividades económicas diretamente relacionadas com esta valorização: o turismo e o agroalimentar. Conseguir a utilidade e a rentabilidade económica das florestas e dos espaços naturais e do rico património cultural é pois o objetivo. Assim, os projetos de investimento procuram valorizar o património edificado e ambiental e preservá-lo das ameaças e riscos que o põem em perigo.

E3.PE3.1.AP3.1.1 Implementação de um plano de coordenação da Comunidade de Trabalho de gestão de espaços e riscos naturais assim como de catástrofes e emergências que partilhe informação e recursos físicos e humanos

O projeto "Climate: Climate Change and Territorial Effects" de ESPON 2013 assinala os países do sul da Europa como os mais

vulneráveis às alterações climáticas. No que se refere ao risco de secas ou inundações, os dados atuais não indicam riscos iminentes, mas será necessário manter a vigilância do território. Como tal, um plano conjunto das áreas fronteiriças de proteção civil seria da maior importância e utilidade na prevenção de catástrofes naturais ou não. Na mesma linha, um plano de gestão conjunta das áreas naturais fronteiriças seria altamente proveitoso para as duas regiões, em especial pelo seu carácter de longa duração e relevância para a sustentabilidade do ecossistema.



E3.PE3.1.AP3.1.2 Fomentar políticas florestais ativas (madeira, pecuária extensiva, biomassa...) e passivas (fiscalização) geradoras de benefícios diretos e de externalidades positivas ambientais, nomeadamente, ao nível da prevenção de incêndios e da manutenção da qualidade dos solos, evitando a erosão e a consequente desertificação.

Os incêndios florestais são a mais grave e imediata das ameaças para o ambiente da Comunidade de Trabalho. Acarretam o aumento da erosão do solo, a redução da produtividade, a desertificação do território, perda de biodiversidade, alterações do ciclo hidrológico, redução da capacidade de captação de CO₂, além da incompensável perda de vidas. No caso do território em análise, verifica-se que este tem uma grande área queimada, resultado de fogos sucessivos e cuja prevenção será certamente mais eficaz em parceria. Para isso é necessário valorizar a montanha com um apoio público determinado para a sua conversão num espaço gerador de riqueza, que permita a dinamização das zonas rurais do interior e do litoral, contribua para fixar população ativa e que ao explorar economicamente estas zonas garanta a sua proteção. Os usos da

montanha são muito variados e podem gerar cadeias de valor interessantes tanto no setor agrícola, como no da madeira e no das fontes de energia renovável, para se citarem alguns exemplos.

E3.PE3.2. PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APROVEITAMENTO ECONÓMICO DOS ATIVOS PATRIMONIAIS, CULTURAIS E NATURAIS



A preservação do património pode assentar em princípios de utilidade e viabilidade económica. Com isto, é dizer que proteger o património, assumindo a sua utilização como um bem capaz de produzir receitas é fundamental para a sua conservação futura. Bons exemplos desta prática são os hotéis construídos em edifícios de grande valor patrimonial, as rotas em ambiente de montanha, as quintas no Douro com métodos tradicionais de pisa das uvas, entre tantos outros, que permitem a conservação do património edificado e a transmissão do património imaterial para as gerações futuras.

Neste sentido, a prioridade estratégica para o património deverá promover projetos que procurem colocar em destaque o seu valor económico, com particular incidência nos que se relacionem com o turismo através de modelos de gestão partilhada cujo objetivo é o da promoção conjunta dos valores materiais e imateriais das duas regiões e que permitam reduzir as assimetrias através da dinamização destes setores em todo o território.

E3.PE3.2. AP3.2.1. Promoção de produtos turísticos da Comunidade de Trabalho

A Comunidade de Trabalho conta com um conjunto alargado de produtos de reconhecimento internacional (chancela UNESCO) como o Alto Douro Vinhateiro, as gravuras do Côa, os Centros Históricos do Porto e Guimarães, as cidades de Ávila, Salamanca e Segóvia, o Geoparque de Terras de Macedo entre outros.

Estes bens, integrados na rede UNESCO, complementado com todo o património cultural material e imaterial disponível, deverão servir como ponto de partida para a criação de um entendimento entre as duas regiões que permita a sua promoção partilhada através da criação de uma rede de destinos de excelência, que gozam já de um importante reconhecimento internacional.

O Turismo de Natureza tem vindo a ganhar importância nos últimos anos, permitindo à Comunidade de Trabalho rentabilizar os seus Parques Naturais criando rotas turísticas que incluam os Ecomuseus, promovam a gastronomia regional e o Património Natural.

O investimento realizado nos últimos anos em infraestruturas rodoviárias, aliado à conclusão prevista do Túnel do Marão (PETI3+) do lado português e, do lado de espanhol, à conexão A6/E82 entre Quintanilha e Zamora da Autovia A11 (Corredor d'el Duero, no PEIT 2005-2020) permite o simples e cómodo acesso entre as duas regiões o que, associado aos Portos (terminal de Cruzeiros de Leixões e Barca de Alva/Veja Terrón) e aeroportos existentes, facilitará a deslocação de visitantes entre os dois países, através de programas turísticos realizados em parceria.

Se ainda associarmos o investimento em infraestruturas ferroviárias já realizado e em curso na Comunidade Autónoma de Castilla y León, com a chegada do AVE à estação de Zamora, tal potenciará o desenvolvimento de programas turísticos mais intensos.

E3.PE3.2. AP 3.2.2. Desenvolvimento de um programa conjunto de preservação e promoção e gestão dos sítios e património com chancela UNESCO

Os edifícios classificados poderão ser entendidos como locais de atração turística à volta dos quais se poderão oferecer outras atividades geradoras de receitas.

A determinação do património edificado suscetível de utilização para fins turísticos existente nas duas regiões é fundamental para que se possam delinear as estratégias comuns de preservação e promoção do mesmo. Assim, os primeiros passos no desenvolvimento de um programa conjunto deverão ser dados no sentido de identificar as rotas que se pretendem promover e, dentro destas, estabelecer prioridades na reabilitação de património.

Será importante, nesta determinação que se considere a escassez de fundos públicos, priorizando aquele património cujo aproveitamento turístico se prevê mais sustentável não só para os edifícios em si, mas também para o território em redor.

A gestão dos bens e sítios com e sem chancela UNESCO tem vindo a ser feita de forma isolada, levando muitas vezes a que a conservação, preservação e divulgação dos mesmos sejam difíceis. Desta forma, a criação de uma rede de cooperação regional para o planeamento e gestão deste património não só incrementará as possibilidades de afetação de recursos para esta área como também permitirá a correta priorização dos sítios a recuperar, numa perspetiva de benefício mútuo tendo em conta os interesses turísticos e os de defesa do carácter inter-geracional que os mesmos implicam. Na gestão destes bens patrimoniais e culturais há que ter sempre em atenção que o seu valor económico resulta do valor de uso com o valor de não uso, estando este associado aos valores de existência, de opção e de legado.

E3.PE3.3 FOMENTO E PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SOLOS E PROMOÇÃO DE SISTEMAS DE SERVIÇOS ECOLÓGICOS

A Estratégia Europa 2020 contempla a iniciativa “Uma Europa que utilize eficazmente os recursos” destinada precisamente a

conseguir esta prioridade. Trata-se de promover a passagem para uma economia hipocarbónica com a progressiva redução da pegada de carbono, uma economia eficiente no consumo de energia com uma clara aposta de futuro nas fontes de energia renovável, em última análise a uma economia verde que permita o crescimento sustentável apoiado na utilização eficiente dos recursos naturais.

O bom uso dos recursos hídricos, a eficiência energética e o incentivo da economia verde são, pois, as prioridades para a Comunidade de Trabalho. Assim, as ações incluídas no PE incidem na concretização dessas prioridades.

E3.PE3.3.AP3.3.1 Promover projetos e ações de gestão integrada da bacia hidrográfica do Douro/Duero.

A Comunidade de Trabalho compartilha o percurso do terceiro maior rio da Península Ibérica, o Rio Douro, com todos os seus afluentes, desde a sua nascente (Serra de Urbión – Soria) até à foz (Porto/Vila Nova de Gaia) e a totalidade dos cerca de 98.000 km², que compõem a sua bacia hidrográfica (a maior da Península

Ibérica). Garantir a limpeza, evitando todos os tipos de descargas poluentes, desenhar estratégias conjuntas que compatibilizem o aproveitamento hidroelétrico e agrícola, promover este rio como produto paisagístico de primeiro nível são medidas que carecem de ações conjuntas. Adicionalmente deve destacar-se a importância que a qualidade da água dos rios tem na garantia do abastecimento dos núcleos habitacionais.



E3.PE3.3.AP3.3.2 Programa de fomento da Economia Verde (valorização económica de recursos e biodiversidade, beneficiando da Rede Natura 2000)

O apoio à economia verde constitui também uma ferramenta eficaz para alcançar tanto a eficiência energética como o uso sustentável dos recursos naturais. Com efeito, produzir com um escrupuloso respeito pelo ambiente é um dos sinais de identidade que a UE pretende no contexto da economia global e que premeia a diferenciação. A Comunidade de Trabalho deve caminhar na mesma senda e as administrações públicas e as próprias associações empresariais devem fornecer a certificação desse esforço com etiquetas de economia verde para os produtos que cumpram os requisitos previamente acordados e que passam pelo respeito da biodiversidade, do uso sustentável dos recursos, da eficiência energética na sua atividade. A noção de que não é necessário separar a economia verde do crescimento integrador tem ganho raízes entre os empresários agrícolas, que despertam ainda para a importância que as boas relações de trabalho têm nos processos de certificação.

E3.PE3.4 ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A MELHORAR A QUALIDADE AMBIENTAL E AS CONDIÇÕES DE VIDA.

Grande parte do território da Comunidade de Trabalho engloba-se no conceito de território de baixa densidade, com diferentes níveis e formas de aglomerados urbanos. O desenvolvimento urbano sustentável é uma prioridade e ao mesmo tempo um tema transversal a todo o PE. O sistema urbano da Comunidade de Trabalho articula-se sobre um eixo, a E82 (IP4 português e a A11 espanhola) que liga as duas importantes áreas metropolitanas, respetivamente do Porto e de Valladolid, sobre o qual repousa uma série de cidades de média dimensão amigáveis para a convivência e a qualidade de vida dos seus habitantes. Esta Comunidade de Trabalho dispõe de um enorme potencial o qual se traduz numa massa considerável de serviços intensivos, de conhecimento e de vocação global. As cidades são polos dinâmicos que têm de tornar-se locais atraentes pelas suas oportunidades de negócios e emprego, pelo uso eficiente dos seus serviços, através de um bom planeamento do metabolismo urbano e do conceito de *smart cities*. Tudo isso implica ter uma mobilidade multimodal

sustentável, integração saudável com o seu ambiente rural, uma boa conectividade, inclusão social, convivência amigável, qualidade ambiental. Resumidamente, qualidade de vida. O sucesso do sistema urbano será o sucesso da Comunidade de Trabalho. Assim, as ações devem procurar contribuir para a obtenção de cidades abertas, dinâmicas, agradáveis, com liderança territorial.

E3.PE3.4.AP3.4.1 Implementação de um programa de Smart Cities na lógica de um sistema urbano ambientalmente sustentável (uso eficiente dos recursos; diminuição da pegada de carbono, etc.).

A chave de uma cidade inteligente é um desenvolvimento urbano baseado na sustentabilidade. Pretende-se que todos os atores urbanos tenham participação nas grandes estratégias e consequentemente se comprometam com o seu desenvolvimento. Os investimentos em capital humano, infraestruturas, dotações imateriais compatibilizam o objetivo comum da sustentabilidade, utilizando para isso, de maneira eficiente, as TIC e os recursos energéticos. Tudo conflui na qualidade de vida das pessoas e na

gestão racional dos recursos naturais. Uma das chaves da eficácia do programa de *smart cities* está no bom aproveitamento do tempo dos cidadãos. Isto implica coordenar, entre outros, itens como viagens, distribuição racional dos serviços públicos e dos eventos sociais e culturais, horários de trabalho e frequências dos transportes. A eficiência energética é também uma das chaves nos programas de *smart cities* para melhorar a qualidade ambiental e onde a educação dos cidadãos para esses valores é um importante instrumento para conseguir mudanças de comportamento e a participação ativa de todos.

E3.PE3.4.AP3.4.2 Promoção da adoção pelas empresas e entidades públicas de tecnologias inovadoras na proteção e monitorização do ambiente e na utilização eficiente dos recursos, ao nível dos resíduos sólidos (agrícolas, urbanos e industriais) da água, da poluição dos solos e da atmosfera.

Os resíduos são uma das principais prioridades ambientais nos países da União Europeia. As quantidades produzidas de resíduos

crecem diariamente, em parte, pela melhoria dos sistemas de controlo (coleta) destes. Entre as principais fontes de resíduos encontram-se as áreas urbanas, a indústria e as atividades agropecuárias e florestais. A correta gestão dos resíduos produzidos constitui um importante desafio na Comunidade de Trabalho. A estratégia deve privilegiar a prevenção da sua produção e uma gestão sustentável. O reduzido número de infraestruturas e a falta de regulamentação específica faz com que a gestão dos resíduos se faça, em ambos os países, a diferentes níveis de competência.



O uso racional dos recursos hídricos e a sua proteção conjunta são igualmente desígnios fulcrais pois a água, sendo um fator estratégico nos ecossistemas de grande valor ambiental como

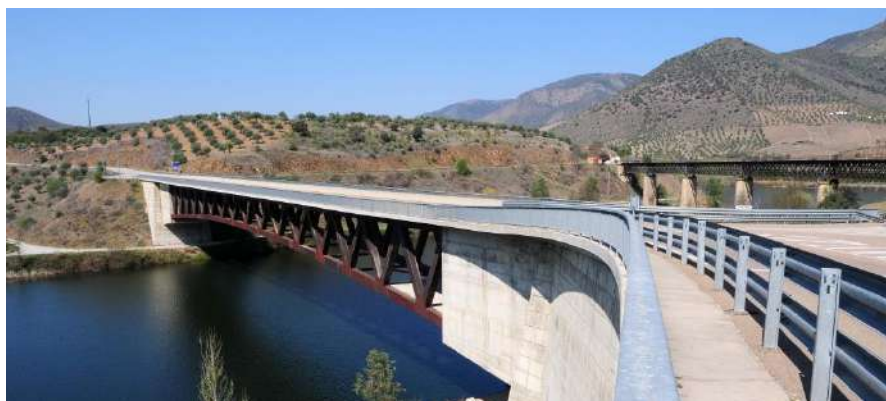
zonas húmidas, ecossistemas fluviais e ripícolas, assume também um papel fundamental do ponto de vista económico-productivo.

Da mesma forma será necessário o adequado planeamento do uso do solo na Comunidade de Trabalho. Deve ter-se especial atenção às áreas aráveis e cultivadas, pastagens permanentes, florestas e vegetação natural. Evitar a degradação dos solos é fundamental para assegurar o seu potencial produtivo e conservar os ecossistemas terrestres.

Os principais poluidores atmosféricos são os processos industriais que envolvem combustão, tanto na indústria, como em automóveis e no aquecimento residencial, que geram dióxido e monóxido de carbono, óxidos de nitrogénio e enxofre, entre outros poluentes. Os principais setores contribuintes para as emissões de Gases com Efeito Estufa foram os setores da energia (43,5% em Portugal e 50,2% em Espanha) e os transportes (26,8% em Portugal e 25,7% em Espanha), assim, o fomento das fontes de energia renovável e da eficiência energética tornam-se medidas imprescindíveis.

EIXO 4. MELHORAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL, A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL

O reforço da capacidade institucional e administrativa inter-regional e transfronteiriça nos vários domínios de atuação conjunta e a promoção dos princípios da boa governação são importantes para a dinamização de reformas estruturais, pois permitem um aumento da produtividade e um reforço da competitividade, através da redução dos encargos regulamentares e administrativos e da promoção de elevadas normas de transparência, integridade, responsabilidade e qualidade da administração pública.



E4.PE4.1 REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS AUTORIDADES PÚBLICAS E DOS RESTANTES STAKEHOLDERS, AUMENTANDO A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO ENTRE OS CIDADÃOS E AS INSTITUIÇÕES

Esta prioridade é essencial pela transversalidade que tem em relação às restantes três. Ao longo dos diferentes períodos de programação, as administrações públicas foram melhorando o seu desempenho como atores da cooperação, tanto entre elas e os seus homólogos, do outro lado da fronteira, como os agentes da sociedade civil. Entretanto, ainda há um largo caminho a percorrer, especialmente no âmbito da redução da burocracia; de se tornar mais fluida a relação com o cidadão ou a criação de sinergias entre os municípios. No âmbito da cooperação transfronteiriça, a melhoria da capacidade institucional e a coordenação e eficiência nas relações entre os diferentes níveis da administração e destes com os seus homólogos, no país vizinho, é fundamental para que os resultados cheguem aos cidadãos e às empresas. Sem um adequado funcionamento institucional, os resultados das ações financiadas não chegarão ao cidadão e às empresas que mantêm

uma visão, da cooperação, como instrumento burocrático que não se traduz em benefícios diretos. Assim, as ações do PE devem centrar-se na melhoria da gestão pública que facilite o aumento da qualidade de vida das pessoas e da competitividade e produtividade das empresas.

E4.PE4.1.AP4.1.1 Fomento e dinamização de estratégias de desenvolvimento socioeconómico com a participação e o envolvimento ativo das comunidades locais.

A programação integrada e a gestão participativa fazem parte da idiossincrasia que transmite o Regulamento (UE) 1299/2013 de 17 de dezembro. Um estudo da Rede Europeia de Observação sobre Coesão e Desenvolvimento Territorial – ESPON (do inglês *European Observation Network, Territorial Development and Cohesion*) sobre a cooperação transfronteiriça, no seio da UE, concluiu que as experiências com maior grau de sucesso são aquelas que contam com planeamento estratégico de cima para baixo e uma gestão de baixo para cima. Provavelmente teria que acrescentar que o grau

de envolvimento dos atores é muito maior quando se sentem verdadeiros protagonistas do processo, com capacidade de influência, e não meros executores de programas de terceiros sobre os quais não têm capacidade de atuação própria. Além disso, as necessidades e potencialidades de cada território são conhecidas pelas suas comunidades locais melhor que ninguém. A promoção da organização destas comunidades locais em estruturas com personalidade jurídica é algo que tem de inspirar das administrações públicas porque facilita a eficiência na gestão dos projetos e é uma garantia de sustentabilidade temporal dos mesmos.

E4.PE4.1 AP4.1.2 Programa de equipamentos transfronteiriços partilhados.

A cooperação transfronteiriça deve perseguir o objetivo da criação de zonas francas sociais que permitam o acesso universal e comum dos cidadãos a uma série de serviços sociais coletivos de carácter público, independentemente do lado da fronteira em que morem

ou se encontre o equipamento em questão. Isto deverá acontecer nos casos de equipamentos de saúde, de assistência social, educação não formal, formação profissional, emprego, transporte, cultura e lazer ou desporto. É através desta partilha que se constroem processos de cooperação conducentes ao incremento da confiança e cidadania compartilhada e se derrubam as barreiras psíquicas forjadas pelas fronteiras políticas seculares, assim como se constrói, numa palavra, Euro-cidadania.



E4.PE4.1.AP4.1.3 Programa conjunto de estruturação social e cultural ao serviço de uma cidadania ativa, através da promoção de ações nos setores cultural, do desporto, da educação e do turismo.

Postos os alicerces da euro-cidadania, este projeto destina-se a dotar de conteúdo esse conceito. A Comunidade de trabalho conta com a vantagem do capital de proximidade e de interação que a capilaridade transfronteiriça e a identidade cultural proporcionam. As comunidades locais, os municípios e suas associações, são chamados a liderar os aspetos sociais e culturais, sem esquecer: a dimensão criativa, geradora de riqueza económica; desporto para todas as idades, que contribui também para o envelhecimento ativo da população; a educação ao longo da vida e a educação não regular, usando para isso as ferramentas disponíveis de *e-learning*; as atividades turísticas e de lazer que valorizam o território e aumentam a qualidade de vida dos cidadãos. A Comunidade de Trabalho social tem uma forte componente de inclusão, especialmente necessária em conjunturas de crise como a atual, que os municípios e as redes sociais locais têm contribuído grandemente para atenuar os efeitos coletivos mais negativos.

E4.PE4.2 DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS DE MOBILIDADE E COMUNICAÇÃO COM VISTA À REDUÇÃO DOS CUSTOS DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO E AO FOMENTO DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS COMUNIDADE DE TRABALHO E AO AUMENTO DA COESÃO TERRITORIAL

Esta prioridade é fundamental para a fixação de empresas e pessoas nas áreas mais desfavorecidas da Comunidade de Trabalho. Os campos de atuação serão direcionados para que se consiga uma cobertura idêntica, em termos de banda larga de internet, em toda a Comunidade de Trabalho e a criação de uma rede de centros de dados de cariz regional. No campo da mobilidade destaca-se o desenvolvimento e melhoramento do canal ferroviário Porto/Aveiro – Salamanca, a ligação rodoviária entre a Auto Estrada Transmontana (A4/IP4) e a A52 (espanhola) através da ligação entre Puebla de Sanábria e Bragança, as quais proporcionarão um acesso mais direto ao Porto de Leixões dos territórios de León, bem como o melhoramento da mobilidade capilar em territórios de baixa densidade.

E4.PE4.2.AP4.2.1 Reforço da mobilidade multimodal com destaque para o desenvolvimento do corredor ferroviário Porto-Aveiro-Salamanca e a ligação rodoviária Puebla de Sanabria – Porto de Leixões.

O troço entre Aveiro-Salamanca está nas prioridades do Governo Português mas também da União Europeia, que incluiu este troço no pacote financeiro de 2014-2020. Aumentar a competitividade do País, dinamizar a economia e criar novas ligações de acesso à Europa são apenas algumas das vantagens associadas a esta infraestrutura. Esta ligação ferroviária irá permitir o aumento do volume de mercadorias transportadas através da ferrovia, sobretudo numa altura em que se estima que apenas 1 por cento do tráfego de mercadorias na Península Ibérica se faça por esta via, pelo que uma adequada ligação da área transfronteiriça a este eixo ferroviário se afigura como pertinente.

A conexão entre a ligação ferroviária e a rodoviária, em Portugal, a partir de Puebla de Sanabria até ao porto de Leixões constitui, igualmente, um importante contributo para a redução dos custos de transportes de e para fora da Comunidade de Trabalho.

E4.PE4.2.AP4.2.2 Fomento do estudo e desenvolvimento de alternativas de transporte rural para territórios de baixa densidade.

A permeabilização e a capitalização do espaço fronteiriço através do fomento das ligações viárias e dos serviços de transporte público, promove condições de desenvolvimento económico e social equilibrado das regiões. Neste domínio é importante o papel dos centros urbanos de fronteira, na definição dos problemas de articulação e integração transfronteiriça de escala local, nos domínios da mobilidade e transportes e dos equipamentos e serviços.

Particularidades do povoamento rarefeito associadas à baixa procura decorrente da diversidade de deslocações no tempo e no espaço correspondem a situações que reclamam, cada vez mais, soluções específicas e mais flexíveis de transporte. Reforçar a mobilidade das populações rurais potenciando a integração das redes “formais” e “informais” de transporte existentes no território.

E4.PE4.2.AP4.2.3 Desenvolvimento da rede de Banda Larga Rural nas regiões transfronteiriças com base em tecnologias wireless de tipologia Last Mile.



Nos anteriores períodos de programação fizeram-se fortes investimentos em infraestruturas de telecomunicações e banda larga. Entretanto, persistem em partes do território da Comunidade de Trabalho zonas com ligações deficientes às diferentes redes (telefone móvel 2G, 3G e 4G, Internet fixa e móvel). Este facto está relacionado com a baixa densidade populacional e a topografia

acidentada desses territórios, tornando estas áreas pouco atraentes para os operadores privados de telecomunicações. Urge corrigir esta brecha digital, no entanto, o principal problema não é o das infraestruturas mas, ainda, a baixa penetração da Internet e da banda larga nas residências. A Comunidade de trabalho tem números médios inferiores às de seus respetivos países e muito mais baixas que as da UE. São necessárias políticas públicas que mitiguem este desfasamento porque dificulta a expansão da economia digital que se encontra em forte crescimento em todo o mundo.

E4.PE4.2.AP4.2.4 Criação de uma rede de Centros de Dados de cariz regional, para suporte primário às entidades da administração local, permitindo a criação de um ambiente de cloud computing híbrido, aumentando a disponibilidade de serviços avançados partilhados, sob as perspetivas de integração com a administração local, central e empresas focadas na inovação tecnológica com visão de negócios transfronteiriça.

Pretende-se desenvolver um centro de dados na região que possibilite a criação de um ambiente de *cloud computing* híbrido de cariz regional aumentando a disponibilidade, partilha de recursos e uma base de conhecimento comum que permitirá economizar recursos e custos, aumentando a eficiência e eficácia das entidades envolvidas. Disponibilização de serviços avançados partilhados em ambientes *cloud*, garantindo a utilização de normas abertas, interoperáveis e integráveis sob as perspetivas de integração com a administração local, central e empresas, sendo nesta última o foco dado a empresas de TI com visão de negócios transfronteiriça.

4 ENQUADRAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3)

O novo ciclo de desenvolvimento do Norte de Portugal e Castilla y León deve assentar numa cooperação transfronteiriça de 2ª geração apoiada na partilha e cogestão de infraestruturas e serviços, em ações coletivas de valorização económica dos recursos territoriais endógenos, tendo sempre subjacente uma redução dos custos de contexto transfronteiriços que dinamizem a atividade empresarial, a criação de valor e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, numa estratégia de especialização regional inteligente *bottom-up*.

Tendo por objetivo obter-se uma visão geral da compatibilização das Prioridades Temáticas/Domínios de Especialização contempladas nas RIS3 da Comunidade de Trabalho, na tabela 27 apresenta-se o potencial de correlação entre as mesmas. O setor agroalimentar evidencia uma correlação forte entre as duas RIS3, em particular no que respeita ao desenvolvimento do potencial de valorização dos recursos endógenos bem como da dinamização do

tecido empresarial e do desenvolvimento tecnológico da capacidade produtiva. De relevar também a relação existente no que se refere aos recursos naturais e ao bem-estar e ao desenvolvimento sustentável. As TIC constituem uma área de atuação transversal ao conjunto dos domínios expressos em ambas as RIS3.

Considerando que o PE se refere à Comunidade de Trabalho em que merece especial atenção o contemplado no POCTEP, na tabela 28 estabelece-se a relação de correspondência entre as prioridades estratégicas POCTEP assumidas para a Comunidade de Trabalho e as Prioridades Temáticas/ Domínios de Especialização identificadas nas respetivas RIS3. Verifica-se uma forte coincidência do contemplado nas RIS3 com o Eixo 1 – *Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação* – e que diminui gradualmente para os restantes eixos.

Tabela 27 – Potencial de articulação das RIS3 Norte de Portugal e Castilla y León.

POTENCIAL DE CORRELAÇÃO		RIS3 NORTE							
		Recursos do Mar e Economia	Capital Humano e Serviços Especializados	Cultura, Criação e Moda	Indústrias da Mobilidade e Ambiente	Sistemas Agroambientais e Alimentação	Ciências da Vida e Saúde	Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo	Sistemas Avançados de Produção
RIS 3 CASTILLA Y LEÓN	Agroalimentación y recursos naturales	n.a.							
	Eficiencia productiva en sectores de transporte como Automoción y Aeronáutico	n.a.							
	Conocimiento y tecnología en salud y en atención social, cambio demográfico y bienestar	n.a.							
	Patrimonio Natural, Patrimonio Cultural y Lengua Española	n.a.							
	I+D en TIC y en Energía y Sostenibilidad	n.a.							

Fonte: Elaboração própria com base nas RIS3 de Norte de Portugal e Castilla y León

n.a. - Não aplicável

Forte

Médio

Fraco

Sem significado

Tabela 28 – Correspondência entre as prioridades estratégicas do PE e as Prioridades Temáticas das RIS3

POCTEP	PLANO ESTRATÉGICO (NDP/CYL)	RIS ³ NORTE DE PORTUGAL							RIS ³ CASTILLA Y LEÓN					
EIXOS DE INVESTIMENTO	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	Clíncias da Vida e Saúde	Recursos do Mar e Economia	Cultura, Criação e Moda	Sistemas avançados de Produção	Indústrias da Mobilidade e Ambiente	Sistemas Agroambientais e Alimentação	Capital Simbólico, tecnológico e Serviços de Turismo	Capital Humano e Serviços Especializados	Agroalimentación y recursos naturales	Eficiencia productiva en sectores de transporte como Automoción y Aeronáutico	Conocimiento y tecnología en salud y en atención social, cambio demográfico y bienestar	Patrimonio Natural, Patrimonio Cultural y Lengua Española	I+D en TIC y en Energía
Eixo 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1 Melhoria e potenciação das infraestruturas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I+D+I)													
	1.2 Transferência de I+D+I para o setor empresarial													
Eixo 2. Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas	2.1 Promoção e densificação da rede empresarial													
	2.2 Incentivo à promoção e internacionalização das PME's													
Eixo 3. Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos; preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos	3.1 Aumento do investimento no combate aos riscos naturais e no reforço da resiliência dos territórios vulneráveis e desenvolvimento de sistemas de gestão conjunta de riscos													
	3.2 Promoção da proteção, desenvolvimento e aproveitamento económico dos ativos patrimoniais, culturais e naturais													
	3.3 Fomento e proteção da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos													
	3.4 Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade ambiental e as condições de vida													
Eixo 4. Melhorar a capacidade institucional, a eficiência da administração pública E garantir as infraestruturas de suporte à competitividade e coesão territorial	4.1 Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e dos restantes <i>stakeholders</i> , aumentando a eficiência da administração pública e a cooperação entre os cidadãos e as instituições													
	4.2.Desenvolvimento de infraestruturas e serviços de mobilidade e comunicação com vista à redução dos custos de contexto transfronteiriço e ao fomento da competitividade das empresas nas duas regiões e ao aumento da coesão territorial													

Fonte: Elaboração própria com base nas RIS3 de Norte de Portugal e Castilla y León

5 LISTA INDICATIVA DE PROJETOS

Tendo em consideração que o pressuposto básico inerente à conceção PE da Comunidade de Trabalho é o aumento da competitividade e sustentabilidade da economia do território, em estrita articulação com a melhoria das condições de vida da população, entendeu-se como útil que em adição aos eixos, prioridades estratégicas e ações prioritárias (ponto anterior), se adicionasse uma lista indicativa de projetos que se encontram numa fase de maturação relativamente avançada, com possibilidades de conceção e execução no curto e médio prazo.

A informação de suporte à preparação desta lista indicativa dos projetos teve por base o Plano Estratégico de Cooperação Territorial da AECT ZASNET 2020²⁷, de Maio de 2013, a informação prestada pela AECT Douro-Duero, assim como por outros *stakeholders* do norte interior de Portugal, em especial,

²⁷ Ainda que apresentados de forma diferente a maioria dos projetos contemplados neste documento são convertíveis/enquadráveis nos projetos indicados neste projeto.

comunidades intermunicipais associações empresariais, Turismo e Norte de Portugal – Entidade Regional e centros de investigação e de inovação.



Adicionalmente, face ao objetivo estabelecido para a Comunidade de Trabalho, no sentido de uma convergência para uma das mais desenvolvidas da UE graças à I+D+I e à sua transferência para a atividade económica, deu-se particular enfoque aos setores/fileiras viradas para a produção de bens e serviços transacionáveis e com possibilidades de rápido crescimento e geradores de valor económico. Foi, igualmente assumido que estando-se, predominantemente, num território de baixa densidade, além da transferência de tecnologia, é fundamental dotar os empresários com aptidões e conhecimentos das técnicas de produção, dos processos de comercialização, do controlo de gestão e, mesmo do próprio aproveitamento, dos incentivos ao investimento e à inovação, tanto em termos de produtos como de processo. No essencial, teve-se em conta que as atividades empresariais geram externalidades positivas (efeitos de *spillover*) e que em vários casos estamos em atividades com custos afundados (e.g. entradas em mercados externos) que as empresas têm dificuldades em assumir, pelo que, consequentemente, é recomendado o recurso a apoios públicos.

No entanto, dado que a convergência regional não se pode limitar à componente estritamente económica, devendo também incorporar a componente social, também projetos relacionados com a saúde, o bem-estar, a inclusão e a eficiência da governação, devem ser assumidos como prioritários. Estes aspetos são extremamente relevantes, uma vez que estamos num território que além de baixa densidade sofre de elevado nível de envelhecimento.

Seguindo a ótica de fileira na Tabela 28 apresenta-se uma lista de possíveis projetos de investimento e que, parcialmente²⁸ dão corpo ao exposto anteriormente e que refletem e sintetizam a informação prestada pelos diferentes *stakeholders*. Sendo uma indicação optou-se por apresentar um esquema que contemple: Tipologia (transversal a vários setores, setor/fileira, outros) a designação genérica do projeto, as componentes/projetos específicos, a referência genérica às entidades envolvidas e a prioridade estratégica.

²⁸ Sendo uma lista indicativa, fica em aberto a possibilidade de entrada de outros projetos. Igualmente deve ser tido em conta que a realidade económica e social é dinâmica, evoluindo a grande velocidade, pelo que a preocupação deve ser a permanente procura de mais e melhores projetos.

Tabela 29 – Componentes/Projetos específicos por Prioridade Estratégica

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
1. Transversal/ Formação pós graduada em contexto empresarial	1.1 Doutoramentos em áreas relacionadas com os sectores prioritários comuns e transversais à estratégia para o território	A título de exemplo: Biologia das Plantas; Genética Molecular; Tecnologias da Eletrónica e da Computação em Sistemas Agroflorestais; Segurança Alimentar, Produção e Saúde Animal; Ciências Económicas e Empresariais- Economia e Desenvolvimento do Território; Turismo; Gestão da Cadeia Agroalimentar.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2;
	1.2 Mestrados em áreas relacionadas com os sectores prioritários comuns e transversais à estratégia para o território	A título de exemplo: Biologia Molecular; Biotecnologia e Bioempreendedorismo; Biofísica e Bionossistemas; Turismo.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2;
2. Transversal/ Alterações climáticas	2.1 Avaliação das consequências e medidas de mitigação/adaptação às alterações climáticas nas diferentes culturas	- Défice hídrico e stress térmico e luminoso nas principais castas de videiras no Douro, Duero e restantes regiões vitivinícolas do território. - Meios de proteção sustentáveis contra os principais inimigos da videira. - Experimentação e cultura de cereais e leguminosas autóctones mais produtivas e resistentes a alterações climáticas (por exemplo, ao stress hídrico). - Avaliação das alterações climáticas na oliveiras, castanheiro e outras espécies. - Avaliação das alterações climáticas no sistema agroflorestal do território e deteção de espécies mais resistentes. - Conciliação de práticas culturais com a melhoria da gestão dos solos e métodos naturais de conservação dos eco-sistemas. Fomento do controlo de pragas e doenças com base no controlo natural. - Integração do pastoreio na prevenção de incêndios, conservação da	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.2; PE 3.1; PE3.3; PE 3.4

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
		biodiversidade e melhoria da qualidade na produção pecuária.		
	2.2 Avaliação das consequências e medidas de mitigação às alterações climáticas nas atividades animais	- Avaliação dos efeitos das alterações climáticas, com os consequentes riscos ambientais, na biodiversidade animal, em especial raças autóctones, em interligação com a biodiversidade vegetal. - Avaliar as consequências das alterações climáticas nas espécies selvagens, incluindo a criação de um banco de DNA de espécies selvagens, numa perspetiva de manutenção da biodiversidade.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.2; PE 3.1; PE3.3; PE 3.4
	2.3 Análise e mitigação dos efeitos das alterações climáticas no património cultural edificado.	- Detecção do efeito acumulado das alterações climáticas na contaminação do património cultural edificado. - Procura de novos tratamentos e materiais avançados, para a conservação e restauração do património edificado, em função das alterações climáticas. - Desenvolvimento e aplicação de novas técnicas redutoras do consumo energético do património cultural edificado, em consequência das alterações climáticas.	Universidades, I. Politécnicos, Instituições Públicas, Empresas	PE 1.2; PE 1.2; PE3.2;
3. Transversal/ Rede de dados em banda larga e dados georreferenciados e sistemas eletrónicos	3.1 Rede de banda larga	- Rede de banda larga rural nas regiões transfronteiriças, com base em tecnologias de <i>wireless</i> de tipologia <i>last mile</i> .	Universidades, I. Politécnicos; Empresas; Instituições e Instituições Públicas e Privadas e AECT's.	PE1.2; E4.2
	3.2 Plataformas eletrónicas transfronteiriças	- Integração de dados georreferenciados (sensores, imagens, mapas, incidências,...), incluindo rastreio de doenças no contexto agroalimentar para utilização por serviços públicos e empresas. - Desenvolvimento e aplicação de sistemas eletrónicos à gestão sustentável das explorações agrícolas, florestais e animais. Fomento da incorporação de ferramentas de telegestão e SIG. - Criação de uma plataforma eletrónica transfronteiriça de promoção e venda de produtos locais.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's, outros tomadores	PE 1.2; PE 2.1; PE 2.2; PE 3.1; PE 3.2; PE 3.3; PE 3.4; PE 4.1; PE 4.2

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
4. Fileira agroalimentar	4.1 Melhoria da produtividade e competitividade da fileira vitivinícola	- Implantação de estratégias de controlo integrado de fungos associados ao declínio da videira. - Avaliação da variabilidade genética das principais castas de videiras. - Preservação do património genético das castas autóctones de videiras. - Formação inicial e ao longo da vida na implantação de práticas culturais eficientes e amigas da biodiversidade. - Fomentar tecnologias vinícolas energeticamente eficientes. - Criação de novos produtos vinícolas e aproveitamento dos co e subprodutos vitivinícolas. - Fomento à internacionalização (promoção participação em feiras,...) das micro, pequenas e médias empresas. - Fomento do empreendedorismo tecnológico vitivinícola (formação, <i>startups</i>, <i>spinoffs</i>) e do micro empreendedorismo. - Atração de investimento estrangeiro.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2; PE2.1; PE 2.2
	4.2 Melhoria da produtividade e da competitividade da fileira da castanha	- Desenvolvimento de espécies e aplicação de práticas culturais nos soutos que minimizem o impacto de doenças e insetos (vespa da gralha) - Desenvolvimento de práticas culturais do souto que mitiguem os efeitos sobre a produção resultantes das alterações climáticas. - Formação inicial e ao longo da vida na implantação de práticas culturais eficientes e amigas da biodiversidade. - Fomento do nível de transformação e de criação de novos produtos à base da castanha. - Fomentar soluções tecnológicas de transformação energeticamente eficientes. - Fomento à internacionalização das micro, pequenas e médias empresas. - Apoio ao empreendedorismo de base tecnológica e ao microempreendedorismo de base local. - Fomento à internalização do setor. - Atração de investimento estrangeiro.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2; PE2.1; PE 2.2

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
	4.3 Melhoria da produtividade e da competitividade da fileira do azeite	- Desenvolvimento de espécies e de práticas culturais nos olivais que minimizem o impacto das alterações climáticas, tanto ao nível da qualidade, como da produtividade. - Caraterizar a diversidade genética dos principais patogénicos, como é o caso da gafa da oliveira, caraterizar marcadores moleculares, identificação de cultivares, para minimizar os efeitos dos agentes patogénicos na oliveira. - Formação inicial e ao longo da vida na implantação de práticas culturais eficientes e amigas da biodiversidade. - Fomentar a utilizar de tecnologias de transformação eco e energeticamente eficientes. - Fomentar o empreendedorismo tecnológico e de base local, desenvolvendo e comercializando novos produtos à base do azeite. - Fomento à internacionalização do setor. - Atração de investimento estrangeiro.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2; PE2.1; PE 2.2
	4.4 Melhoria da produtividade e da competitividade dos cereais e leguminosas autóctones	- Obtenção de cereais mais produtivos e tolerantes a stresses abióticos, num conceito de agricultura sustentável. - Avaliação e fomento da produção de leguminosas a partir da biodiversidade regional em sistemas de produção sustentável. Aumento da oferta de cultivares eco-sustentáveis para fins energéticos, mediante a aplicação de boas técnicas agrícolas e o emprego de ferramentas biotecnológicas. - Formação inicial e ao longo da vida na implantação de práticas culturais eficientes e amigas da biodiversidade. - Fomento da conservação e recuperação do património genético de variedades locais de cereais e leguminosas. - Apoio a redes empresariais de embalagem e comercialização. - Ações de marketing e sensibilização do consumidor para os benefícios para a saúde dos cereais e leguminosas.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2; PE2.1; PE 2.2

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
	4.5 Melhoria da produtividade, competitividade e sustentabilidade da produção animal	- Avaliação do bem estar animal e sua relação com a produção e qualidade dos produtos. - Desenvolvimentos de novas tecnologias aplicadas à eficiência das explorações e ao desenvolvimento sustentável. Minimização e valorização dos resíduos pecuários. Redução da emissão de CO2. Melhoria da eficiência energéticas das explorações agropecuárias. - Fomento da eficiência na produção de raças autóctones, compatibilizada com a preservação do ecossistema regional. - Estudo e testagem de novas matérias primas, subprodutos e aditivos para a alimentação animal. - Testagem de aditivos nutraceuticos como alternativa aos antibióticos em avicultura e suinicultura. - Avaliação dos riscos dos perfis orgânicos gerados na produção animal intensiva (suinicultura, avicultura e cunicultura) para o ambiente e saúde pública, associada ao tratamento e reciclagem dos resíduos orgânicos. - Fomento da valorização os produtos primários e transformados, em especial de raças autóctones. - Desenvolvimento de sistemas que permitam garantir a qualidade, segurança e rastreabilidade dos produtos. - Fomento à produção e comercialização de produtos locais, incluindo a internacionalização. Inovação e otimização ao nível do produto e do processo. Melhoria dos sistemas de informação ao consumidor e avançar com a distribuição especializada. - Internacionalização das empresas.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2; PE2.1; PE 2.2
5. Recursos florestais	5.1 Fomento de uma floresta ambiental e economicamente sustentável	- Experimentação de melhorias genéticas nas principais espécies florestais (pinheiro, eucalipto, sobreiro, carvalho, castanheiro), numa perspetiva de aumento da produtividade e de resiliência às alterações climáticas, fogo, pestes e doenças.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.1; PE 1.2; PE2.1; PE 2.2; PE 3.1; PE 3.4

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
		- Experimentação e fomento de novos produtos florestais, incluindo o sobreiro como espécie adaptável às novas condições climáticas do território. - Desenvolvimento clonal e de processos silvícolas para plantações produtoras de biomassa. - Definição de modelos de gestão compatíveis com a preservação dos recursos florestais e de outros bem e serviços (mel, caça, turismo,...), numa perspetiva de ecossistema e em articulação com as populações locais. Fomento do ócio e do turismo vinculado ao meio ambiente e à exploração florestal sustentável. - Desenvolvimento de modelos participados de luta contra incêndios. Eficiência económica e ambiental da exploração do cogumelo em consonância com o uso de fogo controlado em áreas florestais. - Desenvolvimento de processos para a produção de bioenergia e bioprodutos a partir da biomassa de produtos agro-florestais. Desenvolvimento de equipamentos e processos. - Fomento do empreendedorismo agroflorestal e do micro-empreendedorismo baseado em recursos locais. - Fomento da transformação e comercialização de produtos resultantes da floresta, incluindo co e subprodutos.		
6. Recursos naturais (minerais, água/geotermia, etc.)	6.1 Fomento na utilização de recursos geológicos	- Aplicação de materiais tracionais na construção e reabilitação de edifícios, tendo em consideração as alterações climáticas. - Estudo e aplicação de práticas compatíveis entre a exploração de granito e outros minerais e a componente ambiental, nomeadamente a floresta. - Internacionalização das empresas, promoção em mercados internacionais. - Fomento de um centro tecnológico de minerais (granito e outros minerais).	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE 1.2; PE 2.1; PE 2.2;
	6.2- Água/geotermia/ter	- Aplicação dos recursos geotérmicos no âmbito da eficiência energética nas atividades produtivas.	Universidades, I. Politécnicos, Centros de	PE 1.2; PE 2.1; PE 2.2

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
	malismo	- Fomento de um centro I+D+I dedicado à água. -Dinamização (promoção, divulgação e internacionalização) do termalismo empresarial.	Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	
7. Turismo	7.1 Turismo e recursos endógenos	- Impulso do conhecimento e compreensão da evolução histórica e situação atual do património cultural material e imaterial conjunto ao Norte Portuga e Castilla y León, em especial na região transfronteiriça. - Estruturação de oferta e rotas turísticas integrando património cultural, urbanidade e natureza ("corredor" turístico). Análise, reconhecimento e difusão do valor económico do património cultural como instrumento de desenvolvimento territorial e social. - Preservação, promoção e integração do património cultural material, em especial, o classificado pela UNESCO, na oferta e rotas turísticas ("corredor" turístico). - Preservação, promoção e integração do património imaterial enquanto recurso turístico - Promoção, divulgação e integração do património gastronómico transfronteiriço, na oferta turística. - Criação e promoção de uma rede integrada de ecomuseus e áreas protegidas. - Integração da rede museológica conjunta na oferta turística. - Desenvolvimento e integração de percursos pedonais, equestres, ciclovias e ecopistas na oferta turística - Integração da geotermia e termalismo na oferta turística. - Criar e desenvolver um observatório turístico, ao nível da oferta (agentes e recursos) e da procura, integrando um pipeline de conteúdos sobre o destino transfronteiriço Norte de Portugal-Castilla y León, facilitador da edição e adequação a outputs físicos e digitais em suporte multilingue - Promoção e divulgação conjunta em mercados internacionais. - Desenvolvimento de um programa de cooperação com os distribuidores turísticos dos principais mercados de destino (atuais e	Universidades, I. Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas, Associações Empresariais e Setoriais; Fundações e AECT's.	PE1.1; PE1.2; PE 2.1; PE 2.2; E3.2; E.4.1; E.4.2

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
		potenciais), no sentido de os familiarizar e colocar em contacto com os recursos (primários e secundários) turísticos da região transfronteiriça no seu conjunto. - Formação transfronteiriça de técnicos de informação turística.		
8. Saúde e bem-estar	8.1 Aproveitamento de recursos endógenos – geotérmicos e termais	- Criação de centros experimentais de terapêuticas inovadoras de termalismo. - Compatibilização entre engenharia biomédica e geriatria termal. - Desenvolvimento de produtos termais medicinais das águas mineromedicinais emergentes da geotermia. - Promoção internacional do termalismo, como terapia de saúde, em especial de idosos.	Universidades; I. Politécnicos; Autarquias; Empresas; Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE1.2; PE.2.1; PE2.2; PE3.2
	8.2 Desenho e implantação de sistemas de bem-estar e inclusão social	- Avaliação do “estado da arte” em termos de sistemas de bem-estar e inclusão social” na região transfronteiriça. - Investigação e aplicação de soluções inovadoras para a inclusão social, baseadas em organização, processos e TIC. - Ambient Assistent Living (AAL) - Modelo tecnológico de acompanhamento dos idosos em territórios de baixa densidade. Aplicação de novas tecnologias que facilitem a vida independente das pessoas na sua residência. - Desenvolvimento de ações de formação para uso das TIC por parte da população mais envelhecida.	Universidades; I. Politécnicos; Administração central e Local; Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS); Entidades e Unidades de Saúde; Empresas e AECT's.	PE1.2; PE2.1; PE2.2; PE4.1
	8.3 Envolvimento social e envelhecimento ativo	- Troca de experiências e envolvimento dos jovens, em torno do dos setores cultural, desportivo e educação. - O jogo do combate à obesidade, com melhoria do bem-estar. Implantar a prática de desportos coletivos para idosos em 4 dimensões (saúde e nutrição, estabilidade física, bem estar social e praticas cognitivas). - No âmbito do envelhecimento ativa, estudar e implementar um programa de exercício físico como prevenção de doenças neuro-degenerativas. - Implementar um programa de controlo da diabetes tipo 2 através de	Universidades; I. Politécnicos; Escolas do Ensino Secundário e Profissional; Associações culturais, recreativas e desportivas; IPSS; Entidades Públicas; Empresas e AECT's.	PE1.2; PE2.1; PE3.1; PE4.1

TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
		um programa comunitário de exercício físico (diabetes em movimento). - Envolvimento da terceira idade na dinamização de organizações e práticas culturais. - Formação contínua, em ambos os idiomas, para fomento da mobilidade laboral e empresarial. Implantação de sistemas de e-aprendizagem -Fomento de redes de empreendedorismo social, com predominância em território de baixa densidade.		
9. Automação e Transporte	9.1 Reforço do cluster transfronteiriço do setor automóvel	Fomento de iniciativas empresariais comuns, numa perspetiva de networking. - Adaptação da fabricação de componentes a uma maior variedade de modelos de automóveis. Fomento de novos produtos, associados a novos materiais e processos de transformação associados. - Desenho e implementação de métodos e formas de produção inovadoras menos intensivas no uso de energia e matérias primas, através da minimização do desperdício no uso de fatores produtivos. - Atração de investimento estrangeiro e apoio à internacionalização - Apoio a redes de cooperação empresarial e de I+D+I	Universidades; I. Politécnicos; Centros de Investigação; Empresas; Associações Empresariais e Setoriais.	PE1.1; PE1.2; PE2.1; PE2.2
10. Reforço da capacidade institucional de cooperação	10.1 Plano transfronteiriço de emergência	- Elaboração e teste de um master plan de emergência e proteção civil conjunta, face a catástrofes de grande escala com influência transfronteiriça. - Elaboração de planos de gestão conjunta da bacia hidrográfica do Douro/Duero, incluindo a melhoria e desenvolvimento do tratamento e depuração de águas residuais. - Elaboração de um plano detalhado do risco de erosão nas zonas transfronteiriças e tomada de medidas nas zonas de maior risco.	Administração pública; Autoridades nacionais, regionais e locais de proteção civil; Universidades; I. Politécnicos; Associações Empresariais e Setoriais e AECT's.	PE1.2; PE3.1; PE4.1; E 4.2
	10.2 Mobilidade inter-regional e sistemas urbanos sustentáveis	- Elaboração de um plano diretor de mobilidade interregional, integrando o transporte rodoviário, o ferroviário e o rodoviário. - Gestão eficiente da rede viária, com incorporação de novas tecnologias baseadas nas TIC. - Desenvolvimento de um programa comum de desobstrução da rede	Entidades gestoras das redes rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias; Associações de Transportes;	PE1.2; E 3.4; E 4.1; PE4.2



TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	COMPONENTES/PROJETOS ESPECÍFICOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE), MAIS RELEVANTES
		viária principal e secundária perante cenários de neve, gelo e nevoeiro. - Implantação do programa de smart cities, numa lógica de um sistema ambientalmente sustentável. - Desenvolvimento de modelo logístico para compatibilidade de transporte de vários produtos em simultâneo, por exemplo biomassa, com outras mercadorias.	Administração Pública; Autarquias; Universidades; I. Politécnicos e AECT's.	
	10.3 Serviços e equipamentos transfronteiriços partilhados	- Diagnosticar e implementar equipamentos a utilização partilhada de serviços e equipamentos transfronteiriços (por exemplo, ao nível da saúde, do desporto da educação).	Universidades; I. Politécnicos; Administração pública; Autarquias; Instituições Públicas; Empresas e AECT's.	PE1.2; PE4.1
	10.4 Centro de dados de cariz regional. TIC	- Criação de um centro de dados para suporte à tomada de decisão aos <i>stakeholders</i> intervenientes no território. - Infraestruturas e arquiteturas avançadas para armazenamento na nuvem.	Universidades; I. Politécnicos; Instituições Públicas; Empresas; Associações Empresariais e Setoriais; IPSS, Fundações; AECT's, outros tomadores	PE1.2; PE4.2

6 INDICADORES DE RESULTADO E REALIZAÇÃO

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	INDICADORES DE RESULTADO
EIXO 1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO	1.1 Melhoria e potenciação das infraestruturas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I+D+I).	Número de projetos conjuntos de I+D+I com contributo para operações de inovação em setores definidos como prioritários.	Número de empresas que cooperam com instituições de investigação; Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas; Número de investigadores novos em instituições apoiadas; Investimento privado em paralelo ao apoio público a projetos de inovação ou I&D; Número de publicações com resultados, da investigação que fora apoiada, em revistas científicas relevantes nacional ou internacionalmente.
		Número de graus conjuntos entre as universidades da Euro Região.	Número de alunos formados; Número de alunos estrangeiros formados; Número de teses de doutoramento.
	1.2 Transferência de I+D+I para o setor empresarial.	Número de PME, centros de investigação e da Comunidade de Trabalho com participação em projetos de transferência de resultados.	Número de EBT e de spin-off criadas; Número de empresas que introduziram inovação em resultado da articulação promovida com as entidades do sistema científico e tecnológico; Número de patentes solicitadas na EPO.
		Número de projetos de intercâmbio de alunos e investigadores que foram geridos.	Número de alunos envolvidos Número de investigadores; Número de empresas envolvidas;
EIXO 2. AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	2.1 Promoção e densificação da rede empresarial.	Número de projetos e valor de investimento apoiado focados em ações de cooperação selecionadas	Número de empresas apoiadas e criadas; Emprego criado.
		Número de projetos apoiados de empreendedorismo juvenil e de	Número de empreendedores alvo de ações de capacitação para o empreendedorismo;

EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	INDICADORES DE RESULTADO
		economia social.	Número de empresas criadas; Emprego jovem criado; Emprego total criado.
	2.2 Incentivo à promoção e internacionalização das PME's em contexto internacional.	Número de ações de apoio a internacionalização das empresas da Comunidade de Trabalho	Número de empresas que iniciaram ou acrescentaram as suas vendas ao exterior; Número de empresas que beneficiam de apoio não financeiro; Número de iniciativas à criação de serviços de apoio às empresas
EIXO 3. PROMOÇÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO DOS RISCOS; PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE E PROMOÇÃO DA UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS	3.1 Aumento do investimento no combate aos riscos naturais e no reforço da resiliência dos territórios vulneráveis e desenvolvimento de sistemas de gestão conjunta de riscos.	Número de planos e/ou mecanismos de prevenção e alerta de desastres naturais preparados em cooperação.	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações; População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais; Superfície dos habitats apoiados a fim de atingirem um melhor estado de conservação.
	3.2 Promoção da proteção, desenvolvimento e aproveitamento económico dos ativos patrimoniais, culturais e naturais.	Número de ações de apoio a valorização do património, designadamente no setor turístico	Aumento do número de visitas a locais de património cultural e natural que beneficiam de apoio; Aumento do número de visitas a locais e a atrações turísticas que beneficiam de apoio.
	3.3 Fomento e proteção da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos.	Número de projetos conjuntos apoiados destinados ao uso sustentável dos recursos naturais.	População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água; Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa.
	3.4 Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade ambiental e as condições de vida.	Número de projetos-piloto (e de municípios envolvidos) de ordenamento territorial e urbano orientado para a otimização de processos de metabolismo urbano e de <i>smart cities</i> .	População de zonas com estratégias de desenvolvimento urbano integrado; Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas; Aumento de deslocamentos de viajantes em serviços de transporte urbano que beneficia de apoio; Diminuição de consumo energético em destinatários finais dos projetos; Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa.
EIXO 4. MELHORAR A CAPACIDADE	4.1 Reforço da capacidade institucional das	Número de projetos destinados a promover a cooperação jurídica	Número de participantes em iniciativas de mobilidade transfronteiriça; Número de participantes em iniciativas locais conjuntas de emprego e



EIXO (E)	PRIORIDADE ESTRATÉGICA (PE)	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	INDICADORES DE RESULTADO
INSTITUCIONAL, A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL	autoridades públicas e dos restantes <i>stakeholders</i> , aumentando a eficiência da administração pública e a cooperação entre os cidadãos e as instituições.	e administrativa, bem como a cooperação entre cidadãos e instituições focados para a estruturação da Comunidade de Trabalho	formação; Número de participantes em projetos de promoção da igualdade de género, da igualdade de oportunidades e da inclusão social transfronteiriça; Número de participantes em programas de ensino e de formação conjunta para apoiar o emprego dos jovens, as oportunidades de educação e o ensino superior e profissional transfronteiriço; População que beneficia de equipamentos sociais partilhados.
	4.2.Desenvolvimento de infraestruturas e serviços de mobilidade e comunicação com vista à redução dos custos de contexto transfronteiriço e ao fomento da competitividade das empresas na Euro Região e ao aumento da coesão territorial.	Número de projetos destinados a eliminar dos custos de contexto transfronteiriço e a aumentar a permeabilidade transfronteiriça e o reforço da integração da Euro Região na Rede Europeia de Transportes.	Número de pessoas abrangidas por novos sistemas de transporte multimodais; Execução dos eixos de ligação ferroviária e rodoviária; População abrangida por meios alternativos, de transporte rural, para territórios de baixa densidade.
		Número de projetos, com base em tecnologias <i>wireless</i> de tipologia <i>Last Mile</i> , para a implementação de internet de banda larga em territórios de baixa densidade e criação de centros de dados regionais.	Número de pessoas com acesso à rede de Banda Larga nas regiões transfronteiriças; Número de Centros de Dados na rede regional, assim como, número de entidades da administração local e empresas aderentes ao serviço.

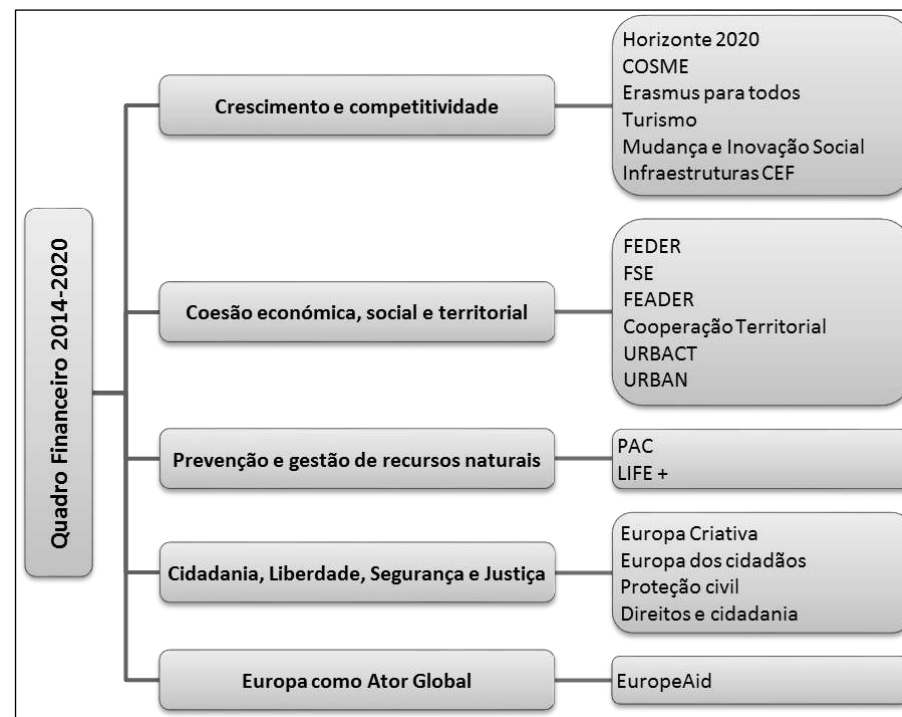
7 PROPOSTAS PARA UM MODELO DE PROGRAMAÇÃO E DE GESTÃO DE FUNDOS MAIS EFICIENTE E EFICAZ

7.1 Perspetivas financeiras 2014-2020

O quadro financeiro 2014-2020 da União Europeia define as suas prioridades de atuação e as fontes de financiamento estabelecidas para cada uma delas.

Estas prioridades devem ser concretizadas não apenas pela Comissão Europeia mas, conjuntamente ou em separado, pelos Estados membros e por todos os tipos de organizações que atuam ao nível nacional, regional ou local.

Por esta razão, associadas à definição destas prioridades encontra-se um conjunto de instrumentos financeiros que colocam à disposição das administrações públicas, empresas, associações, empreendedores, centros de investigação, universidades e cidadãos, os meios necessários para a sua concretização.



Fonte: Adaptado de PIC Galicia-Norte de Portugal (2014-2020) – CCDR-N, julho de 2014

Crescimento e competitividade	Descrição
Horizonte 2020	Tem como principal objetivo assegurar a competitividade global da UE substituindo o 7º programa quadro para a investigação e desenvolvimento tecnológico e o programa-quadro de inovação e competitividade. As suas áreas de ação são: Reforço da capacidade competitiva e de liderança da Europa no setor industrial Resposta às necessidades do tecido empresarial através do apoio às empresas inovadoras Promoção do Espaço Europeu de Investigação Incremento da excelência da base científica da Europa Promoção da I+D+I como resposta aos principais desafios sociais identificados na Estratégia Europa 2020
COSME	Instrumento exclusivamente dedicado às PME's com o objetivo de promover e melhorar a respetiva competitividade e sustentabilidade bem como fomentar o empreendedorismo As suas áreas de ação são: Melhoria do acesso ao financiamento por parte das PME's Facilitação do acesso aos mercados (<i>Enterprise Europe Network</i>) Promoção do empreendedorismo e da cultura empresarial Impulso à ação conjunta das PME's ao nível europeu, nacional, regional e local Desenvolvimento de condições favoráveis à criação de empresa e para o crescimento
Erasmus para todos	É o novo programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto que pretende ser mais acessível e de fácil aplicação que os seus predecessores (nomeadamente, através da eliminação da duplicação de atuações). O seu objetivo principal é a valorização do potencial humano da UE independentemente da sua idade, género, experiência e ambiente de origem.
Iniciativa para o Emprego dos Jovens	Trata-se de um programa especificamente dedicado à promoção do emprego jovem sendo complementar às atuações do Fundo Social Europeu (FSE) neste âmbito. Destina-se a apoiar os jovens que não estão integrados no sistema de ensino, no sistema de formação ou no mercado de trabalho dando cumprimento aos objetivos do Pacote de Emprego Jovem estipulado pela UE no final de 2012.
Mudança e Inovação Social	É o instrumento financeiro da União Europeia de apoio à criação de emprego e à reforma das suas políticas sociais. Conforma, conjuntamente com o FSE, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e o programa <i>European Aid for the Most Deprived</i>, os pilares da iniciativa da UE para o emprego e inclusão social. Apresenta-se como um programa com uma forte componente de cooperação muito especialmente no que diz respeito à promoção do emprego.
Connecting Europe Facility	É o programa de apoio ao desenvolvimento das redes transeuropeias de alto rendimento, sustentáveis e eficientes, nomeadamente, os projetos de elevado valor acrescentado como, por exemplo, a construção de ligações transfronteiriças. Os investimentos cofinanciados pelo CEF são entendidos como investimentos promotores de novos investimentos por parte dos estados membros no que respeita à melhoria e conclusão das conexões e ligações transfronteiriças.
Turismo (DG Empresa e Indústria)	Atenta a importância do turismo quer para o produto interno bruto quer para o emprego na Europa bem como o facto de ser a Europa o destino turístico do mundo com maior concentração e diversidade de atrações turísticas, a Comissão Europeia dará continuidade ao desenvolvimento e consolidação de produtos turísticos de caráter transnacional através da Direção Geral da Empresa e Indústria. Apoiará, neste âmbito, as ações que incrementem o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis baseados na preservação e qualificação do património natural e cultural da Europa bem como contribuam para a formação da identidade europeia e para a promoção da imagem da Europa no mundo.

Preservação e gestão de recursos naturais	Descrição
LIFE +	Dando sequência aos programas LIFE incluídos nos quadros financeiros de períodos anteriores, o programa LIFE+ continuará a constituir o instrumento de apoio a projetos de conservação ambiental e da natureza na UE. Espera-se que se distinga dos seus antecessores por ser mais estruturado, mais estratégico, mais simples e mais flexível.
Cidadania, liberdade, segurança e justiça	Descrição
Europa criativa	É o instrumento de apoio para atividades relacionadas com o cinema, a televisão, a cultura, a música, as artes performativas para o período de programação 2014-2020. Através dele unem-se num só os programas Cultura, Media e Media Mundus com o objetivo de promover as indústrias culturais e criativas. Pretende apoiar: Artistas e profissionais na conquista de novas audiências em outros países que não os de origem Distribuição de filmes na Europa e no mundo Projeção de filmes europeus em salas europeias Tradução de obras literárias europeias Formação para o reforço de competências para trabalhar no âmbito internacional
Mecanismo de proteção civil	Este instrumento alarga, no período de programação 2014-2020 as suas áreas de atuação como forma de conseguir uma resposta mais coerente e mais integrada nos casos de emergência. Assim, apoiará a melhoria da gestão de catástrofes em aspetos como a melhoria da preparação face a estes fenómenos (nomeadamente, através da melhoria dos sistemas de prevenção e das medidas de preparação), a definição de atuações inovadoras que reduzam o risco da sua ocorrência e o estabelecimento de sistemas de coordenação perante as catástrofes previamente planificado.
Europa dos cidadãos	Tem como objetivo ajudar os cidadãos europeus no conhecimento dos seus direitos e no desenvolvimento da identidade europeia. As ações que apoiar terão de contribuir para que os cidadãos europeus conheçam e compreendam melhor a UE, os seus valores e a história e cultura que partilham.
Programa cidadania e direitos	Também este instrumento é reestruturado para o período de programa 2014-2020 agregando num só os 3 programas que, no período anterior, se dedicaram a assegurar direitos fundamentais como a liberdade, a segurança e a justiça na Europa. Tem como principal objetivo contribuir para a criação de um espaço onde se promovam e se protejam os direitos das pessoas, para a promoção dos direitos derivados da cidadania europeia, para garantir a não discriminação e a igualdade entre homens e mulheres, para garantir os direitos das crianças e para garantir a proteção dos dados pessoais.
União Europeia como ator global	Descrição
EuropeAid ENI	Corresponde ao instrumento financeiro para a definição da política de desenvolvimento da UE e para a implementação eficaz das ajudas atribuídas neste âmbito. Tem como objetivos a redução da pobreza no mundo e assegurar um desenvolvimento sustentável para a promoção da democracia, da paz e da segurança. No caso concreto da América Latina, área de cooperação relevante para a Euro Região Galiza-Norte de Portugal, este programa apoiará: A consolidação do Estado de Direito O desenvolvimento do capital humano A promoção do desenvolvimento sustentável Neste período de cooperação, este programa disporá, pela primeira vez, do Instrumento de Associação (<i>Partnership Instrument</i>) para o apoio às ações antes identificadas.

Para o mesmo período de programação são, ainda, propostos instrumentos financeiros de gestão partilhada entre os Estados Membros:

Programas de gestão partilhada	Descrição
FEDER	Tem como objetivo o reforço da coesão económica e social da UE contribuindo para a redução das assimetrias regionais. A amplitude do seu âmbito de atuação permite-lhe contribuir para o cumprimento integral dos objetivos da Estratégia Europa 2020 através de uma multiplicidade de tipologias de atividades em áreas tão diversas como: • I+D+i (Investigação, desenvolvimento e inovação) • Alterações climáticas • Apoio às PMEs • Desenvolvimento de serviços de interesse económico comum e telecomunicações • Desenvolvimento de infraestruturas de energia e transportes • Desenvolvimento de infraestruturas de saúde, educação e apoio social • Desenvolvimento urbano sustentável O seu orçamento será aplicado em diferentes programas operacionais regionais e/ou nacionais.
FSE	Tem como metas alcançar o pleno emprego, a melhoria da qualidade e produtividade dos trabalhadores na UE bem como a melhoria dos sistemas de formação e a promoção da inclusão social. As suas áreas de ação são: • A promoção do emprego e o apoio à mobilidade laboral • A promoção do acesso ao emprego para os desempregados e inativos • A integração sustentável dos jovens no mercado laboral, no sistema educativo/formativo para a facilitação da integração do mercado • A promoção da aprendizagem ao longo da vida • A promoção do autoemprego do empreendimento e a criação de empresas • A promoção da igualdade de género na conciliação entre o trabalho e a vida privada • A promoção do envelhecimento ativo e saudável • A modernização e reforço das instituições do mercado laboral (incluída a mobilidade laboral transfronteiriça e transnacional)
FEADER	As atuações do FEADER visam alcançar o desenvolvimento rural sustentável na UE de modo complementar com outros instrumentos da Política Agrícola Comum, da Política de Coesão Social e da Política de Pescas Comum. Visa, ainda, contribuir para a transformação do setor agrícola da UE num setor económico mais inovador e flexível, que esteja integrado numa estratégia de desenvolvimento territorial equilibrado e ambientalmente sustentável. As suas áreas de ação são: • A promoção da transferência do conhecimento e da inovação da atividade agropecuária • O reforço da competitividade de todos os tipos de agricultura • O aumento da eficiência da cadeia dos alimentos • A preservação e melhoria dos ecossistemas dependentes da agricultura e silvicultura • A promoção da eficiência dos recursos e a transição para uma económica de baixo carbono

Programas de gestão partilhada	Descrição
Cooperação Territorial	A cooperação territorial entre Portugal e Espanha poderá ser consolidada através de diversos programas onde ambos os Estados membros poderão participar conjuntamente. O POCTEP continuará a constituir o principal instrumento de cooperação da Euro Região Galiza-Norte de Portugal. Este programa apoiará atuações que consolidem os partenariados (formais e informais) existentes promovendo a mudança para uma cooperação transfronteiriça baseada nos e para os cidadãos, enfatizando o valor acrescentado deste tipo de cooperação na criação de economias de escala e na implementação de soluções conjuntas mais eficientes para problemas comuns. O programa Espaço Atlântico é o programa de cooperação transnacional que apoiará o desenvolvimento de atuações conjuntas das regiões que o integram (as regiões costeiras de Espanha, França, Irlanda, Portugal e Reino Unido) em função de problemas e necessidades comuns em áreas como a competitividade, a inovação ou a valorização dos recursos endógenos. Do mesmo modo mas abrangendo as regiões que constituem o Sudoeste europeu (Espanha, França, Portugal e Reino Unido – Gibraltar), o programa SUDOE promoverá a partilha e desenvolvimento conjunto de recursos, soluções e estratégias. O programa INTERREG Europe é um programa de cooperação transregional para o período 2014-2020 dando continuidade ao INTERREG IV C. Aposta pela coesão europeia entendida como a criação de idênticas condições de vida e condições de desenvolvimento para as regiões europeias tendo selecionado como áreas de atuação: • Promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação • Melhoria do acesso, uso e qualidade das TIC • Reforço da competitividade das PME's • Proteção do meio ambiente e promoção da eficiência de recursos Cooperação entre cidades No âmbito da cooperação territorial entre cidades para o período 2014-2020 destacam-se dois programas: • O programa URBACT é o instrumento financeiro da UE para as cidades europeias tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável • O programa URBAN cujo objetivo é o reforço do papel das cidades no desenvolvimento da política de coesão da UE. A sua prioridade de atuação está focalizada no fomento do <i>networking</i> entre as diferentes cidades europeias.
ESPON	É o programa pan-europeu que suporta a política europeia de coesão. Tem como objetivo desenvolver evidência e conhecimento sobre as estruturas territoriais, tendências, perspetivas e impactos das políticas na Europa encontrando, nesse processo, novas oportunidades de crescimento e necessidades derivadas do contexto global que lhe é envolvente.